

Diário do Legislativo de 22/11/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 102ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 52ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Realização do Seminário "Região Sudeste" da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional - Proposta Orçamentária da União Para 2009

1.3 - 53ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Audiência Pública da Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2008-2011

1.4 - 54ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Realização da Audiência Pública "Revisão do Plano Plurianual da Ação Governamental - PPAG - 2008-2011 Para o Exercício de 2009

1.5 - Reunião de Comissões

2 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

3 - MANIFESTAÇÕES

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 102ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 20/11/2008

Presidência dos Deputados Doutor Viana e Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Mensagem nº 300/2008 (encaminhando o Projeto de Lei nº 2.897/2008), do Governador do Estado - Propostas de Ação Legislativa nºs 798 a 1.020/2008, de autoria popular - Ofícios e cartão - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 2.898 a 2.904/2008 - Requerimentos nºs 3.063 e 3.064/2008 - Comunicações: Comunicações das Comissões de Assuntos Municipais, de Cultura e do Trabalho - Oradores Inscrições: Discurso do Deputado Doutor Rinaldo - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Leitura de Comunicações - Discussão e Votação de Indicações: Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. Paulo José de Araújo para Compor o Conselho Estadual de Educação; encerramento da discussão - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Maria Lúcia Mendonça - Neider Moreira - Padre João - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Fábio Avelar, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Carlos Pimenta, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

Mensagem nº 300/2008

- A Mensagem nº 300/2008, encaminhando o Projeto de Lei nº 2.897/2008, foi publicada na edição anterior.

- As Propostas de Ação Legislativa nºs 798 a 1.020/2008 foram publicadas na edição anterior.

OFÍCIOS

Do Sr. Miguel Martini, Deputado Federal, parabenizando a Casa pela homenagem à PUC-MG.

Do Sr. Alexandre Silveira, Deputado Federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.547/2008, da Comissão de Transporte.

Do Sr. Jerson Kelman, Diretor-Geral da Aneel, convidando para a cerimônia de divulgação do Índice Aneel de Satisfação do Consumidor.

Do Sr. Luís André Muniz, Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas da Agência Nacional de Águas - ANA -, comunicando celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 2/2007, entre essa Agência, o Igam, este Estado, representado pela Secretaria de Meio Ambiente, e o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Manoel da Silva Costa Júnior, Secretário para Assuntos Extraordinários de Reforma Agrária, solicitando a indicação de membro da Comissão de Política Agropecuária para participar de reunião com a comissão criada pelo Iter para discutir projeto de emenda à Constituição com a finalidade de estudar meios de dinamizar o projeto de regularização fundiária desenvolvido pela autarquia. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Do Sr. Dilzon Melo, Secretário de Desenvolvimento Regional, relacionando os programas desenvolvidos pela Pasta e colocando-a à disposição para que as emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 2.786/2008 possam ser direcionadas a essa Secretaria. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.786/2008.)

Do Sr. Márcio Nunes, Diretor-Presidente da Copasa-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 219/2007, da Comissão de Defesa do Consumidor.

Do Sr. Felipe Willer de Araújo Abreu Júnior, Presidente do Conselho Estadual do Idoso de Minas Gerais, solicitando sejam aprovadas emendas relacionadas a benefícios para idosos. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.786/2008.)

Do Sr. Carlos Eduardo Vieira Camargo, Chefe de Gabinete da Presidência do Inmetro, agradecendo convite encaminhado pelo Ofício nº 2.591/2008 e informando que, em virtude da impossibilidade de comparecimento do Presidente desse órgão, foi indicado para representá-lo o Sr. Tadeu José de Mendonça, Diretor-Geral do Iter. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Do Sr. Juliano Fisicaro Borges, Secretário Adjunto de Desenvolvimento Social, informando que, por intermédio dessa Secretária, foi celebrado com o Ministério do Trabalho o termo aditivo ao convênio que menciona, destinado à integração e operacionalização das funções e ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da comissão de Organização das Reuniões da Rede de Medidas Socioeducativas de Belo Horizonte-2008, encaminhando documento elaborado e assinado pelos integrantes e parceiros da Rede de Medidas Socioeducativas de Belo Horizonte, relativo à Defensoria Pública. (- À Comissão do Trabalho.)

Da Sra. Rosângela Maria Dantas e do Sr. Alcides Constantini, Prefeita eleita e Vice-Prefeito eleito do Município de Inconfidentes, apresentando sugestão de emenda para o Orçamento de 2009. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.786/2008.)

Do Sr. Murilo Andrade de Oliveira, Superintendente de Articulação Institucional e Gestão de Vagas, da Secretaria de Administração Prisional, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.907/2008, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Maria Tereza de Fátima, Secretária Executiva do Governador, agradecendo, em nome do Governador do Estado, convite para participar da reunião especial em comemoração dos 20 anos do Tauá Hotel & Conventions, informando a impossibilidade de seu comparecimento ao evento e a indicação do Sr. Antonio Augusto Anastasia para representar o Chefe do Poder Executivo.

Do Sr. Fernando Antônio Brandão, Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando a transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social do Governo do Estado, no valor que menciona, referente ao Programa Índice de Gestão Descentralizada Estadual. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do FNDE (6), informando a liberação dos recursos financeiros que menciona, destinados a garantir a

execução de programas desse Fundo. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Stela Pacheco Pimenta, Coordenadora Geral do Sindicato dos Trabalhadores do Tribunal de Contas do Estado, convidando para o XVIII Congresso da Federação Nacional das Entidades Sindicais dos Tribunais de Contas do Brasil.

Do Sr. João Evangelista Bueno Luiz, Superintendente Regional (substituto) da Codevasf, informando a liberação de recursos financeiros para a Emater-MG. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Wilian Vagner Moreira, Diretor Coordenador-Geral do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais - Sindieletro -, solicitando a intercessão desta Casa em apoio aos trabalhadores da Cemig, diante da intenção manifesta por essa empresa de reduzir seu quadro de pessoal. (- À Comissão do Trabalho.)

Da Sra. Solange do Rosário Souza Oliveira e outras, solicitando apoio a reivindicações dos servidores estaduais da classe dos Assistentes Técnicos da Educação Básica. (- À Comissão de Educação.)

Do Sr. Anderson Henrique Apolinário, Oficial de Justiça da Comarca de Barbacena, agradecendo à Presidência desta Casa pelo apoio à derrubada de vetos à Proposição de Lei Complementar nº 112.

Da Superintendência Geral da Câmara Municipal de Ipatinga, convidando para audiência pública destinada a discutir os benefícios a empresas da região pela admissão de egressos de penitenciárias, a qual se realizaria nessa Casa em 13/11/2008.

Do Sr. José Eduardo Machado, Provedor do Hospital de Cataguases, solicitando, em face das dificuldades financeiras enfrentadas por essa instituição, sejam destinados a ela recursos orçamentários por meio de emendas parlamentares. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.786/2008.)

CARTÃO

Do Sr. Antônio Carlos Andrada, Conselheiro-Corregedor do Tribunal de Contas, encaminhando o relatório de atividades desse órgão referente aos meses de maio a agosto de 2008. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 2.898/2008

Dá denominação à Escola Estadual do Bairro Gávea.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica denominada Escola Estadual Leonídia Maria de Jesus 1º e 2º graus a Escola Estadual do Bairro Gávea, com sede no Bairro Gávea, Município de Vespasiano.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de novembro de 2008.

Irani Barbosa

Justificação: Este projeto visa homenagear uma cidadã vespasianense que teve papel marcante na sociedade de Vespasiano. Sendo assim, nada mais justo que homenageá-la, atribuindo à escola o seu honrado nome.

Em face do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 2.899/2008

Declara de utilidade pública a Associação Recanto da Digna Idade Frei Jaime Maria Llagostera, com sede no Município de Resplendor.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Recanto da Digna Idade Frei Jaime Maria Llagostera, com sede no Município de Resplendor.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de novembro de 2008.

José Henrique

Justificação: A Associação Recanto da Digna Idade Frei Jaime Maria Llagostera, situado na Rua Nossa Senhora Mont'Serrat, 98, Centro, encontra-se em contínuo e regular funcionamento desde agosto de 2006, ou seja, há mais de 2 anos.

A Associação Recanto da Digna Idade Frei Jaime Maria Llagostera tem por finalidade promover abrigo e assistência a idosos carentes e abandonados por familiares, promover também iniciativas e campanhas de cunho social beneficente, assumir parcerias com instituições de saúde da família, de gestantes, crianças e idosos, entre outras atividades.

Com base no exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.900/2008

Declara de utilidade pública a Casa Espírita Lago de Luz, com sede no Município de Guapé.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Casa Espírita Lago de Luz, com sede no Município de Guapé.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de novembro de 2008.

Antônio Carlos Arantes

Justificação: A principal finalidade da Casa Espírita Lago de Luz é promover atividades nas áreas assistencial, cultural, beneficente e filantrópica.

Além disso, apresenta os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual solicitamos a aprovação da presente proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.901/2008

Declara de utilidade pública a Agência para o Desenvolvimento Socioeconomico de Fortaleza de Minas, com sede nesse Município.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Agência para o Desenvolvimento Socio-economico de Fortaleza de Minas, com sede nesse Município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de novembro de 2008.

Antônio Carlos Arantes

Justificação: A principal finalidade da Agência para o Desenvolvimento Socio-econômico de Fortaleza de Minas é melhorar as condições socioeconômicas da comunidade, através do envolvimento articulado com parcerias técnicas, econômicas e financeiras; captar novos investimentos para o Município e fortalecer as empresas já existentes; estimular a geração de novos empregos e promover melhoria da qualificação da mão de obra.

Além disso, apresenta os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual solicitamos a aprovação desta presente proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Turismo, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI nº 2.902/2008

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Barbacena o imóvel que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Barbacena o terreno de propriedade da Fhemig - Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - no Município de Barbacena, com área de 149.451,47m² (cento e quarenta e nove mil quatrocentos e cinqüenta e um

vírgula quarenta e sete metros quadrados), registrado às fls 60 do Livro nº 3-AN, sob o nº 36.036, no Cartório do 7º Ofício de Notas de Belo Horizonte.

Parágrafo único - O imóvel descrito neste artigo destina-se a regularizar a situação dos terrenos que compõem o Bairro Floresta, no Município de Barbacena.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de novembro de 2008.

Lafayette de Andrada

Justificação: O projeto de lei ora apresentado visa, principalmente, regularizar a situação do terreno que compõe o Bairro Floresta, no Município de Barbacena. A referida área está sendo utilizada por meio de posse direta, havida por Contrato de comodato entre a Fhemig e antigos servidores do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena, que já residem nesses imóveis há quase 30 anos. A área que se pretende doar ao Município de Barbacena tem planta aprovada pela Prefeitura Municipal desde 1991, e o Bairro Floresta está em franca urbanização, com água, iluminação pública, vias asfaltadas e imóveis já lançados no IPTU.

A doação, ora pleiteada, irá beneficiar aproximadamente 250 famílias, que necessitam garantir e amparar legalmente suas propriedades.

Para análise dos nobres pares e aprovação deste projeto de lei, anexamos planta do terreno, escritura, relação de moradores e o Ofício nº 370/2008, do Presidente da Fhemig.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art.102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI nº 2.903/2008

Declara de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia de Passa-Tempo - Hospital São Gabriel - com sede no Município de Passa-Tempo.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia de Passa-Tempo - Hospital São Gabriel - com sede no Município de Passa-Tempo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de novembro de 2008.

Lafayette de Andrada

Justificação: A Santa Casa de Misericórdia de Passa-Tempo - Hospital São Gabriel - é uma entidade jurídica, sem fins lucrativos e que tem como finalidade primordial a prestação de serviços médicos, ambulatoriais e laboratoriais a toda população de Passa-Tempo e região. Está devidamente registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Passa-Tempo sob o nº 374, no Livro A-4. Conforme atestado de funcionamento, em anexo, a instituição funciona desde 1974, cumprindo suas finalidades estatutárias e sociais.

Solicito, portanto, dos nobres pares a aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.904/2008

Declara de utilidade pública a Associação Regional de Proteção Ambiental - Arpa -, com sede no Município de Bom Despacho.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Regional de Proteção Ambiental - Arpa -, com sede no Município de Bom Despacho.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de novembro de 2008.

Inácio Franco

Justificação: O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública a Associação Regional de Proteção Ambiental - Arpa -, com sede no Município de Bom Despacho. A Associação, sem fins lucrativos, tem por objetivo dotar o Pelotão de Polícia Militar do Meio Ambiente do 7º batalhão da PMMG com a logística necessária e suficiente para o cumprimento de suas atividades relacionadas com a proteção e recuperação do meio ambiente em todas as suas formas, inclusive propondo ação civil pública.

Para arcar com seus objetivos, poderá a referida associação receber doações, celebrar convênios com pessoas físicas e jurídicas para investir em campanhas educativas conscientizando as pessoas no tocante à preservação do meio ambiente e visando ao recebimento de auxílio material, financeiro e de logística, os quais serão revertidos na defesa e proteção do meio ambiente.

Por ser justo e tendo em vista a problemática ambiental que vivemos, conto mais uma vez com o apoio dos nobres pares desta Casa para a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Meio Ambiente, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 3.063/2008, do Deputado Juninho Araújo, em que pleiteia seja solicitada ao Diretor-Geral do DNIT a instalação de três redutores de velocidade na Rodovia BR-262, à altura do km 96, no perímetro urbano de Abre-Campo. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 3.064/2008, do Deputado Ruy Muniz, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Prefeitura Municipal e os Agentes de Saúde de Janaúba, por ter o referido Município recebido destaque internacional pela redução dos índices de mortalidade infantil como resultado da criação da Rede de Atenção à Criança e ao Neonato. (- À Comissão de Saúde.)

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Assuntos Municipais, de Cultura e do Trabalho.

Oradores Inscritos

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Com a palavra, o Deputado Doutor Rinaldo.

- O Deputado Doutor Rinaldo profere discurso, que será publicado em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Assuntos Municipais - aprovação, na 29ª Reunião Ordinária, em 19/11/2008, dos Requerimentos nºs 3.032/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 3.038 a 3.041/2008, da Deputada Ana Maria Resende; de Cultura - aprovação, na 27ª Reunião Ordinária, em 19/11/2008, dos Projetos de Lei nºs 2.631/2008, da Deputada Gláucia Brandão, 2.802/2008, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, 2.813/2008, do Deputado Padre João, e 2.828/2008, do Deputado Domingos Sávio, e do Requerimento nº 3.043/2008, da Comissão de Participação Popular; e do Trabalho - aprovação, na 19ª Reunião Ordinária, em 19/11/2008, dos Projetos de Lei nºs 2.184/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2.686/2008, do Deputado Jayro Lessa, 2.712/2008, do Deputado Gil Pereira, 2.759/2008, do Deputado Eros Biondini, 2.769/2008, do Deputado Wander Borges, 2.778 e 2.779/2008, do Deputado Padre João, 2.782/2008, do Deputado Carlos Mosconi, 2.792/2008 com a Emenda nº 1, do Deputado Elmiro Nascimento, 2.798/2008, do Deputado Vanderlei Miranda, 2.804/2008, do Deputado Sebastião Helvécio, 2.805/2008, do Deputado Alencar da Silveira Jr., 2.806/2008, do Deputado Domingos Sávio, 2.815/2008, do Deputado Vanderlei Miranda, e 2.818/2008, do Deputado Domingos Sávio, e do Requerimento nº 3.036/2008, do Deputado Braulio Braz (Ciente. Publique-se.).

Discussão e Votação de Indicações

O Sr. Presidente - Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. Paulo José de Araújo para Compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.615/2008, uma vez que permaneceu em ordem do dia por seis reuniões.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de terça-feira, dia 25, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 25/11/2008.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 52ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 4/11/2008

Presidência dos Deputados Doutor Viana e Zé Maia

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Secretária Renata Maria Paes de Vilhena - Palavras do Sr. Coordenador - Palavras do Senador Delcídio Amaral - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Doutor Viana - Roberto Carvalho - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Bráulio Braz - Carlin Moura - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Neider Moreira - Paulo Guedes - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Vanderlei Miranda - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado André Quintão, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do Seminário "Região Sudeste", da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional - Proposta Orçamentária da União para 2009.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Renata Maria Paes de Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão, representando o Governador do Estado, Aécio Neves; e os Exmos. Srs. Senador Delcídio Amaral, Membro da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e Relator da Receita da Proposta Orçamentária para 2009; Deputado Federal Mendes Ribeiro Filho, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e Coordenador dos Trabalhos; Deputado Federal Marcus Montes, 2º-Vice-Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional; Deputado Federal Jorge Khoury, Membro da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e Relator da Receita da Proposta Orçamentária para 2009; Deputado Federal Gilmar Machado, Vice-Líder do Governo no Congresso; Deputado Federal Virgílio Guimarães; Deputado Federal Leonardo Monteiro; Deputado Federal Jaime Martins; Desembargador Paulo Roberto Sifuentes Costa, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho - 3ª Região; Márcio Lacerda, Prefeito eleito de Belo Horizonte; Deputado Zé Maia, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira desta Casa; e Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular desta Casa.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra e agradece a presença dos Exmos. Srs. Helvécio Luiz Reis, Magnífico Reitor da Universidade Federal de São João del-Rei; Pedro Ângelo Almeida Abreu, Magnífico Reitor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; José Maria Silva, Prefeito eleito da cidade de Curvelo; Roberto Simão, Superintendente Regional da Secretaria do Ministério do Trabalho em Minas Gerais; e Ronaldo Pena, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Estado de Minas Gerais. A Presidência agradece também a presença dos inúmeros Vereadores, Prefeitos e Vice-Prefeitos.

Palavras do Sr. Presidente

A crise financeira que, gerada pela compulsão especulativa da economia dos Estados Unidos, repercutiu de imediato nos mercados do mundo inteiro, pode ter efeitos maiores e mais duradouros do que se previa inicialmente. Autoridades e analistas já admitem que, direta ou indiretamente, economia nenhuma ficará imune à turbulência. Atingindo primeiro as bolsas de valores, a crise irá refletir de alguma forma na vida real das empresas, das pessoas e das instituições públicas. No contexto da interdependência decorrente da globalização, o Brasil não foge à regra. Por mais positivos que sejam seus indicadores econômicos, por mais acertadas que tenham sido algumas medidas de caráter preventivo no campo monetário, o País também está sujeito aos contratemplos que se anunciam. Também terá que seguir algumas recomendações dos especialistas, principalmente aquelas que dizem respeito à cautela, à contenção de gastos, à redução de riscos. Tais considerações se tornam obrigatórias em qualquer análise que envolva investimentos, receitas e despesas. Elas não poderiam deixar de estar presentes em um evento como este que estamos iniciando, que tem por objetivo trazer esclarecimentos e receber sugestões referentes à proposta orçamentária da União para o próximo ano.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, aqui representada por alguns de seus mais ilustres componentes, tem diante de si uma tarefa difícil: elaborar uma peça orçamentária para um país com tantos problemas e tantas oportunidades como o Brasil, em um cenário marcado por incertezas. O desafio está em conciliar os cuidados na previsão de arrecadação e de gastos com a necessidade de manter os investimentos, de gerar emprego e renda, de dar suporte a setores essenciais, como saúde, educação, moradia, transporte e segurança, de corrigir as desigualdades sociais e regionais, de estimular os segmentos produtivos, enfim, de fazer com que o País continue crescendo, em busca de um desenvolvimento sustentável e equilibrado. Um trabalho dessa natureza requer mais do que embasamento técnico, mais do que confronto de números e estatísticas. Pensar o orçamento brasileiro é considerar também seus componentes políticos, é ouvir os segmentos representativos da população, é procurar atender às demandas mais recorrentes, é abrir espaço à participação. É essa linha que norteia o Seminário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, razão pela qual parabenizamos seus integrantes e a Assembléia Legislativa, como parceira, se sente honrada em sediar este evento.

Agradecemos a todas as pessoas e instituições que colaboraram para a realização deste encontro, especialmente à referida Comissão Mista do Congresso, aqui representada por seu Presidente, Deputado Mendes Ribeiro Filho, pelo Senador Delcídio Amaral, pelo Deputado Jorge Khoury e pelos demais Deputados Federais presentes; ao Deputado Zé Maia, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária desta Casa; ao Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular; e a todos os que aqui compareceram. Esperamos que os trabalhos aqui desenvolvidos sejam esclarecedores e que as propostas apresentadas contribuam para aprimorar o Orçamento da União para 2009, instrumento da maior importância para a vida de todos os brasileiros. Muito obrigado.

Palavras da Secretária Renata Maria Paes de Vilhena

Exmos. Srs. Deputado Doutor Viana, Deputado Federal Mendes Ribeiro Filho, Senador Delcídio Amaral, Deputado Federal Jorge Khoury, Deputado Federal Marcus Montes, Deputado Federal Gilmar Machado, Deputado Federal Virgílio Guimarães, Deputado Federal Leonardo Monteiro, Desembargador Paulo Roberto, Márcio Lacerda, Deputado Zé Maia, Deputado André Quintão, demais Deputados, senhoras e senhores. Bom-dia a todos.

Os planejamentos plurianuais e os orçamentos são os principais instrumentos que sinalizam aos diversos atores sociais qual é a agenda de desenvolvimento proposta pelos governos. O planejamento está passando por uma fase de revigoração no País, se adaptando ao novo modelo de desenvolvimento e ganhando espaço na agenda dos governantes. Nesse processo, é importante o papel do setor público de, por meio de suas instituições, garantir e fomentar a coerência interna social e cultural da sociedade, as normas e valores que guiam as interações entre indivíduos e que determinam o desenvolvimento, destacando, fundamentalmente, a importância da introdução do capital social, reconhecendo a função da sociedade na agenda do desenvolvimento.

Planejamentos compreensivos e destoantes da realidade, marca do velho desenvolvimento, estão dando lugar a planejamentos que propõem a reorientação das organizações para geração dos resultados esperados pela sociedade. Não mais se discute se queremos o Estado mínimo ou o Estado desenvolvimentista. O tamanho do Estado e seu papel, o desenho das organizações e a gestão pública devem resultar de uma análise realizada pela sociedade sobre o ônus e os resultados esperados das políticas públicas. Num estágio mais avançado, esse novo planejamento romperia a lógica atual de avaliar o desempenho em determinada área pelo volume de gastos, e o governante e as organizações seriam avaliados de acordo com a capacidade de melhorar indicadores econômicos e sociais sem onerar adicionalmente a sociedade. Daí a importância da associação entre planejamento, gestão, avaliação, transparência e controle social. Esse é o modelo de planejamento que propomos para Minas no nosso Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, plano de longo prazo transformado em lei, na revisão do planejamento plurianual 2008-2011 e no Orçamento para 2009 encaminhados recentemente para esta Casa. Instituímos o Estado para Resultados como o termo-síntese da estratégia de governo.

A estratégia para Minas, numa perspectiva de longo prazo e com seu desdobramento para o atual mandato do Governador Aécio Neves, identificou 11 áreas de resultados nitidamente perceptíveis para a sociedade. Cada área de resultado agrega os principais desafios a serem superados, objetivos a serem alcançados e estabelece metas para a administração pública, bem como iniciativas essenciais para transformar Minas no melhor Estado para se viver. Duas dimensões complementares do Estado para Resultados, a Qualidade Fiscal e a Qualidade e Inovação da Gestão Pública, são o baluarte para a realização dos resultados. No Estado para Resultados, todos os dirigentes e organizações do Poder Executivo são avaliados pela contribuição nas áreas de resultados. Para isso, os principais instrumentos de gestão para resultados adotados em Minas, a partir de 2003, acordo de resultado (contrato de gestão), avaliação e adicional de desempenho dos servidores e prêmio por produtividade, incorporaram as áreas de resultado, seus indicadores e metas, como fonte essencial das contratualizações, avaliações e incentivos. Sabemos que a boa gestão é aquela que faz mais e melhor gastando menos, que alcança metas econômicas sem negligenciar o social ou a estabilidade fiscal, que estabelece e cumpre uma trajetória de desenvolvimento. Acreditamos que o modelo de gestão adotado pelo governo de Minas indicará que, ao mudarmos a forma de avaliar os governos, o falso conflito entre o econômico e o social encontrado na gestão eficiente é a resposta de que é possível instalarmos uma Agenda de Desenvolvimento.

Diante dos debates regionais sobre o PPA e o Orçamento Federal, o Governador Aécio Neves nos recomendou que apresentássemos oportunidades de parceria e contribuições. Acreditamos que as Unidades da Federação têm que atuar supletiva e complementarmente à União, realizando a coordenação e implementação de ações que demandam conhecimento da realidade regional e local para assegurar efetividade e equidade. Muitas políticas realizadas autonomamente pelos Municípios podem gerar imigração desordenada, onerando os Municípios com maior capacidade de investimento. Essa questão é mais severa nas regiões metropolitanas em que decisões de um Município podem incentivar um reordenamento indesejado pelo conjunto de Municípios. Em conjunto com o Legislativo e todos os Municípios que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte, institucionalizamos e fortalecemos o planejamento e a gestão metropolitana.

Ao analisar o PAC, núcleo do planejamento da União, percebemos que os Municípios de Belo Horizonte e Contagem já se beneficiam das obras de urbanização de favelas e revitalização do Arrudas e da Av. Tereza Cristina. Todos os representantes da região metropolitana avaliaram positivamente a iniciativa do Rodoanel, mas permanecem ressentidos com a ausência de investimentos para a conclusão do metrô e para o desenvolvimento do Aeroporto Internacional Tancredo Neves. Continuamos aguardando a inclusão dessas importantes obras no PAC, tendo a certeza de seu impacto positivo no crescimento da economia mineira, que, de forma sensível, se refletirá no crescimento do País.

Os demais investimentos do PAC, principalmente em infra-estrutura rodoviária, são fundamentais para o crescimento do Estado, razão pela qual é essencial que se concretizem nos prazos propostos. A combinação das malhas rodoviárias federal e estadual em boas condições de trafegabilidade impulsionarão o crescimento econômico em todas as regiões de Minas. O Governo Estadual segue em ritmo acelerado com programas de recuperação, readequação e implantação de rodovias. Ainda na lógica de "parceirização", avaliamos que a União, na área de segurança pública, precisa estabelecer mecanismos que atenuem o atual fluxo errático de aplicações por meio dos fundos penitenciários e de segurança pública, o que potencializaria os investimentos realizados e propostos pelo Governo de Minas e, acredito, pelos demais Governos da Região Sudeste.

Quero, por fim, agradecer a oportunidade de participar deste debate, pois a participação dos governos e da sociedade nos rumos do planejamento do País demonstra a evolução do planejamento como instrumento de democracia. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - A Presidência passa a coordenação dos trabalhos ao Deputado Federal Mendes Ribeiro Filho.

Palavras do Sr. Coordenador

Sr. Presidente, quero agradecer, na sua pessoa, todos os Deputados Federais, todos os Deputados Estaduais, os servidores desta Casa, todos os senhores e senhoras a acolhida que é dada à Comissão Mista de Orçamento. Agradeço também ao Deputado Doutor Viana a gentileza de que fomos alvo nesta Casa e neste Estado. Quero dizer da minha satisfação, como Presidente, de caminhar pelo Brasil fazendo seminários regionais demonstrando claramente que a Comissão de Orçamento trabalha com transparência, como a sociedade exige. Que tenhamos consciência do avanço da democracia brasileira e coloquemos o ente da sociedade civil organizada como parte do processo de discussão dos recursos da União.

O Orçamento Participativo vai ser uma realidade, sim. Este ano já teremos o seu embrião, os primeiros passos, quem sabe aqueles mais difíceis. O Delcídio Amaral, extraordinário relator, meu amigo pessoal - hoje posso dizê-lo -, que muito tem me ensinado, tem perseguido, com a mesma insistência do Presidente, a busca pela participação popular. Da mesma maneira, tem agido o Marcus Montes, nosso 2º-Vice-Presidente, homem habituado ao trabalho do dia-a-dia, que busca aquilo que é preciso para que nós, políticos, possamos perceber que ou mudamos a forma de fazer ou mudamos nós. Também essa é a determinação do Jorge Khoury, relator de Receita.

Falam em crise, mas isso é uma marolinha ou um "tsunami"? É um momento difícil, mas momentos difíceis existem enquanto estamos a discuti-los. Lá na ponta, é preciso que cheguem de forma mais amena. Por isso é preciso ter homens como o Delcídio e o Jorge Khoury, trabalhando, dedicando-se, prontos para a tarefa. É por isso também que tenho a honra de estar aqui com o Gilmar Machado, Líder do Governo nesta Comissão, que tem articulado os entendimentos, que tem possibilitado que as coisas avancem em termos de Orçamento, sempre mudando, adequando-se às exigências da sociedade e presente quando é exigida a presença do governo. Gilmar presidiu a Comissão e foi importante para criar um instrumento de transparência, o Fiscalize, que agora aperfeiçoamos. O endereço eletrônico da Comissão tem todo o dinheiro pago pela União para qualquer Município brasileiro. Mas também agora possui qualquer recurso empenhado para qualquer Município brasileiro. Não há como a sociedade não acompanhar o processo licitatório. Não há como a sociedade não acompanhar a liberação do recurso. Não há como não existir transparência. Isso começou lá atrás. A democracia é uma obra que se faz dia após dia. Não podemos esquecer, parece que foi ontem que este Brasil, através do colégio militar, do colégio eleitoral da ditadura, elegeu o nosso Tancredo Neves - permitam-me que eu diga "nosso" - para dar início à caminhada da democracia.

É bom estar aqui na companhia dos Deputados Federais, deste extraordinário Virgílio Guimarães, meu amigo, homem que lutou muito pela reforma tributária e ainda persiste nessa luta, com a bandeira de que é impossível que tantos tenham tão pouco e alguns tenham tanto. Nessa luta para que as coisas cheguem à ponta, Virgílio tem sido extraordinário, assim como o nosso Deputado Jaime Martins, membro e dedicado componente da Comissão Mista de Orçamento. Jaime presta enorme serviço para esta terra, como também o nosso Leonardo Monteiro, ativo, prudente, capaz, que muito tem auxiliado a Presidência no dia-a-dia da Comissão.

Saúdo a Secretária de Planejamento do Governador Aécio Neves, Renata Vilhena. Tenho pelo Aécio uma amizade e um carinho muito grandes. Fui seu companheiro por oito anos na Câmara dos Deputados, fui Líder na mesma época em que ele o foi. Aécio é um grande homem, para quem o futuro reserva uma surpresa no cenário político brasileiro. Secretária, é uma satisfação estar ao seu lado. Transmita ao Governador Aécio o meu respeito, a minha admiração, a minha amizade.

Saúdo a todos os Deputados Estaduais presentes, os Prefeitos, os Vereadores. De alguma forma, as coisas precisam começar. Esta reunião começou de forma brilhante, comandada pelo Vice-Presidente, e precisa prosseguir da mesma forma. O primeiro estágio brilhante desta reunião será a palavra do nosso relator-geral, Senador Delcídio, que dirá em que consiste esse caixa de R\$1.600.000.000.000,00. Tanto e tanto dinheiro na nomenclatura, e tão pouco chega à ponta. É preciso desvendar esse mistério. É preciso que as coisas sejam abertas para a sociedade e que tenhamos um Orçamento que retrate o mais fielmente possível a realidade. Essa peça de ficção, meu caro Deputado Jaime...

O que quer dizer "orçamento" para as pessoas? É o dinheiro que pago e não vejo. Precisamos fazer com que o Orçamento seja, cada vez mais, uma peça transparente e que, cada vez mais, tenha o mínimo caráter impositivo. Descobrimos uma forma de ter o caráter impositivo. Por quê? Porque o caráter impositivo, tenho certeza, virá com o Orçamento Participativo.

Queremos saudar o Prefeito eleito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda. É uma satisfação estarmos na sua terra e termos sido recebidos como fomos. Tenho certeza de que o Poder Executivo, com a participação popular, será constrangido a executar o que for escolhido pela sociedade. Vamos chegar lá, no próximo ano? Queremos que no relatório preliminar do nosso Senador Delcídio exista um disciplinamento mínimo de participação popular, com um anexo dessa participação, e que as emendas apresentadas pela sociedade sejam separadas das emendas das bancadas, de forma a privilegiar a participação da sociedade. Trata-se de um desafio. E todo desafio que consome energia constrói pontes. Estamos construindo pontes para termos uma democracia mais forte, legítima e perene. Nós, de hoje, devemos ter a responsabilidade de dar aos de amanhã tudo o que os de ontem nos propiciaram. Hoje, Aécio Neves nos dá um exemplo, assim como o Márcio Lacerda, de administrações corretas, que buscam o desenvolvimento e o respeito ao cidadão brasileiro.

É uma honra estar aqui com os senhores, que permitem que a Comissão Mista de Orçamento realize sua reunião nesta terra. Peço desculpas por não termos conseguido agendar Belo Horizonte para segunda-feira e sexta-feira. O Virgílio e o Marcus Montes sabem que na terça-feira os Deputados precisam ir a Brasília. Os nossos Deputados Federais dispõem de um avião direto. Sabíamos que, realizando o evento na terça-feira, Belo Horizonte estaria prejudicada. De qualquer modo, é preferível fazê-lo: percorrer o Rio Grande e discutir o Orçamento de forma que todos possam sentir os recursos um pouco mais próximos.

Com muita honra e satisfação, passo a palavra ao extraordinário Delcídio Amaral, que tem a capacidade de tornar as coisas simples, fáceis e de mostrar que, depois que se chega a uma solução, vê-se que era muito fácil percebê-la. Mas, para chegar lá, é preciso ter talento, o que não falta ao nosso Delcídio Amaral.

Palavras do Senador Delcídio Amaral

Quero cumprimentar o Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente desta Assembléia Legislativa, representando o Exmo. Sr. Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa; a Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento e Gestão, representando o meu querido amigo Governador Aécio Neves; o Deputado Federal Mendes Ribeiro Filho, que preside a Comissão de Orçamento com determinação e eficiência, resgatando a imagem dessa Comissão; o meu caro amigo Deputado Federal Jorge Khoury, da Bahia, nosso relator da Receita - desde o ano passado, praticamos uma relatoria com resultados extremamente importantes para a Comissão de Orçamento; o Deputado Federal Marcus Montes, da nossa querida Minas Gerais, 2º-Vice-Presidente da Comissão de Orçamento, que tem representado com honradez e dignidade o Estado; meus companheiros, Deputados Gilmar Machado, o homem que não mede esforços para organizar as coisas na Comissão de Orçamento e fazer o meio de campo como relator, Presidente e Governo de uma forma extremamente eficiente, leve, serena, sem problemas e arestas; Virgílio Guimarães, do nosso partido, saúdo-o pelo excelente trabalho realizado nas eleições de 2008, com sua experiência e determinação; Leonardo Monteiro, além de saudá-lo, registro o trabalho de V. Exa. no Congresso Nacional, representando Minas Gerais, um dos Estados mais importantes da federação; e Jaime Martins, que trabalhará conosco para viabilizar um relatório que corresponda ao que a sociedade espera para 2009. Ao Desembargador Paulo Roberto Sifuentes Costa, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, os meus cumprimentos. Ao Prefeito eleito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, na pessoa de quem cumprimento o Prefeito Pimentel, meus parabéns pela eleição e por sua história que acompanho há muitos anos. Tenho a certeza de que honrará e dignificará a população de Belo Horizonte e de Minas Gerais. Sei que fará um grande trabalho. Cumprimento, ainda, os Deputados Zé Maia, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, e André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Em nome dos Deputados e Secretários de Estado, cumprimento a população de Belo Horizonte e de Minas Gerais, as lideranças da sociedade civil organizada, de movimentos sociais, os funcionários da Assembléia Legislativa de Minas Gerais e as assessorias da Comissão de Orçamento da Câmara e do Senado que estão presentes.

Serei breve, pois nosso objetivo é debater e ouvir sugestões, as quais trabalharemos incessantemente para incorporar ao relatório do orçamento da União para 2009. Iniciarei com os objetivos dos seminários regionais, que tentam buscar transparência na discussão do orçamento de 2009, aproximando o cidadão e divulgando as ferramentas para que haja acompanhamento por parte da população, desde a fase de discussões, emendas, enfim, em toda a evolução do orçamento de 2009 e, conseqüentemente, dos anos vindouros. A idéia é estimular a participação da sociedade. Salvo engano, este é o sétimo encontro regional. Esta semana, passamos por Porto Alegre e Vitória. Hoje, estamos em Belo Horizonte. Na próxima semana, continuaremos a maratona. É impressionante a participação da sociedade civil organizada, dos movimentos sociais, da classe política. É importante destacar que essas audiências estão sendo gravadas e todas as reivindicações, sugestões, serão tabuladas, para que, posteriormente, junto com as bancadas, tenhamos as condições necessárias para analisar as propostas para o orçamento de 2009.

Na tela seguinte, mostrarei, rapidamente, como funciona essa proposta de construção do Orçamento de 2009. Como todos os senhores e as senhoras sabem, os Ministérios do Planejamento e da Fazenda organizam o Orçamento, ouvindo os Ministérios, o Judiciário, bem como o Legislativo. Isso é encaminhado pelo Presidente ao Congresso e, depois, ao Presidente da Comissão de Orçamento. Lá, isso será discutido com os parlamentares daquela Comissão, Deputados e Senadores. É a maior comissão permanente do Congresso. Esse trabalho será desenvolvido pelos relatores setoriais, que são os que cuidam do meio ambiente, da infra-estrutura, da integração nacional e da saúde. Eles trabalharão com as emendas provenientes das bancadas. Em seguida, o relator-geral organiza todo esse trabalho dos relatores setoriais. "Grosso modo", é isso. É um pouco o que representa essa tela, mostrando que essas emendas acompanham o Programa Plurianual do Governo - PPA -, bem como a Lei de Diretrizes Orçamentárias. É por meio dessa sistemática que discutimos e aprovamos as emendas apresentadas.

Na próxima tela, vemos a representação das emendas. Temos três tipos. A primeira é a individual, que é a de cada parlamentar. Hoje, o relatório preliminar fala em 8 milhões. As senhoras e os senhores devem ter acompanhado pela imprensa que há uma discussão para que as emendas individuais sejam aumentadas. Cada parlamentar vai aplicá-las principalmente nos Municípios. É com elas que ele atua intensamente nos Municípios e nas Prefeituras. Temos, na seqüência, as emendas de bancada, que são de nível estadual, ou seja, têm um impacto mais

amplo e com grande ascendência sobre o desenvolvimento econômico e social dos Estados. Por último, temos as emendas de comissão, que são as de impacto nacional, atendendo a mais de um Estado. São esses, resumidamente, os três tipos de emenda com que, normalmente, trabalhamos. É importante destacar que esse processo tramita, como disse, na Comissão do Orçamento, passa pelas relatorias setoriais, pela relatoria de Receita, em seguida, pela relatoria-geral. Depois disso, é aprovado no Congresso Nacional, normalmente no final do ano, naquelas sessões inesquecíveis que entram madrugada adentro, para que efetivamente, no ano seguinte, passe a vigor. Já tivemos dificuldades em alguns anos, especificamente neste, em aprovar o Orçamento. Nesse caso, o governo administra, meu caro Deputado Virgílio Guimarães, com o duodécimo. Todos sabem das conseqüências da administração por duodécimo. Por isso, trabalharemos bastante para aprovarmos o Orçamento este ano. Apesar das dificuldades aqui expostas em relação ao sistema financeiro internacional, apesar de o Brasil viver uma outra realidade hoje, é claro que algum impacto teremos na nossa economia. O governo tem até 21 de novembro para apresentar uma eventual revisão do Orçamento. Hoje conversaremos com o Ministro Paulo Bernardo para fazermos uma avaliação desses cenários, a fim de fazermos um Orçamento mais próximo da realidade que o mundo e o Brasil viverão no ano de 2009. Como disse o Presidente Mendes Ribeiro, a proposta é ter, pelo menos, uma emenda de bancada popular. Estamos vendo que, na maioria dos Estados, haverá muito mais que uma emenda. E isso consolida o Orçamento Participativo. Além disso, haverá sugestões que, ao longo da negociação do Orçamento, poderemos acrescentar ao orçamento dos Ministérios. Essas audiências públicas abrem, portanto, uma perspectiva extraordinária para se fazer o debate do Orçamento e acatar principalmente as reivindicações das comunidades. Minas Gerais tem 19 emendas de bancada de apropriação e 3 emendas de remanejamento. Dessas 19 emendas, pelo menos uma será oriunda desta audiência pública. É o que pretendemos fazer.

Veremos agora os cronogramas para a preparação e a aprovação do Orçamento dizendo às bancadas estaduais e federais que pretendemos colocar amanhã em votação o relatório preliminar do Orçamento de 2009, que contém as diretrizes para os relatores, e aí começar a contar o tempo das emendas. As bancadas terão de 6 a 14 de novembro para apresentar suas emendas, uma semana portanto, as quais depois serão apreciadas pelos relatores setoriais e contempladas com as propostas oriundas das audiências públicas nos Estados.

Falarei agora rapidamente sobre o Orçamento de 2009. O Orçamento-Geral de 2009 é de R\$1.664.000.000.000,00. Só que 40% desse total está destinado à amortização da dívida. Os senhores e as senhoras podem verificar por esta tela que tudo está muito amarrado, porque há repasse para Estado e Município, despesa financeira, juros e encargos da dívida, reserva de contingência, desoneração de exportações. Ou seja, o Orçamento é muito atrelado. É um volume de dinheiro muito grande, mas extremamente engessado. É importante destacar que, desses R\$1.664.000.000.000,00, R\$525.000.000,00 são rolagem da dívida, ou seja, é muito mais contábil, propriamente dito, e com uma renovação de, pelo menos, duas vezes ao ano. Na tela seguinte, que é um resumo do que foi apresentado anteriormente, as despesas obrigatórias passam de 90%, e as despesas discricionárias chegam a quase 10%. Veremos agora as despesas discricionárias para os senhores e as senhoras terem uma idéia: a saúde, com 33,2%; a educação, com 11,3%; Bolsa Família, com 7,9%; ciência e tecnologia, com 3,4%; o PAC, com 14,5%; e as demais, que passam pelos outros Ministérios, com 29,8%. É importante destacar que, se ocorrerem cortes no Orçamento em função de uma revisão dos parâmetros pelo governo, o PAC e os programas sociais não sofrerão cortes.

Alguns dos parâmetros utilizados pelo governo são inflação de 4,5%; crescimento de 4,5%; dólar a US\$1,71; barril de petróleo a US\$111,00. Os senhores e as senhoras podem ver que há uma mudança em relação a esses parâmetros e, a despeito da solidez da economia brasileira, se o mundo crescer menos, obviamente o Brasil sofrerá um impacto, até porque não estamos isolados das comunidades financeiras e dos principais países que têm economias fortes pelo mundo.

Quanto aos investimentos, notamos claramente um crescimento de 2005 a 2009. Vocês podem observar que, em 2009, temos R\$39.004.000.000,00 de investimentos, em que mais ou menos R\$21.000.000.000,00 são PAC e PPI, aquele programa-piloto de investimentos, e a diferença para os R\$39.000.000.000,00 - ou seja, R\$18.000.000.000,00 - são investimentos de infra-estrutura, Ministério das Cidades e Ministério da Defesa. Enfim, outros investimentos que também são muito importantes para o desenvolvimento do País.

As estatais têm uma participação acentuada, quase R\$80.000.000,00. Muitos desses investimentos das estatais estão no PAC, especialmente na Petrobras. Reforçando, quase R\$70.000.000,00 dos R\$80.000.000,00 são da Petrobras. O PAC é principalmente um programa de aceleração do crescimento em relação à energia. A despeito dessa crise internacional, o maior debate dos próximos anos será sobre energia. Pelo mundo, o debate será sobre os biocombustíveis, sobre a agroenergia e sobre o desenvolvimentos sustentável, o meio ambiente. Para mim, esse será o maior debate a respeito dessa crise internacional. Por isso, as empresas estatais, principalmente a Petrobras, terão um destaque muito grande no orçamento da União de 2009 e nos anos subseqüentes.

Vou resumir rapidamente alguns dados relevantes para o Estado de Minas Gerais. Existe um detalhamento maior nesses cadernos que foram distribuídos nos seminários regionais. Para a educação superior, vamos ter R\$1.463.000.000,00. Para a Bolsa-Família, R\$729.000.000,00, e, para a saúde, R\$3.693.000.000,00. Os investimentos, seguridade e fiscalização, terão R\$1.474.000.000,00. Para as estatais, R\$828.000.000,00. O PAC tem mais de R\$1.000.000.000,00; para o PPI, teremos quase R\$900.000.000,00. "Grosso modo", com esse detalhamento, poderemos fazer posteriormente esse debate. Temos, para Minas Gerais, várias adequações de trechos rodoviários da BR-262 e da BR-050, a construção do trecho rodoviário Ilícínia-São Sebastião, na BR-265, a construção do Trecho Rodoviário Itacarambi, na divisa de Minas Gerais com a Bahia, a BR-135, outra adequação da divisa de Minas Gerais com São Paulo, na BR-040. Na página seguinte, há grande preocupação do Presidente Lula com o apoio à urbanização de assentamentos. Há a implantação do trecho Eldorado-Vilarinho, do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte e apoio a investimentos em saneamento. Há grande preocupação do Presidente Lula com o saneamento porque ele é saúde preventiva, e com as obras do Extra-PAC, que não deixam de ser obras fundamentais.

Nessa tela, a readequação da infra-estrutura da UFGM, a conclusão da obra armazenadora de Belo Horizonte, a cargo do Ministério da Agricultura, e a expansão do ensino superior Campos do Pontal, em Ituiutaba.

Esses são alguns números que apresentamos, para não abrir mais a discussão, porque o importante são as propostas. Volto a insistir: tudo que está sendo sugerido vai ser tabulado. Vamos conversar com as bancadas, para tentar executar aquilo que foi apresentando no orçamento de 2009. Acho que estamos indo no caminho certo, ou seja, democratizando o Orçamento da União, repetindo o que alguns Estados já fazem. Conversava com a Secretária Renata e ela me disse que esse trabalho já vem sendo feito sistematicamente pelos Municípios. Acho que não há volta. Essa idéia do Deputado Mendes Ribeiro foi fundamental para resgatar a peça orçamentária e garantir a participação ativa e democrática de toda a população na construção do orçamento. Muito obrigado. Estou à disposição de todos vocês.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Coordenador - Neste instante, daremos início à fase dos debates. Vamos tentar intercalar a inscrição de um parlamentar, de um Prefeito e de um membro da sociedade. Cada participante ao microfone disporá de até 3 minutos para a sua intervenção, garantido o mesmo tempo para as respostas.

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, para facilitar a condução dos nossos trabalhos, solicito-lhe que seja disponibilizado na tela o tempo de cada expositor, porque temos esse dispositivo no painel. Isso é possível, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente (Deputado Zé Maia) - Solicito que se faça a cronometragem do tempo de cada orador.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, a Deputada Elisa Costa.

A Deputada Elisa Costa - Saúdo todos os presentes; os componentes da Mesa; o Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente da Assembléia; os Deputados Federais; os Deputados Estaduais; o Deputado Federal Mendes Ribeiro Filho; o Senador Delcídio Amaral. Saúdo também a presença democrática do debate do Orçamento da União em Minas Gerais, Região Sudeste, com duas palavras fortes: transparência e participação popular.

Faço um apelo à sensibilidade social do Senador, dos Deputados Federais, dos Deputados Estaduais, da comunidade presente, das nossas universidades, porque trago uma reivindicação não apenas de Governador Valadares, mas de toda a região: uma emenda popular que se soma à iniciativa de vários Deputados Federais e Estaduais. Estão incluídas nessa emenda as regiões dos Vales do Rio Doce, do Jequitinhonha e do Mucuri. Essa emenda teve também a participação de movimentos sociais da região e de Governador Valadares. Essa emenda tem o objetivo de tentar reduzir as desigualdades locais e regionais.

Em vários Municípios e regiões de Minas é urgente enfrentarmos a pobreza e a falta de oportunidades, além de caminhar para a busca de políticas públicas de desenvolvimento. A educação pública, principalmente a de nível superior, faz parte do processo de construção da cidadania, porque contribui bastante para o desenvolvimento do País.

Defendo uma emenda popular que vai se somar aos esforços da universidade do Mucuri e do Jequitinhonha, para a expansão de sua rede física incluindo os câmpus de Diamantina e de Teófilo Ottoni. Nessa emenda também está incluída a construção do câmpus da nossa expansão universitária em Governador Valadares. A região do Vale do Rio Doce, considerada empobrecida, é a mais forte de Minas Gerais em emigração. O IDH e o PIB se elevam muitas vezes, porque está incluída no Rio Doce a região siderúrgica do Vale do Aço. No entorno do médio Rio Doce existem regiões tão empobrecidas quanto outras do Estado. A educação é fundamental.

Com essa emenda, pretendo que haja sensibilidade dos senhores e da Secretária Renata Vilhena para com o Vale do Rio Doce, que está no Plano Mineiro de Desenvolvimento, no PPAG e no Orçamento da União, a fim de que haja a expansão da Universidade Federal em Governador Valadares. Todas as universidades - incluída a UFMG - têm consciência das nossas reivindicações. Em Governador Valadares não existe ensino superior gratuito em universidade federal ou estadual. É a única cidade-pólo de Minas que não possui ensino superior gratuito. Por isso, queria deixar aqui essa reivindicação e sensibilizar todos, para que tenhamos também em Valadares a nossa universidade federal. Muito obrigada.

O Sr. Coordenador - A nossa Prefeita eleita largou a tribuna e pegou a caneta. Agora começa a dificuldade toda, não é, Prefeita? Muitas felicidades no seu governo. Sucesso. Vou chamar a próxima inscrita, outra mulher: Vera Maria Carvalho Alves, Chefe-Geral da Embrapa. Muito obrigado pela sua presença.

A Sra. Vera Maria Carvalho Alves - Prezados parlamentares, autoridades presentes, senhoras e senhores, bom-dia. A Embrapa Milho e Sorgo é um dos 40 centros de pesquisa da Embrapa que estão situados em Minas Gerais. Desde que foi criada, há 33 anos, tem gerado inúmeras tecnologias, que são, em grande parte, responsáveis pela produção recorde de 58 milhões de toneladas de milho na última safra. Apenas uma de nossas tecnologias, a relativa ao tratamento de sementes, cujo desenvolvimento custou cerca de R\$1.400.000,00, gerou para o agronegócio brasileiro, em cinco anos, R\$602.000.000,00.

A geração de tecnologias é uma questão de segurança nacional. Até meados da década de 90, tínhamos centenas de grandes companhias, pequenas e médias empresas de semente atuando em todo o mundo. No final dessa década, numa seqüência de compras dessas companhias, estamos hoje com apenas seis grandes multinacionais atuando nessa área e algumas pequenas indústrias brasileiras. Hoje um desafio muito grande se apresenta no campo da biotecnologia. Novamente, num amplo movimento, essas grandes multinacionais têm se unido.

Os cultivares transgênicos têm enorme importância para a competitividade da agricultura brasileira. Entretanto, essa tecnologia está na mão de um número reduzido de grandes multinacionais. O Brasil, e a nossa agricultura, conseqüentemente, corre o sério risco de ficar totalmente dependente dessas empresas, como já estamos hoje no caso da soja. Ontem mesmo assistimos à compra de duas grandes companhias de biotecnologia nacional: a Allelyx e a CanaVialis, pela Monsanto. Contudo, embora a pesquisa brasileira tenha procurado trabalhar constantemente para gerar essas tecnologias, os nossos investimentos são ínfimos. Para os senhores terem uma idéia, enquanto uma grande multinacional está investindo US\$1.000.000.000,00 para a geração de cultivares transgênicos tolerantes às secas, a Embrapa não consegue alavancar um projeto de R\$4.000.000,00.

Nossa solicitação aos senhores é uma emenda parlamentar no valor de R\$1.500.000,00, para que possamos ampliar nossos laboratórios de biotecnologia, fazendo frente a essa demanda. Seremos parceiros da Universidade Federal de São João del-Rei na criação de um curso de biotecnologia molecular. Isso seria muito importante para o desenvolvimento da segurança nacional da agricultura brasileira. Muito obrigada.

O Sr. Coordenador - Gostaria de registrar que o Dr. Márcio Lacerda, nosso Prefeito eleito, terá de ausentar-se neste momento em razão de compromissos assumidos, mas agradecemos sua presença e o prestígio que conferiu à Comissão de Orçamento. Muito obrigado pela sua presença. Com a palavra, o Deputado Fábio Avelar.

O Deputado Fábio Avelar - Bom-dia a todos. Na pessoa do Deputado Federal Mendes Júnior, cumprimento a Mesa e as demais autoridades presentes. Quero apresentar duas sugestões. A primeira, em referência à nossa BR-040. Foi criada uma frente parlamentar na Assembléia Legislativa e, após várias constatações, verificamos a necessidade de se implantarem programas emergenciais e de um projeto visando a sua recuperação definitiva, ou seja, sua duplicação. A fase emergencial já está sendo providenciada pelo DNIT. Acharmos importante fazer constar no Orçamento do ano que vem R\$5.000.000,00, que é uma quantia relativamente pequena, para já começarmos a investir no projeto executivo. Assim, teremos condições de disponibilizar os recursos necessários para a sua efetivação. Para a sua conclusão, de Belo Horizonte até o Rio de Janeiro, faltam aproximadamente 174km. A segunda, como já mencionou a nossa Secretária Renata Vilhena, em relação ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves. Sabemos que sua revitalização foi um sucesso, mas ele poderia estar prestando um grande benefício à nossa aviação nacional. Levando-se em conta que a capacidade inicialmente prevista, de 5 milhões de passageiros por ano, já está sendo alcançada, se fizermos um investimento de R\$140.000.000,00, que é relativamente pequeno, teremos condições de implementar ali obras emergenciais, o que lhe daria uma sobrevida de dois ou três anos. Seria oportuno definir alguma rubrica no nosso Orçamento a fim de que se tenha uma previsão orçamentária para elaboração do projeto na sua segunda etapa. Também seria importante prever alguma rubrica de projeto para a interligação do nosso metrô ao aeroporto, facilitando, assim, o acesso dos usuários, que foi tão questionado na fase de revitalização.

Na pessoa do Presidente, cumprimento a Comissão de Orçamento por esta iniciativa, de fundamental importância para se restabelecer a credibilidade do Orçamento. Muito obrigado e parabéns a todos.

O Sr. Coordenador - Agradeço o elogio do Deputado. Ontem, numa reunião em Vitória, troquei o nome de alguém e disse que sempre trocam o meu, porque Mendes Júnior é o rico, eu sou Mendes Filho, o pobre. Mas isso sempre acontece. Com a palavra, o Sr. Gilson de Souza, da

Comissão do Vale do Rio Doce.

O Sr. Gilson de Souza - Bom-dia a todos, aos membros da Comissão do Orçamento do Congresso Nacional, a quem parabenizamos pela iniciativa de democratizar este espaço de discussão do Orçamento. Sou do Vale do Rio Doce, estou aqui representando a sociedade civil, a terra da nossa Prefeita eleita, Elisa Costa, do nosso Deputado Federal Leonardo Monteiro. Somo-me à iniciativa dos Deputados Estaduais e Federais e de todos os movimentos sociais de Minas Gerais para reforçar a proposta de fortalecer os recursos para o ensino superior gratuito no nosso Estado, particularmente na nossa região.

Quero registrar que esta discussão se faz porque a nossa região do Rio Doce e do Mucuri carece de recursos federais e, particularmente, como lembrou a Deputada e Prefeita eleita, a região do Rio Doce não tem uma universidade pública que atenda a demanda ali existente. Creio que agora é o momento oportuno de o Congresso Nacional atender a essa tão nobre reivindicação. É nesse intuito que, como membro do Conselho de Segurança Alimentar do Vale do Rio Doce e também como representante dos movimentos sociais, venho solicitar o empenho de vocês para aprovarem os recursos necessários à implantação do câmpus da Universidade Federal do Vale do Rio Doce, atendendo essa demanda tão importante do nosso povo. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Como temos mais de 20 inscritos, terei que diminuir o tempo de fala de cada um para podermos terminar a reunião dentro do prazo. Com a palavra, o Sr. Marcos de Carvalho, Prefeito de Itamonte, que terá 2 minutos.

O Prefeito Marcos de Carvalho - Sr. Presidente, em cuja pessoa cumprimento a todos os membros da Comissão de Orçamento, venho aqui pedir apoio à Comissão para uma obra de grande importância, não só para a minha cidade e para Minas, como também para o Brasil, que é a obra do Centro de Treinamento de Alto Nível de Altitude para atletas em Itamontes. Sabemos da dificuldade e do custo para levarmos um atleta para fazer treinamento de alto nível na Colômbia, na Cidade do México, em Colorado Springs, nos Estados Unidos, ou em Serra Nevada, na Espanha. No nosso Município temos condições de construir um centro de alto nível a 2.430m de altitude, o que é uma preciosidade porque é um terreno único no Brasil com as condições necessárias de umidade relativa do ar e que poderia colocar esse centro como um dos melhores do mundo. Ele poderá dar oportunidade a muitos atletas brasileiros para termos mais chance no cenário internacional. Estamos pensando já nas Olimpíadas de 2016, e essa obra dará condições para que o Brasil tenha maiores chances de treinamento para que nossos atletas tenham melhores resultados. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Muito obrigado, Prefeito. Com a palavra o Deputado Domingos Sávio, Líder da Maioria.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Sra. Secretária Renata Vilhena, prezado colega Deputado Zé Maia, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira, Deputados Federais da bancada mineira que nos dão a alegria imensa de estar aqui debatendo conosco o Orçamento Federal.

Sr. Presidente e relator, Deputado Delcídio, de forma objetiva quero fazer uma sugestão que espero tornar-se uma emenda a ser acolhida por V. Exa. Não há dúvida de que os quatro Deputados mineiros aqui presentes estarão empenhados em conseguir um pouco mais de investimento para a nossa Universidade Federal de São João del-Rei, com seus diversos câmpus em Minas Gerais.

A Universidade de São João del-Rei, criada pelo nosso saudoso Presidente Tancredo Neves, tem um papel fundamental em todo o processo educacional e de pesquisa em Minas e destacou-se como uma das melhores do Brasil.

A Universidade Federal de São João del-Rei saltou agora de 3.500 para 21.000 alunos na graduação, além dos diversos cursos de pós-graduação, em um esforço estimulado pelo próprio Presidente Lula - o que é muito apropriado - de fazermos maior inclusão, de terceiro turno. Hoje ela é uma das universidades que atua de manhã, de tarde e à noite, fazendo um aproveitamento máximo de sua capacidade. Implantou um câmpus fantástico em Divinópolis, na área da saúde, e, em São João del-Rei, há uma diversidade enorme de cursos. Portanto é fundamental investirmos, pois, se aumentamos o número de alunos sem um investimento correspondente, corremos o sério risco de comprometer o que ela tem de melhor: uma qualidade de ensino de altíssimo nível. Deixo então o nosso apelo aos nossos Deputados e, em especial, ao nosso relator: uma emenda para a nossa Universidade Federal de São João del-Rei.

O Sr. Coordenador - Agradeço, Deputado Domingos Sávio, Líder da Maioria. Quero saudar o Deputado Antônio Júlio, ex-Presidente da Assembléia, meu companheiro de partido, em companhia do qual é uma honra estar aqui. Com a palavra, o Reitor Ronaldo Pena.

O Reitor Ronaldo Pena - Cumprimento todos os membros da Mesa, a Secretária, os Deputados, o Senador e quero rapidamente falar que, conhecendo a distribuição do ensino superior em Minas Gerais, a UFMG apóia a reivindicação do pessoal da região Leste, aqui representada pela Prefeita Elisa Costa, para que ali se instale um câmpus, na cidade-pólo de Governador Valadares. Em segundo lugar, queremos dizer que é muito importante a manutenção de nossa emenda do conjunto das instituições públicas do ensino superior de Minas Gerais: 12 universidades federais e 2 estaduais. Temos uma estrutura aqui. Todos os Reitores se reúnem sob a atual presidência do Reitor de Juiz de Fora, e temos uma matriz de distribuição do recurso oriundo dessa emenda, muito importante para o investimento de nossas universidades. Finalmente, o mais importante neste momento é obtermos a garantia dos recursos para o Reune, que é uma revolução no ensino superior do País. Todas as universidades a ele aderiram. Como todos sabem, somos uma espécie de jumbo que já decolou, portanto não há possibilidade de cortar recursos do Reune. Qualquer que seja a crise, é necessário garantir nosso orçamento, pois as universidades estão crescendo - a nossa está crescendo 50% na graduação - e contando com esses recursos. Se eles vierem, tudo irá bem, mas, se houver qualquer atropelo, os senhores podem imaginar o problema, pois teremos os estudantes e não lhes poderemos oferecer um ensino de qualidade.

Finalizo, saudando o Deputado Mendes Ribeiro, que tem uma oratória que faz jus aos grandes oradores do Rio Grande do Sul, entre os quais citaria Paulo Brossard e Pedro Simon. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Colocarei em meu currículo esse elogio. Agora darei a palavra a um Deputado Federal. Costumamos deixá-los para o final, mas ele quer falar e, quando isso acontece, o Rio Grande, Minas Gerais e o Brasil ganham. Com a palavra, o Deputado Federal Jaime Martins.

O Deputado Federal Jaime Martins - Obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de cumprimentar os membros da Mesa, em especial o nosso relator, as autoridades presentes e os Deputados Estaduais. Não poderia, Sr. Presidente, ao ocupar esta tribuna, deixar de lembrar e registrar que esta Casa foi muito importante em minha formação política. Por quatro mandatos, meu pai esteve aqui, e ainda muito jovem, percorri os corredores desta Casa, que me ajudou sobejamente em minha instrução e formação política. Portanto é grande minha satisfação.

A bancada mineira, certamente, entre todas as outras do País, tem sido a que mais tem feito aporte de recursos para as universidades. Praticamente todas elas têm recebido recursos para fazer sua ampliação. Talvez Minas seja o Estado que mais tem crescido em número de alunos, com o apoio da bancada federal.

Registro e concordo com pleitos já feitos em relação à Universidade Federal de São João del-Rei, que tem realizado um trabalho audacioso em sua expansão, criando um câmpus na cidade de Divinópolis. Este ano já estamos aplicando recursos orçamentários levados pela nossa

bancada. Mas também registro a necessidade de continuarmos com esses investimentos na Universidade Federal de São João del-Rei que, além do câmpus de Divinópolis, tem também o câmpus de Sete Lagoas e de Ouro Branco e o câmpus de sua sede em São João del-Rei. Também registro nossa visão em relação à necessidade de investirmos no sistema Confins, que é um importante pólo de desenvolvimento para Minas Gerais e precisa receber recursos da nossa bancada e do governo federal para sua expansão e melhoria. Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Coordenador - Agradeço a presença do Deputado Jaime, sempre atuante. Com a palavra, o Deputado Estadual Délio Malheiros.

O Deputado Délio Malheiros - Bom-dia a todos. Na pessoa do Senador Delcídio Amaral cumprimento toda a Mesa. Estamos travando uma luta, Srs. Deputados, senhores membros da Comissão, para que os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri tenham uma faculdade de Medicina instalada na Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri. É a terra de JK, que foi um grande médico, como todos sabemos. Aquela região do Vale do Jequitinhonha precisa de uma universidade que tenha faculdade de Medicina. Temos conversado com o Reitor Pedro Ângelo e com várias autoridades sobre isso. Apresentamos uma frente chamada Frente JK pela Instalação da Faculdade de Medicina em Diamantina e em Teófilo Otôni, por entender que é importante. Estamos coletando assinatura das pessoas mais influentes daquela região. Já conversamos com várias autoridades e iremos para a região no dia 12.

Senador Delcídio, acreditamos que a Comissão de Orçamento do Congresso contemplará a universidade federal com recursos suficientes para que possa instalar essa faculdade de Medicina em Diamantina e, assim, prestigiar o saudoso JK que, em 1952, implantou na cidade de Diamantina a faculdade de odontologia. Hoje é uma universidade vocacionada para a área humana. Esperamos que a Comissão de Orçamento do Congresso contemple essa emenda e o povo do Jequitinhonha e do Mucuri com essa faculdade, que atenderá todos e prestará um grande serviço ao Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Agradeço a participação de V. Exa. Com a palavra, o Dr. José Maria, Prefeito eleito de Curvelo.

O Sr. José Maria - Cumprimento os componentes da Mesa, em especial, meu conterrâneo Virgílio e meu amigo particular, Jaime Martins. Também defendemos a proposta trazida pelo Deputado que me antecedeu pela manutenção e garantia da emenda para a Universidade do Vale do Jequitinhonha e Mucuri. Com o aumento de recurso para a expansão do pólo de Curvelo, que é uma região central de Minas Gerais, pretendemos implantar um pólo de educação. Curvelo está localizada entre Sete Lagoas, Diamantina e Montes Claros, e nossos jovens saem para estudar em Diamantina, Belo Horizonte ou Sete Lagoas. Precisamos de uma extensão desse pólo universitário em Curvelo. Queremos transformar Curvelo em um pólo de saúde e de educação. Para isso, precisamos da ajuda dos Srs. Deputados. Queremos aumentar os recursos para essa faculdade, a fim de que Curvelo se transforme em um pólo de educação. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Não disse anteriormente, mas também temos o nosso JK, Deputado Federal Jorge Khoury, relator da Receita, brilhante, inteligente e capaz. Ele está dando um puxão de orelhas no Presidente. Toda a assessoria da Comissão Mista do Orçamento está à disposição dos senhores. Se, em nosso endereço eletrônico, apertarem na Comissão de Orçamento, no Seminário Regional, verão a emenda popular, que poderá ser preenchida por qualquer cidadão. E essas emendas, depois, receberão parecer da lavra do brilhante Delcídio. Essa é uma informação - o nosso JK tem razão - que está sendo dada de forma atrasada. Roberto Simão, representando o Deputado Federal Ademir Camilo.

O Sr. Roberto Simão - Bom-dia a todos. Sr. Presidente, demais membros da Mesa, parlamentares, autoridades, represento o Deputado Federal Ademir Camilo, que manifesta interesse em que a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, no seu câmpus de Teófilo Otôni, possa ter a faculdade de Medicina, curso que é pleiteado para outras bases da universidade, mas, na leitura do Deputado Federal, Teófilo Otôni tem essa necessidade por ser um pólo que cresce a olhos vistos. Jovens representantes daquela sociedade vieram até esta Comissão manifestar o seu interesse e o seu apoio para que essa faculdade seja criada naquele pólo. Manifestam também o seu posicionamento para que o Orçamento seja feito nas bases do de 2008, repartido igualmente com Diamantina, por exemplo, como foi. É só isso, Sr. Presidente. Agradeço a todos.

O Sr. Coordenador - Nós agradecemos. Helvécio Luiz Reis, Reitor da Universidade Federal de São João del-Rei.

O Reitor Helvécio Luiz Reis - Bom-dia a todos, Deputado Mendes Filho, Presidente desta Comissão, Senador Delcídio e demais Deputados, incluindo os da bancada mineira, Virgílio, Jaime e Leonardo. Venho aqui endossar as palavras do companheiro Prof. Ronaldo Pena quanto à emenda da bancada de Minas Gerais, que tem contemplado as universidades públicas mineiras, como ele disse, 12 federais e 2 estaduais. Essa emenda já é uma tradição da bancada de Minas Gerais, e os seus recursos nos têm auxiliado muito quando juntados aos recursos que o MEC nos destina na construção e recuperação das instalações físicas de laboratórios, melhorias das condições e da qualidade do ensino superior que oferecemos.

Mas, Deputado Mendes Filho, gostaria de reforçar também a emenda especial para a Universidade Federal de São João del-Rei, que assumiu recentemente um projeto audacioso de expansão e abriu um câmpus em Divinópolis na área de saúde, incluindo curso de Medicina, em Sete Lagoas, com a parceira Embrapa - aliás, a Dra. Vera, da Embrapa, está aqui presente e queremos apoiar a demanda da Embrapa, porque serão muito importantes para a universidade os recursos que lhe serão destinados -, e no Alto Paraopeba, na região de Ouro Branco, além de São João del-Rei. Portanto, gostaria de reforçar que a universidade em Minas Gerais é a que mais cresce, passando de 3.500 para cerca de 12 mil alunos, o que representa uma forte demanda de recursos para garantir a qualidade que sempre oferecemos nos nossos 21 anos de existência. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Agradeço a V. Exa. Pedro Angelo Almeida Abreu, Reitor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

O Reitor Pedro Angelo Almeida Abreu - Bom-dia a todas e a todos. Saúdo a Mesa e, especialmente, os Deputados que têm trabalhado conosco no desenvolvimento da nossa Universidade, Leonardo Monteiro, Virgílio Guimarães e Ademir Camilo. Em primeiro lugar, quero falar sobre o Reune, como colocado pelo Reitor Ronaldo Pena. Sem dúvida, esse programa, que visa à interiorização da universidade no Brasil, à expansão do ensino público de qualidade, vai tornar o nosso país positivamente diferente nos próximos 10 a 15 anos. Não tenho a menor dúvida disso.

No que diz respeito à nossa universidade especificamente, como já disseram vários políticos, ela passa por dificuldades por ser nova e implantada numa região carente, o que se refletiu no "ranking" recentemente divulgado pelo MEC, em que das 11 universidades federais mineiras ficamos em 11º lugar. Isso ocorre em função da precariedade de infra-estrutura, o que resolveremos com aporte de investimentos. Para isso, elaboramos o Plano Diretor dos câmpus de Diamantina e de Teófilo Otôni, a fim de que recebam todo o investimento necessário para melhorar suas condições de ensino e pesquisa. A única universidade de Minas Gerais cuja sede se encontra na metade norte do Estado, em Diamantina e Teófilo Otôni, merece esse apoio porque está num dos bolsões de pobreza, de acordo com o IDH deste país. Obrigado.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, o Deputado Federal, Virgílio Guimarães. Quando anunciamos o nome do Virgílio, sempre anunciamos alguma "coisa grande". Não sabemos o que é que vem, mas vem.

O Deputado Federal Virgílio Guimarães - Sr. Presidente, Sr. relator, demais componentes da Mesa, companheiros e companheiras. Darei um rápido recado do nosso Prefeito eleito quanto à questão do metrô de Belo Horizonte. A concepção registrada, no nosso Orçamento de 2009 já

foi superada pelas discussões aqui travadas, que é a introdução da idéia da PPP. Portanto o investimento previsto na Linha 1 - Vilarinho-Eldorado -, na concepção que está sendo negociada, será assinado um protocolo ainda este mês ou no início do próximo, e seria feito através da iniciativa privada. Portanto, deveríamos fazer uma emenda colocando, no lugar de "metrô de Belo Horizonte - Eldorado-Vilarinho", apenas "metrô de Belo Horizonte". Creio que esta poderia ser uma emenda de redação porque esse investimento será feito pela iniciativa privada. O recurso é necessário, mas para ser aplicado na Linha 2, onde o investimento originará da negociação ora encaminhada à Secretária Renata. Participamos, ontem, de uma reunião com seu representante. Faça esse registro, em nome do Prefeito eleito de Belo Horizonte. Um pequeno ajuste nos possibilitará um recurso realmente necessário dentro da concepção negociada.

Quanto à questão da emenda popular, ao se colocar a universidade, todas são beneficiadas porque será aberto mais espaço para a bancada que continuará apoiando. Se a idéia é a universidade dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri está perfeito. É uma universidade muito jovem, cuja demanda é forte e os recursos são poucos. Foi lançada tendo um grande esforço à sua frente porque ela já é "multicampi". Portanto, é uma universidade nova, lançada pelo Presidente Lula, com os dizeres: Jequitinhonha, Mucuri e adjacências. Curvelo e adjacências. Valadares e Adjacências. O desafio é enorme. Creio que devemos definir se a escola de Medicina será em Diamantina ou em Teófilo Otôni, se o investimento será meio a meio, etc. O Conselho Universitário tem um Plano Diretor que poderá incluir esses aspectos, conhecendo todos esses desafios no que se refere à expansão para as adjacências. Temos de adensar os investimentos feitos nos dois câmpus originais. Portanto, fica aqui nosso apoio a esse investimento - sabemos que nossa Escola de Veterinária, em Curvelo, também aguarda investimento -, delegando o recurso para essa universidade. Dessa forma, ela sai da disputa pelas outras emendas, e, sem dúvida, todas as universidades se sentirão à vontade para pleitear. Com certeza a universidade do Vale do Jequitinhonha seria destinatária de uma das emendas. Se a emenda for recebida, todas as demais universidades se beneficiarão, e o Conselho Universitário poderá traçar, de maneira adequada, o seu plano de expansão. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Muito obrigado, Deputado Virgílio. Com a palavra, o Deputado Federal Leonardo Monteiro.

O Deputado Federal Leonardo Monteiro - Cumprimento o Deputado Federal Mendes Ribeiro Filho, do Rio Grande do Sul, nosso Presidente; o Deputado Federal Jorge Khoury, da Bahia; e o Senador Delcídio Amaral, do Mato Grosso do Sul. Cumprimento ainda todos os membros da Comissão de Orçamento, os demais Deputados e as entidades que participam da nossa audiência pública.

Quero reforçar a proposta defendida por várias pessoas, principalmente pela nossa companheira e Deputada Elisa Costa, Prefeita eleita de Valadares, e pelo Deputado Virgílio Guimarães. A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri foi instituída no primeiro governo do Presidente Lula. Trata-se, portanto, de uma universidade em construção. Em Teófilo Otôni, o seu câmpus está bem avançado. O Reitor Prof. Pedro Angelo deseja construir moradias estudantis em Diamantina e Teófilo Otôni e um câmpus em Governador Valadares. Discutimos bastante com os Deputados Ademir Camilo, Fabinho Ramalho, Gilmar Machado e Virgílio Guimarães a construção dessa emenda popular, que poderia ser aprovada aqui. Depois, a universidade poderá definir a aplicação dos recursos. Como Deputado Federal e membro da Comissão de Orçamento, temos interesse na construção do câmpus em Governador Valadares. Queremos defender essa proposta, que atende a reivindicações das universidades, sobretudo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, o Deputado Antônio Carlos Arantes.

O Deputado Antônio Carlos Arantes - Cumprimento a todos os membros da Mesa e da Comissão de Orçamento. Manifesto a nossa satisfação de, na proposta orçamentária, por meio do PAC, solicitar a continuação das obras da BR-265, que liga São Sebastião do Paraíso a Ilícinea, ou seja, o norte de São Paulo à região de Lavras e de Campo das Vertentes. É uma rodovia de fundamental importância, estratégica. Com mais R\$50.000.000,00, poderemos completá-la.

Quero aproveitar a oportunidade para manifestar a satisfação de estarmos juntos e para solicitar atenção especial dos Deputados Federais da nossa bancada e da Comissão de Orçamento, sobretudo para a manutenção das rodovias federais em Minas Gerais. O Governador Aécio Neves criou um grande programa, o ProMG Pleno, que objetiva a recuperação de todas as rodovias estaduais. Minas possui a maior malha rodoviária do País. Infelizmente, devido à grande quantidade, a situação das rodovias federais está bastante complicada. A manutenção não tem sido adequada; os recursos, insuficientes. Há muitos buracos nas estradas da nossa região - Poços de Caldas, Cabo Verde, Muzambinho e Machado. Gostaríamos que fossem destinados mais recursos para a manutenção dessas rodovias, como faz o Estado. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, o Deputado Estadual Paulo Guedes.

O Deputado Paulo Guedes - Deputados da Comissão de Orçamento, reforço a defesa da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, que é de fundamental importância para o desenvolvimento dessa região. Será, sem dúvida, a emenda a ser escolhida e aprovada hoje. Pleiteio que essa Comissão possa discutir, em outro momento, de que forma ajudar uma das regiões mais sofridas de Minas Gerais, o Norte de Minas, quanto ao problema da seca, que a cada ano castiga a região. No ano passado, tivemos a maior seca dos últimos anos, com perdas enormes. Este ano, a seca nos assusta novamente. Tudo indica que será tão grave quanto o ano passado. Precisamos reforçar órgãos federais, como o DNOCS e a Codevasf, por meio de emendas de bancada ou do próprio relator, para que possamos ajudar essa região a sair de um sofrimento que, todos os anos, é manchete nos jornais. Deixo a sugestão para que a Comissão analise uma forma para que o orçamento da União contemple as regiões do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha no combate aos efeitos da seca, que só aumentam nossos problemas.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, o Prof. Reitor Henrique Duque.

O Sr. Henrique Duque - Sr. Presidente, ilustres componentes da Mesa. Na qualidade de Presidente do Fórum das Instituições Públicas de Ensino Superior de Minas Gerais, ratifico as posições dos Reitores Ronaldo, Helvécio e Pedro Angelo no que tange à emenda que atinge todas as universidades. São 12 da União e 2 estaduais. Além disso, peço aos membros da Comissão que vejam com bons olhos uma emenda que atinja todas as universidades no que tange ao parque tecnológico, oriunda desta Casa e aprovada pelo PPAG de Minas Gerais, pelos membros desta Assembléia. Esses parques conseguirão alavancar Minas Gerais nas áreas de educação, pesquisa, tecnologia, expansão, ofertando, principalmente, empregos e lucros para o Estado, o que já está sendo incrementado pelo Governador Aécio Neves. Agradeço a todos os Deputados da bancada federal de Minas Gerais, que muito têm contribuído com as universidades, especialmente por meio de suas lideranças, Deputados Virgílio e Márcio. Em nome desses dois grandes Deputados, estendo meu cumprimentos aos demais integrantes da bancada mineira. Trata-se de um bancada diferente na União, pois está atenta à educação. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Saúdo os Deputados Estaduais Sávio Souza Cruz e Vanderlei Miranda, do PMDB, do meu partido, que se encontram presentes. Com a palavra, o empresário Pedro Alvarenga.

O Sr. Pedro Alvarenga - Em primeiro lugar, cumprimento a Mesa, especialmente a nossa Prefeita eleita de Governador Valadares e a Prefeita de Teófilo Otôni, que não está presente.

Registro, para um acréscimo no Orçamento apresentado, a verba para a segurança nacional. As nossas crianças estão morrendo porque a segurança está falha.

Um outro registro diz respeito à construção de um grande pólo educacional, um grande câmpus em Teófilo Ottoni, em Medina ou em Jequitinhonha. O importante é que seja no Vale do Jequitinhonha. Se isso ocorrer, faremos ensino a distância e atenderemos a todo o Norte de Minas. Como disse, um grande câmpus atenderia a todos. São essas as minhas reivindicações. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Passo a palavra, com muita honra, àquele que preside esses trabalhos, o Presidente da Comissão de Orçamento desta Assembléia Legislativa, Deputado Zé Maia.

O Sr. Presidente - Exmo. Sr. Coordenador, Deputado Federal Mendes Ribeiro; Senador Delcídio Amaral, relator do Orçamento; Exma. Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento; Exmos. Srs. Deputados Federais e Estaduais; Prefeitos presentes.

Chamo a atenção para um fato importante da política nacional. Refiro-me à Rodovia São Paulo-Cuiabá. Até no nome ela fala de uma rodovia de integração nacional. O Senador Delcídio, que é do Mato Grosso do Sul, conhece bem essa história. O único trecho dessa rodovia - de nome São Paulo-Cuiabá, mas que já chega ao Acre - que não é asfaltado está em Minas Gerais, no Triângulo Mineiro. É verdade que o trecho está em obras, Senador, mas é importante, Deputado Virgílio, coordenador da bancada, assegurar recursos para a conclusão dessa obra, que encurta a distância entre São Paulo e Cuiabá em 80km. Essa rodovia ficou na gaveta do governo. Imaginem o custo para o Brasil em mais de 50 anos e o que resultou de prejuízo para a Nação.

Um outro trecho, que também cruza o Triângulo Mineiro, é o da BR-153, que está duplicada de Brasília à divisa de Goiás e já adentrou 50km em Minas Gerais. Foi feita agora a concessão da divisa de Minas ao Paraná. Curiosamente, ficou o trecho do Triângulo Mineiro, de 200km, sem participação na concessão do governo federal. Portanto, seria importante que esse trecho que cruza o Triângulo Mineiro fizesse parte dessa concessão.

Um outro ponto ainda refere-se à BR-262, que liga Uberaba a nossa Capital e Belo Horizonte ao Vale do Aço. É uma rodovia que deve estar dentro do processo de concessões, porque já está cabalmente provado que os governos não conseguem asfaltar, recuperar e duplicar as nossas rodovias. A infra-estrutura é o grande gargalo do desenvolvimento do nosso país, o que gera maior arrecadação de impostos e aumento de orçamentos. Já que temos essa grande dificuldade referida, é importante ampliarmos o processo de concessão, que é muito mais barato. Fica aqui, aliás, um elogio ao governo federal, pois nas últimas concessões tivemos praças de pedágios de Belo Horizonte a São Paulo em torno de R\$1,00. Fica muito mais barato pagar um pedágio desse do que trocar um pneu, um amortecedor, sem contar o inestimável preço da vida em rodovias mais seguras.

O Deputado Virgílio referiu-se ao metrô em Belo Horizonte. Trata-se de uma obra extremamente importante para desafogar o tráfego.

São essas, portanto, as questões que trago ao conhecimento de V. Exas. Enalteço aqui, Sr. Presidente, a iniciativa do Congresso, da Comissão de Orçamento de vir às várias regiões do País, como disseram aqui o Senador Delcídio Amaral e V. Exa., democratizando o Orçamento da União, tão importante para o nosso país. Parabéns à Comissão. Esta Casa os recebe e sempre os receberá para fazer discussões de alto nível, como estamos fazendo nesta manhã. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Obrigado, Presidente. Quero falar da minha satisfação, da minha alegria por termos cumprido a agenda e irmos para a parte final da reunião. Gostaria que esse final acontecesse por meio de uma imagem da Comissão a Minas Gerais. No encerramento, teremos a palavra do relator da receita da proposta orçamentária, nosso Senador Delcídio, que fará uma exposição de todas as emendas; do Deputado Marcus Montes e do Líder do Governo, Deputado Federal Gilmar Machado. Só há uma forma de esta coordenação homenagear esta terra: passar a coordenação dos trabalhos para um integrante que seja daqui e que leve a reunião até seu término. Homenageando Minas Gerais, passo a coordenação dos trabalhos ao Vice-Presidente, Deputado Federal Marcus Montes, que, com Virgílio, Gilmar e outros Deputados, foi muito importante para a realização deste evento. Em meu nome e dos demais membros da Comissão, afirmo que foi uma grande honra estar aqui com vocês.

O Sr. Coordenador (Deputado Federal Marcus Montes) - Obrigado, Deputado Mendes Ribeiro Filho, que vem dinamizando e dando uma postura diferente à Comissão de Orçamento, capitaneado pelo grande Senador Delcídio Amaral, exemplo nacional, que já provou sua capacidade política e, agora, como relator do Orçamento, está dando nova dimensão ao Brasil. Sua idéia de vir até aqui e visitar todas as regiões do País são uma clara demonstração disso. Abraço meu querido companheiro de partido, Deputado Federal Jorge Khoury, pessoa que aprendi a admirar e que muito me tem ensinado; abraço o Deputado Gilmar Machado, outra grande figura, que, como eu, representa o Triângulo Mineiro. O Deputado Gilmar Machado dá um maravilhoso exemplo de postura ética e moral não apenas na Comissão de Orçamento, como também na Câmara Federal. Abraço ainda os Deputados Federais Leonardo Monteiro e Virgílio Guimarães e toda a Assembléia Legislativa na pessoa do Deputado Zé Maia, outro grande representante do Triângulo Mineiro. Parabenizo-o, Deputado Zé Maia, por sua atuação nesta Casa. Cumprimentando-o, cumprimento também os parlamentares que aqui estão, e, na pessoa da Deputada Elisa Costa, saúdo os Prefeitos presentes. Cumprimento especialmente a Secretária Renata Vilhena, que, com muito orgulho e alegria, representa o nosso querido Governador, que, por sua vez, tem ensinado aos Deputados Federais mineiros e a esta Casa um modelo de gestão eficiente, que associa política à gestão. A Secretária Renata dá o exemplo típico da gestão da coisa pública em nosso país e muito bem representa o Governador neste evento.

Prosseguindo, passo a palavra ao Deputado Federal Virgílio Guimarães, que trará sua experiência para todos nós.

O Deputado Federal Virgílio Guimarães - Obrigado, Deputado Marcus Montes. Pelos pronunciamentos feitos até o momento, parece-me que se caminhou quase para um consenso em torno da emenda da Universidade dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Parece-me que essa é a conclusão, o que demonstra que o mineiro dialoga e depois se entende. Todos os Reitores presentes neste evento vieram se solidarizar com a emenda. Insisto em que, ao aprovarmos essa emenda, abriremos espaço para as demais.

É importante registrar que não considero dissonante a voz do Prefeito de Itamonte. Pelo contrário, sua sugestão é mais uma contribuição para nós. Não posso dizer que houve consenso em relação à sua sugestão, mas a levaremos à bancada para discuti-la. Nossa bancada é inteiramente voltada para a educação e também para o esporte. Sua presença e sua sugestão foram muito bem-vindas. Em relação à pesquisa, aos parques tecnológicos e à Embrapa, a bancada pode acolhê-los tanto no conjunto de emendas individuais, como pensar em emenda que os acolha na área de ciência e tecnologia. A bancada tem, tradicionalmente, feito isso. Podemos conversar tanto com os Senadores quanto com os Deputados e o governo do Estado para criarmos uma emenda que venha a abraçar esses objetivos.

Creio que não houve muitas diferenças entre as posições. Todas são complementares. E, com isso, podemos dizer que os objetivos foram alcançados. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, o Deputado Federal Gilmar Machado.

O Deputado Federal Gilmar Machado - É sempre uma alegria muito grande retornar a Minas, especialmente à Assembléia Legislativa do Estado, onde tive o privilégio de atuar por oito anos. Quero cumprimentar os Deputados e os assessores. Já estive na Taquigrafia e na Sala das Comissões. Tenho um carinho muito especial pelo pessoal, pois tivemos aqui uma convivência muito boa.

O Deputado Virgílio fez reafirmações importantes. Acho que essa inovação da bancada, do Deputado Mendes Ribeiro e do Senador Delcídio, é muito importante. Essa emenda coletiva, que será feita, é muito importante. Está acontecendo uma grande mobilização nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Vou trabalhar muito para que possamos ter uma outra emenda de bancada para as universidades. Acho que a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri merece ter apresentada e executada uma emenda popular. A universidade precisa crescer e se expandir. Valadares merece isso, Deputada Elisa. Acho que o Leonardo fez um grande serviço em Valadares, que estaria muito bem-representada se fechássemos essa emenda. Vamos trabalhar as demais sugestões. A agricultura é fantástica. O Marcus Montes é nosso orientador. Tenho certeza de que teremos uma emenda também nessa área.

Conseguimos resolver um problema na resolução que impedia que a Comissão de Ciência e Tecnologia fizesse emenda para a Embrapa. Para mim isso era um absurdo. Estamos solucionando esse problema, permitindo, assim, que a Embrapa tenha, neste ano, uma emenda específica, pois entendemos que esse é um dos grandes alvos de trabalho e pesquisa. Resolvendo o problema da resolução, tenho certeza de que a comissão garantirá uma emenda específica para a Embrapa em nível nacional.

Agradeço à Assembléia de Minas, na pessoa do Deputado Zé Maia, que representa aqui todos os Deputados. Essa experiência tem de continuar. Quero fazer um desafio aos Deputados de Minas. O Deputado Virgílio é nosso coordenador, e a Secretária Renata representa aqui o Governador. Espero que os Deputados de Minas possam participar mais das emendas que cabem ao Estado. São quatro emendas de bancada e mais uma de Belo Horizonte. Pelo menos nas quatro de Minas, todos os Deputados Estaduais deveriam ter uma participação efetiva na definição dessas indicações. Acho que isso deveria ser construído com os Deputados Estaduais e com o governo do Estado. Penso que deve haver mais integração, já que todos os Deputados Estaduais contribuem muito com esse trabalho.

Essa é a sugestão que deixo. Vamos discutir e tentar envolver mais os Deputados Estaduais na definição das emendas que a bancada de Minas apresenta e que o governo do Estado vem hoje executando corretamente.

O Sr. Coordenador - Agradeço ao Deputado Gilmar Machado, que é sempre muito preciso em suas observações. Quero dizer à representante da Embrapa que, na Comissão de Agricultura, já estamos discutindo emendas de Comissão, como o Senador Delcídio observou, beneficiando a Embrapa. Vou levar sua sugestão. O Senador Delcídio, que é interessado no assunto, fará, com certeza, um grande esforço para apoiar esse emenda especial para a Embrapa de Minas. Passo a palavra a uma liderança da Bahia, nosso companheiro de partido Deputado Jorge Khouri.

O Deputado Federal Jorge Khouri - Bom-dia a todos. Quero cumprimentar os colegas da Mesa, que representam Minas Gerais com muita dignidade e competência. Cumprimento ainda o Deputado Marcus Monte, que exerceu as funções de Presidente da Comissão de Agricultura no ano passado e, hoje, exerce a Vice-Presidência da Comissão do Orçamento. Ele também é membro da Comissão de Meio Ambiente e vem dando a sustentação de que precisamos quanto ao conteúdo e às sugestões abalizadas, assim como o querido amigo Gilmar Machado, com quem tenho a oportunidade de participar de várias comissões daquela Casa. Aprendi muito com sua forma bastante pragmática e conciliatória de resolver questões que interessam aos Estados brasileiros. O Deputado Virgílio Guimarães e eu entramos juntos no Congresso Nacional. Pudemos compartilhar também do mesmo nível de relacionamento. Tenho convivido ativamente com o Deputado Leonardo Monteiro, principalmente nos assuntos ligados a questões ambientais e a políticas públicas nos Estados brasileiros.

É com grande satisfação que estou em Minas tendo a oportunidade de cumprimentar todos os Deputados Estaduais presentes, na pessoa do Deputado Zé Maia, que representa esta Casa, neste momento. Por certo, propiciou as condições para que pudéssemos estar em Belo Horizonte, a fim de que a Comissão de Orçamento tenha a transparência que o nosso Presidente Mendes Ribeiro tem buscado. Ele foi o grande incentivador, o grande motivador da discussão da emenda participativa, da emenda popular. Contou com o apoio integral do nosso relator, o Senador Delcídio Amaral, que tem buscado fazer um orçamento voltado para a realidade de sua execução. Não adianta buscarmos um orçamento dos nossos sonhos, se, na verdade, não puder ser executado como tal. Estamos tentando fazer um orçamento possível, um orçamento que tenha condições de ser executado e que tenha a transparência que todos desejamos. Cumprimento a Secretária Renata Vilhena, representante do governo do Estado. Por meio de sua participação, mostrou a visão do Governador Aécio Neves, sua expectativa quanto ao nosso orçamento para 2009. Digo aos Prefeitos, Vereadores e lideranças comunitárias que a busca incessante pelo aprimoramento do Orçamento da União faz com que a direção da Comissão Mista de Orçamento deste ano tenha o entendimento de que estamos plantando uma semente em terreno fértil, a fim de que possa continuar ao longo do tempo cada vez mais preciso e voltado ao atendimento das expectativas da sociedade brasileira.

A iniciativa pioneira deste ano ainda pode deixar muito a desejar, mas o importante é que começamos, que demos o primeiro passo. Conforme um pensamento oriental, quando se faz bem, quando se inicia bem algum trabalho, metade do caminho está percorrida. Estou seguro de que estamos começando bem esse trabalho. Se a participação popular ainda não é ampla como gostaríamos que fosse, temos a convicção de que o aprimoramento dessa questão fará com que tenhamos, num futuro bem próximo, aquilo que desejamos, ou seja, um orçamento bem participativo e bem democrático.

Encerrando minhas palavras, Deputado Zé Maia, ressalto, como relator da Receita, figura nova no Orçamento da União, que seria interessante que os orçamentos estaduais também se preocupassem com essa figura, que, na verdade, evita que o relator-geral do Orçamento - nos níveis federal, estadual e municipal - tenha a responsabilidade de ser o autor da estimativa e também a pessoa que cuida da distribuição dos recursos. Delegar a uma pessoa a responsabilidade de estimar a receita e entregar o valor estimado ao relator-geral do Orçamento nos níveis federal, estadual e municipal, permitirá ao relator-geral do Orçamento ser mais consistente, mais atual e, sobretudo, mais real.

Fizemos a estimativa e repassamos o valor ao relator-geral. Pela resolução que criou essa nova sistemática do orçamento, temos, até 10 dias após a entrega do último relatório setorial, a possibilidade de rever a estimativa e repassar os números atualizados ao relator-geral, para que ele possa, no final, utilizando os relatórios setoriais e a adequação da estimativa feita, ajustar o Orçamento e ser bastante realista. Não tenho dúvida de que o Senador Delcídio Amaral tem feito isso com muita precisão e consciência. Haveremos de ter em 2009 um Orçamento mais voltado para o interesse da sociedade brasileira, porém mais realista. Nossa expectativa é de que o relatório aprovado no Congresso Nacional seja efetivamente o Orçamento a ser executado pelo governo federal. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Passo a palavra ao Deputado Célio Moreira, que também tem uma consideração a fazer.

O Deputado Célio Moreira - Obrigado, Presidente, querido Deputado Marcus. Já foi realçada pelo nosso Deputado Virgílio Guimarães a preocupação com o metrô de Belo Horizonte. Queria frisar a questão, que tem sido muito debatida na Assembléia Legislativa e é uma preocupação do Governador Aécio Neves, do Prefeito Pimentel e também do Prefeito eleito Márcio Lacerda.

O metrô de Belo Horizonte já se arrasta há 24 anos, e é uma necessidade, em razão do trânsito caótico da cidade. Gostaria, portanto, de pedir a V. Exa., aos nossos Senadores e à bancada estadual empenho nessa questão do metrô de Belo Horizonte, que realmente é uma necessidade urgente da Capital, mas que atenderá também Contagem e ainda dois dos maiores Distritos de Belo Horizonte, que são o Barreiro e Venda Nova. A Assembléia formou até uma comissão especial para tratar do problema do metrô; porém, nos últimos oito anos, as emendas são votadas no Orçamento, mas a verba para o metrô é contingenciada. Espero que a partir de 2009 o metrô de Belo Horizonte se torne uma realidade.

Agradeço aos Senadores e Deputados membros da Comissão de Orçamento, peço empenho para que essa emenda se concretize, porque é um

transporte rápido, barato e que, com toda certeza, auxiliará na questão ambiental e aliviará sobretudo o trabalhador que enfrenta uma dificuldade muito grande na Cristiano Machado, na Antônio Carlos e na Amazonas. O metrô dará alívio à vida de muita gente.

Queria reforçar ainda mais a solicitação. O nosso Deputado Virgílio Guimarães já enfatizou a questão, o Governador Aécio Neves tem insistido tanto com o Presidente quanto com o Ministro das Cidades, com os demais Ministros e com os Senadores, pedindo empenho para que o metrô de Belo Horizonte se torne uma realidade, mas não só na Linha 1 ou na Linha 2, que são fundamentais. A Linha 2 é o ramal Calafate-Barreiro, mas temos a proposta da área hospitalar, a do Centro Administrativo e também de levar o metrô para a região de Ribeirão das Neves, que, com toda certeza, vai, como eu já disse, trazer um alívio muito grande, sobretudo nessas vias principais da nossa região metropolitana.

Fica, portanto, o nosso registro, Presidente: empenho na questão do metrô de Belo Horizonte. Obrigado.

O Sr. Coordenador - Obrigado, Deputado Célio Moreira. Antes de passar a palavra ao Senador Delcídio, queria fazer minhas as palavras do Deputado Zé Maia, sobre as emendas para a nossa região. Quero falar também da importância de recurso para a Universidade Federal do Triângulo Mineiro, que acabou de ser consolidada como universidade e necessita de uma atenção muito especial.

Passo a palavra, com muita satisfação e orgulho, a essa figura hoje expoente da política brasileira, que é o Senador Delcídio Amaral.

O Senador Delcídio Amaral - Eu estava conversando com o nosso querido Deputado Gilmar Machado sobre emendas individuais, um assunto que hoje está em toda a mídia nacional. Quero fazer alguns registros. Anotei todas as observações que foram feitas e não poderia deixar de destacar alguns pontos. Primeiro, a questão da Embrapa. Sou de um Estado onde a Embrapa tem papel fundamental como tem aqui, em Minas Gerais. Como disse o Deputado Federal Marcus Montes, o Orçamento deste ano da Embrapa melhorou muito, se compararmos com o dos exercícios anteriores: foi a praticamente R\$1.400.000.000,00. Principalmente num momento como esse, a Embrapa tem papel crucial. Como disse o Deputado Federal Virgílio Guimarães, pelo montante do recurso solicitado para um laboratório de biotecnologia, tenho certeza de que a bancada mineira, que sempre foi sensata e compreensiva, resolverá isso internamente, no meu ponto de vista, sem grandes dificuldades.

Há vários comentários sobre a BR-040 e sobre a questão do Orçamento para o projeto executivo de R\$5.000.000,00 em 2009, que o Deputado Fábio Avelar apresentou; sobre o centro de treinamento de alto nível que o Prefeito Marcos de Carvalho apresentou. Aliás, fazendo o seu "lobby", mandou-nos o CD, o projeto desse centro de treinamento juntamente com uma nota explicativa. Evidentemente, isso fará parte da nossa tabulação para conversar com a bancada de Minas Gerais.

A questão das universidades é muito recorrente. Parece até que vocês fizeram um reunião antes e resolveram atacar uma área específica, todo o mundo batendo. É um mantra. Disse à Prefeita Elisa Costa, companheira de partido, o seguinte: hoje a senhora começou a reunião, vai fechar com chave de ouro, porque a emenda popular - pelo menos uma das emendas - já está definida dentro dos critérios aqui estabelecidos, ou seja, a expansão da Universidade do Vale do Jequitinhonha, que muitos aqui solicitaram. E no meu entendimento, sem prejudicar a emenda de caráter geral para as universidades, pelas razões que os próprios Reitores expuseram com muita clareza e responsabilidade, em função dos desafios que estão sendo colocados para o ensino superior.

Vou trabalhar com a bancada e com os relatores setoriais os parques tecnológicos. Pelo perfil de Minas Gerais, o investimento em tecnologia e inovação merecerá um trabalho específico nosso, porque esse tema tem aparecido na maioria das audiências públicas que temos realizado. Apareceu ontem em Porto Alegre, apareceu em Vitória e agora aqui, em Belo Horizonte.

A outra questão é a do metrô. Anotei esse trecho Eldorado-Vilarinhos, que é a Linha 1 do metrô. Vamos fazer uma correção e colocar como metrô de Belo Horizonte, até porque, pelo que foi exposto pela Secretária Renata Vilhena e pelo Deputado Federal Virgílio Guimarães, a idéia é partir para parcerias público-privadas. No meu ponto de vista, trata-se de uma iniciativa extremamente relevante. Temos que implementar as parcerias público-privadas para desenvolver o Brasil. Discutimos isso intensamente na Câmara e no Senado e vimos que está na hora de começarmos a implementá-las, como alguns Estados já estão fazendo. Acho até que Minas Gerais já está fazendo isso há mais tempo.

O último ponto que gostaria de destacar é a questão do Aeroporto Tancredo Neves, em Confins. Inexoravelmente, na questão do orçamento, especialmente nos recursos da Infraero, teremos que incluir mais recursos. Para este ano a previsão para a Infraero foi de R\$1.100.000.000,00 para investir em infra-estrutura aeroportuária, o que está muito aquém do necessário. Vamos ter que conversar com o governo federal, porque teremos que abrir alguns aeroportos. Não temos recursos suficientes e não podemos prejudicar as pessoas que têm que viajar para fazer negócios, para transportar carga, para fazer tudo aquilo que pode ser facilitado pelo modal aeroviário. Ontem, em Vitória, vi um aeroporto paralisado em razão de problemas com o Tribunal de Contas da União. Um aeroporto no centro da cidade, com um potencial turístico imenso, está parado. Precisamos estudar alternativas, porque não conseguimos fazer frente a esses desafios, principalmente os da infra-estrutura aeroportuária.

Basicamente, essas são as principais observações que destaquei. Juntamente com o Zé Maia, que também é da minha região, iremos olhar essa questão para tomarmos as medidas cabíveis. A preocupação é absolutamente pertinente e não poderia deixar de destacá-la. Coloco-me à disposição da Bancada de Minas Gerais porque, se não temos toda a estrutura necessária para atender tudo aquilo que sonhamos, pelo menos vamos fazer o possível e o essencial. É esse o espírito da Comissão de Orçamento e é esse o espírito que vamos perseguir para atender as necessidades principais e básicas de um Estado tão importante como Minas Gerais. Cumprimento a todos, os funcionários da Assembléia, as lideranças, os parlamentares. Agradeço, mais uma vez, a oportunidade de estar nesta querida cidade de Belo Horizonte, capital do valoroso e glorioso Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Obrigado, Senador Delcídio Amaral. É uma honra recebê-lo em Minas Gerais juntamente com os demais companheiros Jorge Khoury, Mendes Ribeiro e a equipe da Comissão de Orçamento, bem como a nossa Secretária.

O Sr. Presidente - Agradecemos a presença de todos que participaram desta audiência pública, especialmente aos parlamentares da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, aos Deputados de Minas, Gilmar Machado, Virgílio Guimarães, Senador Delcídio Amaral, Deputado Mendes Ribeiro, Deputada Elisa Costa e Renata Vilhena, Secretária do Planejamento de Minas Gerais, que tem feito um trabalho de parceria com esta Casa na discussão do orçamento do Estado. Minas Gerais sente-se honrada com esta discussão e com a presença de membros do Congresso Nacional discutindo os destinos do orçamento da União.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Palavras do Sr. Presidente - Exibição de vídeo - Palavras da Secretária Renata Maria Paes de Vilhena - Palavras do Deputado Zé Maia - Palavras do Deputado André Quintão - Palavras do Deputado Lafayette de Andrada - Palavras do Sr. Thiago Coelho Toscano - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Delvito Alves - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gláucia Brandão - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Lafayette de Andrada - Maria Lúcia Mendonça - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Rêmoló Aloise - Ronaldo Magalhães - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Miranda - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Carlos Pimenta, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à Audiência Pública da Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2008-2011, para discutir a proposta de revisão para o exercício de 2009 e sugerir alterações e apresentar novas propostas para o aprimoramento dos projetos estruturadores.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Renata Maria Paes de Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão; e os Exmos. Srs. Rafael Andrade, Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico; Thiago Coelho Toscano, Subsecretário de Planejamento e Orçamento da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag -; e Paulo Antônio Avelar, Subsecretário de Obras da Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas - Setop -; Deputado Zé Maia, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira desta Casa; Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular desta Casa; Deputado Lafayette de Andrada, membro da Comissão de Fiscalização Financeira desta Casa e relator do PPAG.

Palavras do Sr. Presidente

O planejamento tornou-se, em nosso tempo, uma ferramenta cada vez mais imprescindível às instituições governamentais, tendo em vista todo o critério que se deve ter na aplicação dos recursos públicos para que se obtenham os melhores resultados em benefício da população. Essa premissa tem um significado particular para Minas Gerais em razão de suas históricas desigualdades regionais, de suas dimensões e diversidades geográficas, das demandas acumuladas nas áreas de serviço e de infra-estrutura e, paralelamente, em virtude do grande potencial de desenvolvimento do Estado. Acrescente-se o fato de que, diante dos investimentos necessários, os recursos são sabidamente precários e provêm, à custa de muita negociação e vontade política, dos premidos orçamentos da União, do Estado e dos Municípios. Acrescente-se também, na presente conjuntura, o efeito da crise financeira, que, iniciada nos EUA, espalhou-se pelos mercados do mundo inteiro e obrigará todos os governos a terem uma dose maior de cautela em suas previsões de receitas e despesas para os anos vindouros. Nesse contexto, é mais do que oportuna a audiência pública que estamos realizando, com o objetivo de analisar o PPAG 2008-2011 e propor as alterações que se fizerem necessárias ao seu aprimoramento.

O PPAG, como se sabe, é um dos instrumentos de que o governo dispõe para planejar suas ações, para definir diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de quatro anos, para prever os investimentos a serem feitos em cada região e em cada setor da vida do Estado. Tais diretrizes e investimentos buscam promover o desenvolvimento mineiro como um todo. Visam estimular os segmentos produtivos e a geração de emprego e renda, combater a pobreza, reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover a melhoria dos serviços públicos, como os de saúde, educação, moradia, segurança e transporte. As audiências públicas de revisão do PPAG criam também espaço para que o planejamento elaborado pelo Estado ganhe o necessário respaldo político, com a apresentação de proposições pelos diversos segmentos da população e, posteriormente, com a análise dessas proposições no âmbito do Legislativo. Atendem ao princípio da repartição de responsabilidades entre os poderes públicos e os setores organizados da sociedade, estimulam a democracia participativa e a formulação de parcerias para a reflexão sobre os problemas existentes no Estado e a elaboração de políticas públicas para solucioná-las. Nos grupos de trabalho, organizados de acordo com as áreas de resultados e os projetos estruturadores do governo do Estado, os participantes deste evento poderão sugerir alterações ou fazer novas propostas que julgarem necessárias. As propostas serão encaminhadas às Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembléia Legislativa e, se aprovadas, serão transformadas em emendas a serem incorporadas ao PPAG para o período 2008-2011. Lembramos que a Assembléia Legislativa está sempre disposta a colaborar com as ações que visem ao aperfeiçoamento dos programas de governo, principalmente por meio do debate e da participação, elaborando leis que permitem aproximar as ações governamentais dos anseios populares, o que lhes confere maior transparência e legitimidade.

Agradecemos a todas as pessoas e instituições que colaboraram e colaboram para a realização deste evento, às autoridades que aqui comparecem, principalmente à ilustre Secretária de Estado de Planejamento e Gestão, Renata Maria Paes de Vilhena, aos Secretários já anunciados, aos Subsecretários e aos demais representantes da Secretaria de Planejamento, parceira fundamental da Assembléia Legislativa neste evento, e também aos gerentes dos projetos estruturadores e a todos os presentes. Fazemos também um agradecimento especial aos nossos pares, Deputados Zé Maia e, em seu nome, a todos os membros da Comissão da qual é Presidente, ao Deputado André Quintão e aos membros da Comissão de Participação Popular e ao Deputado Lafayette de Andrada, por seu empenho e envolvimento nesse processo de revisão do PPAG. Temos a certeza de que estamos contribuindo para aprimorar as ações de planejamento do Estado, para caminharmos rumo a um desenvolvimento equilibrado e sustentável. Muito obrigado.

Exibição de Vídeo

O Sr. Presidente - Neste instante, teremos a apresentação de um vídeo sobre o PPAG e o Orçamento, intitulado "Passo a Passo".

- Procede-se à exibição do vídeo.

O Sr. Presidente (Deputado Zé Maia) - Com a palavra, a Secretária Renata Vilhena.

Palavras da Secretária Renata Maria Paes de Vilhena

Exmos. Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Zé Maia, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira desta Casa; André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular desta Assembléia; e Lafayette de Andrada, membro da Comissão de Fiscalização Financeira e relator do PPAG; Srs. Rafael Andrade, Secretário de Desenvolvimento Econômico; Thiago Coelho Toscano, Subsecretário de Planejamento e Orçamento; e Paulo Antônio Avelar, Subsecretário de Obras Públicas; demais autoridades do governo, demais representantes da Secretaria de Planejamento e Gestão, demais Deputados, senhores e senhoras. Bom-dia a todos.

É uma grande satisfação retornar a esta Casa para debatermos a revisão do PPAG relativo ao quadriênio 2008-2011. Antes de tudo, parabenoza a Assembléia Legislativa pela iniciativa de, mais uma vez, proporcionar o debate desse tema, que é de grande importância não só para quem trabalha no setor público, mas sobretudo para os vários segmentos da sociedade que clamam por maior transparência e controle das políticas governamentais. Completamos seis anos consecutivos de debate e audiências públicas para o aprimoramento dos planos de orçamentos, incluindo audiências públicas no interior do Estado. Na medida em que nos permite o levantamento das sugestões e das demandas dos vários segmentos sociais e regionais do nosso Estado, o processo de revisão do PPAG vincula-se estruturalmente à própria noção geral de planejamento e de adequação dos recursos públicos aos objetivos estabelecidos democraticamente pela sociedade. As audiências públicas realizadas em Itaobim, Ituiutaba e Barbacena permitem que essa adequação observe às demandas das outras regiões do Estado. É, sem dúvida, um reconhecimento da sociedade, e não apenas o poder público como protagonista do desenvolvimento. Desde 2003, Minas Gerais vem-se destacando por colocar em curso um projeto que conjuga ajuste fiscal e oferta de políticas públicas de maior qualidade a todos. Esse projeto, intitulado Choque de Gestão, confere a suas ações uma conotação específica, em que prepondera a noção de eficiência voltada para o desenvolvimento socioeconômico do Estado. Consolidada em 2004, a qualidade fiscal de Minas Gerais não está apenas na manutenção do equilíbrio financeiro, mas também na realização de investimentos sem onerar a sociedade, pois, ao mesmo tempo em que ocorre uma estabilização do crescimento da carga tributária, o Poder Executivo mantém uma política de investimentos crescentes. Assim, seguimos a recomendação do Governador Aécio Neves de gastar menos com o Estado e mais com o cidadão.

Hoje, com estratégias claras, dividindo a atuação do governo em áreas de resultados, cada qual com seus desafios, objetivos e metas para atender aos destinatários das políticas públicas, tudo isso exposto no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI - 2007-2023, Minas Gerais efetivamente tem todos as condições de alcançar os resultados esperados e tornar-se o melhor Estado para se viver. Essa postura está fazendo com que, em 2009, para um Orçamento da ordem de 38,9 bilhões de reais, os investimentos fiscais previstos cheguem a 5,1 bilhões. Para os 57 Projetos Estruturadores, representação mais clara da implantação da estratégia do governo, estão orçados em 4,9 bilhões, que atenderão todas as 11 áreas de resultados e seus dois pilares: a Qualidade Fiscal e a Renovação da Gestão Pública. Se comparados com o Orçamento de 2004, os Projetos Estruturadores receberão em 2009 513% a mais de recursos. Ao somar os investimentos do Orçamento Fiscal aos investimentos previstos pelas empresas controladas - Cemig, Codemig e Gasmig, entre outras -, o volume atinge 11 bilhões, com um crescimento de 207% em relação aos 5,6 bilhões orçados em 2004. Eu me permito apresentar alguns números para 2009, que, posteriormente, serão detalhados pelo Subsecretário Thiago Toscano e nas apresentações individuais dos Projetos Estruturadores. Considero relevante mostrar que ampliaremos o número de alunos do ensino integral, passando de 89 mil alunos em 2006 para 130 mil alunos em 2009. Isso envolve, entre outras coisas, fornecimento de 28,7 mil merendas a mais por dia. Além disso, prevêm-se a construção e a reforma de 462 escolas rurais, com investimentos de 64,7 milhões de investimentos previstos; ampliação do número de formandos no ensino profissional na rede estadual, que está ampliando de 43 mil para 57.058 em 2009; merenda para 250 mil alunos do ensino médio noturno, ressaltando que até 2006 nenhum aluno recebia esse benefício; atendimento de mais 8.971 alunos no Programa Poupança Jovem; termo de compromisso assinado para fortalecimento e melhora de 128 hospitais do SUS - Pro-Hosp -, com investimentos de 142,4 milhões; implantação de mais 14 módulos de transporte eletivo e de resíduos de saúde de várias microrregiões de Minas Gerais, consolidando a implantação do Sistema Estadual de Transporte em Saúde, com investimentos para 2009 da ordem de 31 milhões; ampliação e fomento aos serviços hospitalares e ambulatoriais de urgência e emergência nos Municípios mineiros, com investimentos de 133 milhões; Apacs: construção de 1.070 novas vagas no sistema de Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - Apacs -, em convênios assinados em 2008. Além disso, já estão garantidos R\$10.000.000,00 para início da construção de 720 novas vagas, totalizando um investimento, em Apacs, de R\$20.600.000,00 em 2009.

Áreas Integradas: implantação da Fase III do Projeto Cinturão de Segurança Pública da Polícia Militar, totalizando 117 Municípios, com investimentos de R\$10.200.000,00. Implantação da Fase II do Cinturão da Polícia Civil, atendendo 67 Municípios, com investimentos de R\$8.000.000,00. Implantação de prédio integrado, sede de Região Integrada de Segurança Pública.

Risp nos Municípios de Montes Claros, Uberlândia, Juiz de Fora, Governador Valadares, Unai, Curvelo e Divinópolis, com investimentos de R\$30.000.000,00. O monitoramento de 800 presos, por meio de tornozeleiras eletrônicas; criação do Projeto Estruturador de Convivência com a Seca e Inclusão Produtiva, com a alocação de mais de R\$26.000.000,00. As despesas com investimentos e inversões do orçamento fiscal cresceram sistematicamente desde 2003, de forma que o valor executado em 2007 superou em 253% o valor executado naquele ano. A previsão é que a execução dos investimentos e inversões acumuladas, de 2003 a 2008, supere a casa dos R\$18.000.000.000,00. Cabe destacar que, para 2009, os recursos alocados no sistema estadual de saúde cresceram quase R\$600.000.000,00, 39% em relação ao orçamento inicial de 2008, o que permite ao Estado de Minas Gerais se enquadrar à Emenda Constitucional nº 29, de 2000, caso ocorra sua regulamentação, que se encontra em tramitação no Congresso Nacional.

Portanto, senhoras e senhores, após essas breves palavras, a avaliação que hoje fazemos é que avançamos em várias áreas, de forma planejada e efetiva, tendo sempre o cidadão como referência. A expectativa é continuar nesse rumo, buscando sempre gerar resultados para a sociedade, por meio da melhoria da qualidade dos serviços públicos, do planejamento e controle orçamentário e da capacidade administrativa. Este momento que reúne Poder Executivo, Poder Legislativo e os diversos segmentos sociais, essas discussões que ora aqui se iniciam, enfim, essa audiência pública, que, nesses três dias, realizaremos no Município de Belo Horizonte, endossa, como já havia mencionado anteriormente, a consolidação do Estado de Minas Gerais como pioneiro na administração pública nacional em cumprir, de forma categórica, sua função social, ao criar um clima de relações democráticas mais transparentes entre Estado e sociedade. Muito obrigada. Desejo a todos que tenham um excelente dia de trabalho e que aproveitem, ao máximo, a discussão e as apresentações feitas pelo governo. Espero que possamos analisar todas as sugestões encaminhadas. Muito obrigada.

O Sr. Presidente (Deputado André Quintão) - Com a palavra, o Deputado Zé Maia.

Palavras do Deputado Zé Maia

Agradeço a presença dos participantes deste evento, que é muito importante para esta Casa.

Prezado Rafael Andrade, Secretário de Desenvolvimento Econômico; Thiago Coelho Toscano, Subsecretário de Planejamento e Orçamento; Paulo Antônio Avelar, Subsecretário de Obras; prezado Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular desta Assembléia; Deputado Lafayette de Andrada, membro da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária desta Casa e relator do PPAG; prezados membros do governo de Minas, a quem cumprimento na pessoa do Dr. Teodoro Alves Lamounier, Presidente da Companhia de

Habitação de Minas Gerais - Cohab -; Vereador Arnaldo Godoy, cuja presença agradecemos.

Em rápidas palavras falaremos sobre a experiência da Assembléia Legislativa no que diz respeito às audiências públicas que são feitas todos os anos, aprimorando, em cada ano, essa que nos parece uma tendência irreversível, ou seja, discussões de orçamentos nos níveis federal, estadual e municipal. Recebemos ontem neste Plenário o Deputado Federal Mendes Ribeiro Filho e o Senador Delcídio Amaral, respectivamente Presidente e Relator-Geral da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional. O Congresso está visitando várias regiões do Brasil para discutir o Orçamento da União, o que o democratiza e dá oportunidade para que a sociedade civil opine sobre as propostas. Essa nos parece ser a tendência do presente e do futuro, com forte aprimoramento a cada ano. A justificativa para isso é que as ações previstas nas leis orçamentárias, no PMDI, no PPAG, no Orçamento e na LDO se destinam aos cidadãos, à sociedade. Para que tenhamos uma proposta que atenda aos interesses da população, nada melhor que ouvir primeiro a sociedade antes de tomarmos decisões. Minas Gerais sai na frente, com a criação da Comissão de Participação Popular. A sociedade pode apresentar suas propostas diretamente à Comissão ou nas audiências públicas que a Assembléia Legislativa tem realizado ao longo dos anos. Esse é um grande exemplo para o Brasil e representa o estilo da nossa mineiridade, ou seja, tolerância, debate, discussão, conversa, o que facilita as coisas. Seria muito mais fácil, muito mais simples tomarmos decisões de gabinetes. O governo do Estado faz sua peça orçamentária e a encaminha para esta Assembléia. Os Deputados a discutem em seus gabinetes e aprovam uma proposta pronta para a sociedade, sem ouvirem ninguém. Isso economizaria tempo e dinheiro, mas não teríamos uma proposta tão ampla e abrangente, com as sugestões apresentadas por cada um de vocês. Esse é o exemplo da Assembléia de Minas, esse é o exemplo do governo de Minas. É preciso registrarmos um capítulo especial: nem todo governo, nem todo Poder Executivo está tão aberto como o governo de Minas para discutir amplamente as ações previstas nas peças orçamentárias. É necessário que façamos esse registro importante da participação do governo de Minas, de sua disposição em visitar as várias regiões de Minas Gerais, de interiorizar a discussão do orçamento. Essa é uma experiência muito exitosa, que, certamente, servirá de modelo para os demais Estados do nosso país, especialmente para os Municípios. Como o Município está ainda mais próximo do cidadão, é importante que essas discussões sejam feitas pelos Poderes Executivo e Legislativo. É fundamental que suas propostas de orçamento sejam discutidas com a sociedade.

Certamente as cidades ganharão muito com isso, porque, muitas vezes, no seu gabinete, o gestor não consegue captar as necessidades da população nos locais mais distantes, nas periferias, que podem significar soluções simples, mais baratas e servir como um grande subsídio para quem administra. Esse é, portanto, o espírito dessas audiências públicas. A participação de vocês é o que há de mais importante nessas audiências, porque é com base nas sugestões que elaboraremos as propostas orçamentárias; é a partir daqui, que é a casa do povo. Parabéns a vocês. Muito obrigado pela participação.

O Sr. Presidente (Deputado Zé Maia) - Com a palavra, o Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular desta Casa, para as suas considerações iniciais.

Palavras do Deputado André Quintão

Bom-dia a todas as pessoas presentes. Em nome da Assembléia, queria agradecer àqueles que atenderam ao convite da instituição para participar desse processo de revisão. Aproveito para avisar a quem está em pé lá atrás que ainda há lugares aqui em cima e também na frente. Isso é bom sinal. Quando falta espaço, significa que sobra participação. Cumprimento o Deputado Zé Maia, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembléia, que conduz os debates na parte da manhã, neste momento representando o nosso Presidente. E já queria agradecer ao Presidente da Casa, porque um processo dessa envergadura não se concretizaria se não houvesse a vontade, a determinação e o apoio do corpo diretivo, da Mesa Diretora da Assembléia. Deputado Zé Maia, transmita ao Deputado Alberto Pinto Coelho o nosso reconhecimento. Já de início também queremos agradecer muito aos servidores da Assembléia Legislativa. Esse é um processo cuja qualidade é resultado do empenho do conjunto de todas as áreas da Casa. É um processo institucional que envolve os servidores dos gabinetes que participam da coordenação. Então, desde já, quero agradecer tanto aos servidores da Assembléia quanto aos do nosso gabinete e dos gabinetes envolvidos no processo. Cumprimento o Deputado Lafayette de Andrada, que é o relator do PPAG, uma peça importante. Gravem bem a fisionomia do Deputado Lafayette de Andrada, que tem se empenhado muito em acolher as nossas propostas e participado desde o início do processo. Na pessoa do Deputado Lafayette, saúdo os vários Deputados e Deputadas presentes no Plenário. Não poderia deixar de mencionar os membros do governo, o Sr. Rafael Guimarães Andrade, Secretário de Desenvolvimento Econômico; o Sr. Paulo Antônio Avelar, Subsecretário de Obras da Setop. E, na pessoa do Sr. Thiago Coelho Toscano, Subsecretário de Planejamento e Orçamento, cumprimento todos os gerentes dos projetos estruturadores. Vocês viram, pela programação, que teremos, nos grupos de trabalho, a apresentação dos 57 projetos estruturadores. Então, a presença, o empenho e a dedicação desses gerentes afiança a seriedade do processo. Saúdo todos que já se encontram aqui na parte da manhã, ressaltando, mais uma vez, as entidades, os cidadãos e cidadãs.

Em razão do tempo, farei dois breves registros nessa abertura, que considero importantes. Vejo-me na obrigação de fazê-los. Um é quanto ao processo e o outro refere-se ao conteúdo da proposta de avaliação e de revisão do PPAG encaminhado a esta Casa. O primeiro registro é quanto ao processo de participação popular no planejamento público de médio prazo através do Legislativo, em parceria com o Executivo. Como bem disse o Deputado Zé Maia, esse processo começou em 2003, aqui na Assembléia, com a criação da Comissão de Participação Popular, que, em conjunto com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, o conduz ano a ano. Em relação às outras Assembléias Legislativas, é inédito, pois é um processo de debate do conjunto do planejamento do Estado. Aqui, na própria Assembléia, tivemos experiências esporádicas com relação a algumas áreas ou a alguma parte do orçamento, mas, até então, ela não havia realizado um processo de discussão global das prioridades de médio prazo contidas no PPAG. Esse processo foi muito fortalecido com uma emenda popular apresentada em 2003, que obrigou a revisão anual participativa. Isso confere também um caráter mais dinâmico ao planejamento público. Antes, era muito comum as peças de planejamento serem bem encadernadas e ficarem enfeitando as estantes dos executivos ou dos parlamentares. Então, ano a ano, desde 2003, a Assembléia debate o Plano Plurianual em curso, a proposta de revisão e os seus impactos na Lei Orçamentária Anual. Esse é um processo que vem crescendo em quantidade e em qualidade. Aliás, quero dar a vocês uma boa notícia: neste ano já estamos batendo recorde de participação em relação ao ano de 2003 e aos anos posteriores. Sem contar a audiência de Montes Claros, que ainda será realizada, já são mais de 550 participações no interior, temos mais de 600 inscritos para as audiências de Belo Horizonte. Mais que a quantidade, a qualidade vem aumentando, até porque é um assunto novo para boa parte daqueles que participam de debates sobre leis orçamentárias. Há oficinas, preparação, capacitação e empenho dos movimentos sociais e dos Conselhos de Políticas Públicas, e, cada dia, as propostas vêm sendo aperfeiçoadas, e o que é melhor, com resultados. Não farei aqui o balanço dos anos anteriores, pois o tempo não me permite, mas a própria Secretária reconheceu que até 2006 não havia alimentação escolar para o ensino médio noturno. Essa foi uma proposta resultante de revisão e de discussão do PPAG. Hoje, Minas Gerais está em primeiro lugar na implantação do Sistema Único da Assistência Social - Suas -, proposta de emenda popular no ano de 2003, com o Projeto de Lei nº 31, Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas, e depois, ano a ano, emendas que ampliaram a participação do Estado no co-financiamento da proteção social básica. Uma conquista coletiva da sociedade e do Legislativo e, obviamente, do Executivo, quando acolhe uma emenda dessa natureza. Esse é o primeiro registro. É um processo gradual, institucional, que se vem afirmando em qualidade e que hoje, como disse o Presidente, Deputado Zé Maia, é irreversível no funcionamento institucional da Assembléia Legislativa.

A outra questão é quanto ao conteúdo, afinal estamos aqui para discutir a revisão do primeiro ano do PPAG 2008-2011. Sendo otimista, quero levantar alguns aspectos positivos. Temos uma ampliação de recursos no PPAG para o ano de 2009, ou seja, um acréscimo de R\$824.000.000,00, atingindo quase R\$5.000.000.000,00 destinados aos projetos estruturadores, num acréscimo da ordem de 20%. Isso é muito importante e, independentemente de impactos de crise, temos de investir no ser humano e no desenvolvimento econômico com justiça social. Essa é a melhor maneira de enfrentar a crise. Essa é a lógica do governo Lula e acho que isso tem de ser garantido nessa ampliação dos projetos estruturadores, que garantem um patamar de desenvolvimento econômico. Hoje, pelo desenvolvimento econômico interno, pelo mercado interno, o Brasil tem condições de enfrentar as turbulências internacionais. Esse é um aspecto positivo. Algumas ações estão sendo ampliadas e algumas até inovadas.

Eu destacaria o número de reformas em escolas rurais. Nós, que rodamos o interior do Estado, vemos que essa é uma demanda muito grande.

São mais de 460 escolas rurais que serão reformadas. Temos a ampliação do Projeto Travessia, que passa de 5 para 33 Municípios. Temos uma ampliação muito grande de recursos para o semi-árido, principalmente no projeto de aceleração da aprendizagem no semi-árido mineiro para corrigir a distorção de idade e série. Temos previsto para 2009 aproximadamente 180 mil alunos. O recurso foi ampliado para mais de R\$9.000.000,00. A área de resultados e desenvolvimento do Norte, Mucuri e Jequitinhonha passa de R\$5.000.000,00 para R\$36.000.000,00, e o novo estruturador, como disse a Secretária, de convivência com a seca e inclusão produtiva. Poderíamos citar outros exemplos, mas em algumas áreas há, de fato, uma ampliação, como a própria implantação do Suas, projeto defendido por Vereadores de Belo Horizonte aqui presentes, como Ana Paschoal e Arnaldo Godoy. Esse projeto terá, em Minas, 50% de recursos ampliados em relação ao ano de 2008. Esse é o primeiro aspecto, Deputado Lafayette de Andrada. Existe uma ampliação no conjunto dos recursos que repercutem em ações e metas elevadas.

Temos algumas indagações que já farei porque depois teremos o pronunciamento do Subsecretário Thiago Toscano. Fiz um estudo de todo o PPAG, dos 57 projetos estruturadores, principalmente da área social e, nos grupos de trabalho, terei questões a serem postas, mas aqui nesta abertura tenho algumas indagações de ordem mais geral que me preocupam. A primeira delas é que, na proposta de revisão do PPAG, temos a exclusão de várias propostas que foram incorporadas em 2008 por emenda popular. Esse é um aspecto que gostaria de ressaltar. A proposta que entra no PPAG, que é resultado desse debate público, precisa ter um carinho todo especial e a tendência a permanecer e avançar, como foi o caso do Suas, que é um exemplo positivo. Vejam bem, temos propostas na área de direitos humanos, na área da alimentação escolar, especificamente na ação de melhoria em cantinas escolares, na área de acompanhamento social das escolas, na área de segurança alimentar, o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - Sisvan -, a atenção à saúde mental infante-juvenil, apoio aos catadores de organizações cooperativas, capacitação de professores da educação infantil. Temos um conjunto de propostas para o ano de 2009 que foram incluídas em 2008 por meio de emenda popular. Sei que cada uma delas tem uma lógica. Algumas delas estão incorporadas em ações mais gerais, mas queremos distingui-las para melhor acompanhá-las. Temos algumas justificativas de problemas de recursos financeiros. Isso, para mim, não é uma alternativa válida desde que se compreenda a ação como prioritária, como a sociedade civil a considerou. Então, acho que nos grupos voltaremos com esse tema. Fiquei um pouco triste com o número de exclusão de ações populares conquistadas no PPAG anterior.

Há outra questão muito importante, principalmente no interior, que já melhorou do ano passado para cá: ações com metas por região. O Processo tem essas metas e as escolas rurais reformadas têm a previsão do número de escolas por região. Isso é importante, mas, para algumas ações, não há previsão. Por exemplo, vamos ampliar o Projeto Travessia de 5 para 33 Municípios. Mas para quais Municípios, em quais regiões e quem vai definir? Essa é uma questão muito importante. Há ampliações com critérios estabelecidos. No Suas há a implantação do Centro de Referência de Assistência Social - Cras. O Cogemas também participa. Em algumas áreas tem-se que definir critérios mais republicanos, mais nítidos.

O Poupança Jovem aumenta de 13 mil para 21 mil jovens atendidos, mas esses jovens são de quais cidades? Qual será o critério para ampliação do Poupança Jovem? O Deputado Sebastião Helvécio, grande Deputado desta Casa, sempre apresenta esta preocupação: a necessidade de critérios mais objetivos para orientar a expansão de política pública. Deixo aqui também essa questão. Algumas áreas têm esse nível de regionalização, já outras não.

Há duas questões que considero importantes. Uma delas é comum aos governos municipal, estadual e federal: a execução orçamentária. O projeto estruturador tem por característica ser prioritário. Aliás, ele conta com gerência própria, com gerentes muito competentes. Mas, por motivos variados, na apuração que faço de execução orçamentária, que é trimestral - o final do terceiro trimestre foi em 30 de setembro -, e, ao analisarmos os 57 projetos estruturadores, vemos que mais da metade desses projetos têm menos de 50%, em média, de execução orçamentária.

Trata-se de uma questão a ser debatida se compararmos com o Município e com o governo federal, teremos problemas. Como aqui sou Deputado Estadual - não sou mais Vereador, já fui em BH, com muita honra, nem sou Deputado Federal -, quero ater-me às questões de Minas. Por quê? Porque há uma sobrecarga de execução até o fim do ano. Sabemos que nesses três últimos meses a execução aumenta. Pergunto: Com qual qualidade essa execução orçamentária aumenta? Sabemos que há vários problemas: jurídicos, de licitação, de recursos que não vieram do governo federal de convênio para o qual o Município, não se habilitou. Para cada programa há uma explicação. Nas reuniões dos grupos, vamos saber os motivos mas, na média, até porque se trata de um governo que já tem alguns anos, esperaríamos, talvez, um maior nível de execução orçamentária.

A última questão diz respeito a nossa Capital. Tive o cuidado, até porque moro aqui, sou cidadão de Belo Horizonte, de verificar o que está no PPAG. Na campanha eleitoral, foram discutidas muitas propostas de parceria entre a Prefeitura e o governo do Estado, aliás, algumas anunciadas pelo Governador. Tive o cuidado de analisar bem, porque o que não está no PPAG não pode ser realizado. Muitas daquelas obras anunciadas são, de fato, muito importantes, e as elogiamos aqui; e algumas propostas constam. Por exemplo, para o chamado Boulevard Arrudas está previsto melhoria de pista da Alameda Ezequiel Dias até a interseção da Contorno, próximo ao antigo Cardiominas. Há uma ação prevista na planilha de investimentos. Fico em dúvida, porque não identifiquei algumas outras ações. Talvez elas não constem do quadro de investimento, mas podem estar, por outro motivo, em algum outro lugar da peça orçamentária.

Quanto à trincheira que liga a Av. Afonso Pena à Av. Antônio Carlos, não vi essa obra prevista, que foi anunciada pelo Governador, e também recursos diretamente relacionados à duplicação da Av. Antônio Carlos. Não estou dizendo que não estão lá, estou fazendo um questionamento. A assessoria da Assembléia não identificou essas obras no plano de investimentos para Belo Horizonte - e são obras muito importantes para a cidade. O maior investimento para a cidade, cuja obra está em ritmo acelerado, é a construção do Centro Administrativo, que tem valor previsto, com boa execução orçamentária.

São questões, algumas de natureza mais geral, mas o fundamental é que, pela primeira vez, desde 2003, temos a oportunidade de realizar esse debate abertamente. Temos de valorizar muito isso. Espero que, principalmente nos grupos - sei que os conselhos, os fóruns, as frentes de defesa, cada área, se preparam para o debate -, possamos identificar, discutir política pública, com transparência, honestidade e abertura, como vem sendo feito desde 2003. Esse é um processo suprapartidário.

Nosso objetivo é melhorar a efetividade do plano e de seus desdobramentos. Queremos que as emendas populares recebam maior carinho quando analisadas na nossa Comissão, na Comissão de Fiscalização Financeira, e pelo governo estadual, porque essa é a maior garantia de credibilidade para a continuação desse processo. Queremos que, de fato, a população seja ouvida, respeitada e que o plano seja aperfeiçoado. Fico muito feliz, por saber que esta experiência da Assembléia tende a ser multiplicada. Hoje, o Brasil não precisa de exemplo externo, até por que elegemos um presidente que foi metalúrgico. Mas tenho certeza de que o mundo todo discutirá uma nova era dos direitos civis, com a eleição do Barack Obama.

Na prática, em Minas, a Assembléia dá o exemplo de fortalecimento da cidadania, com o povo discutindo planejamento público, como bem disse o Deputado Zé Maia; não na visão atrasada, conservadora e tecnocrata de gabinete, como se o dinheiro não saísse do povo. Esse é um direito do povo. Temos a obrigação e o direito de fazer este debate porque quem paga impostos e elege políticos é o povo. Por isso, o povo não tem de pedir favor para ninguém para participar, faz isso por ser um direito de cidadania. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Lafayette de Andrada, relator do PPAG, para suas considerações iniciais.

Meu caro Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, Deputado Zé Maia, que preside estes trabalhos; nosso ilustre Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular; Sr. Rafael Guimarães Andrade, Secretário de Desenvolvimento Econômico; Exmo. Paulo Antônio Avelar, Subsecretário de Obras; prezado Dr. Thiago Toscano, Subsecretário de Planejamento e Orçamento. Faço uma saudação a todas as caravanas do interior, Prefeitos e Vereadores. Cumprimento todos na figura dos Vereadores do Município de Lavras, Evandro Castanheira Lacerda e Edson Alves de Abreu. Meu cumprimento especial a toda a Consultoria da Assembléia, que tem contribuído com grande capacidade e competência na execução dessas audiências públicas. Uma saudação especial à equipe da Seplag que, em última análise, foi quem organizou o PPAG.

Minhas senhoras, meus senhores, povo de Minas Gerais, serei breve, porque estamos aqui mais para ouvir do que para falar, mas preciso fazer alguns registros importantes. Minas Gerais - e isso não é novidade - é o Estado que mais cresce no País hoje, muito acima da média nacional. Isso ocorre porque Minas deu importância especial ao planejamento. Minas cresce, investe e se organiza de forma planejada. O Governo Aécio Neves, e não é vantagem, por ser sua obrigação, conseguiu fazer, com eficiência maior do que outros Estados, um diagnóstico das principais necessidades do Estado: onde estamos, o que queremos, onde pretendemos chegar. Mais importante que isso, com os instrumentos de que dispomos, como chegaremos onde pretendemos? Isso é o planejamento. Uma das ferramentas importantes do planejamento é justamente o Plano Plurianual de Ação Governamental, o PPAG. Nos Municípios também existe, as Prefeituras também têm o seu plano, que é conhecido como PPA. Ou seja, é o planejamento de médio prazo.

Antigamente, antes de conseguirmos controlar a inflação, era muito comum ouvirmos que o Orçamento era uma peça de ficção, e realmente era. Naquela época, nenhum governo, governante ou administrador conseguia prever a inflação do mês seguinte: seria de 15%, 18% ou 22%? Então, como se fazer planejamento de médio prazo sem conhecer o valor da inflação? Era impossível. Então, o orçamento do Estado e dos Municípios a ser aplicado no ano seguinte era peça de ficção, era poesia: escrevia-se mais ou menos o que se pretendia, mas os valores eram inteiramente incompatíveis. Se uma Prefeitura, por exemplo, colocasse que pretendia comprar um veículo que, na época, custava R\$40.000,00, no mês seguinte ele custaria R\$45.000,00, no outro mês já era R\$50.000,00, no outro era R\$60.000,00. Então, não havia como fazer esse planejamento. Com a estabilidade da moeda, isso se tornou possível e passou a ser necessidade, obrigação de que os orçamentos deixassem de ser peça de ficção. O administrador sério e sensato passou a se obrigar a fazer orçamento, uma previsão real de gastos e de receitas. Ora, no ano que vem, se tudo caminhar como se espera, o nosso governo arrecadará "x" e, assim, teremos que gastar "z" com educação, "y" com saúde, e por aí afora. Quem se preocupou em fazer um planejamento verdadeiro, real, quem se preocupou com planejamento administrou bem. Aí Minas Gerais deu exemplo, deu um "show" para todo o País. O governo federal reconhece que, em termos de planejamento, estamos anos-luz à frente dele e de quase todos os Estados. Os resultados estão aí: o nosso Estado cresce em todos os setores muito acima da média nacional. Não vou aqui estender-me. Em linhas gerais, PPAG é o planejamento dos investimentos que o governo de Minas irá fazer nos próximos anos. O PPAG foi formulado no ano passado, e nós o votamos aqui, por isso, neste ano, estamos fazendo uma revisão. Há ajustes que precisam ser feitos. Alguns programas não andaram como deveriam; outros foram mais velozes e mais eficientes do que se esperava. O Deputado André Quintão nos trouxe uma preocupação importante: a execução orçamentária de muitos programas, neste ano, está bem abaixo da média. Mas é preciso lembrar também - sem querer dar nenhuma desculpa, apenas para fazermos uma reflexão - que, sendo este um ano eleitoral, a legislação proibiu que, a partir de 30 de junho, muitos convênios fossem firmados. Assim, obviamente a execução orçamentária acabou ficando prejudicada em alguns itens, em outros não. O fato é que a Assembléia Legislativa tomou a iniciativa - agora que estou concluindo quero parabenizar o Presidente da Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho - de escutar a sociedade. Como bem disse o Deputado André Quintão, a finalidade dos investimentos do Estado é o cidadão. O Estado existe para prover o cidadão em suas necessidades nas áreas de educação, saúde, segurança, saneamento, turismo, enfim, em todos os ramos da sua vida; o Estado existe para que o cidadão possa viver bem. E é o cidadão quem paga os impostos, o Estado apenas os administra. Portanto, o cidadão é o patrão dos governantes. Assim, a Assembléia Legislativa abre as suas portas para ouvir o cidadão, para que o cidadão possa participar do planejamento, para que o cidadão possa oferecer as suas propostas porque, em última análise, é ele o beneficiado das ações do Estado. Quero parabenizar todos os senhores e agradecer a sua presença. Tenho certeza de que este ciclo de debates que hoje se inicia será, como foi no passado, um grande sucesso e trará contribuições efetivas para que o governo de Minas continue sendo um exemplo para todo o País. Muito obrigado a todos vocês e tenham um bom dia.

O Sr. Presidente - Agora convidamos o Sr. Thiago Coelho Toscano, Subsecretário de Planejamento e Orçamento da Seplag, para fazer a avaliação da execução do PPAG 2008-2011 e as perspectivas de sua revisão para o exercício de 2009.

Palavras do Sr. Thiago Coelho Toscano

Exmos. Srs. Deputado Zé Maia Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembléia; Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular; Deputado Lafayette de Andrada, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira - todos os três parceiros deste processo de audiência pública no interior, em Itaiobim, Ituiubata e Barbacena -; Rafael Andrade, Secretário do Desenvolvimento Econômico; Fábio Avelar, Subsecretário de Obras da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas; demais colegas de governo, Deputados e meus colegas da Seplag, em especial André e João Vítor, que me ajudaram na condução dos trabalhos do PPAG.

Darei uma explicação sucinta sobre os principais resultados que alcançamos desde a revisão do PPAG, quando criamos essa nova carteira com os 57 projetos estruturadores. Ampliarei um pouco o que foi dito pela Secretária Renata, sobre as principais perspectivas para 2009. Tenho a certeza de que os senhores terão um detalhamento maior quando da discussão em grupo. Antes de entrar na apresentação a respeito dos questionamentos levantados sobre a exclusão de emenda a que se referiu o Deputado André Quintão, quero dizer que todas as exclusões, assim como as inclusões, estão justificadas no PPAG. Algumas são englobadas em determinadas ações, pois, na elaboração do PPAG, tentamos reduzir o máximo possível o número de ações para facilitar a sua leitura. Como é o próprio Executivo que elabora o processo, às vezes, não está atento às ponderações da sociedade, tornando-se necessário destacar algum aspecto, o que faremos nos grupos, nesse processo de audiência pública. Relativamente ao Travessia, que ampliei de 5 para 33 o número de Municípios, quando estivemos nesta Assembléia com o Deputado Sebastião Helvécio, explicamos que o programa segue critérios técnicos para a escolha dos Municípios, tais como IDH, renda, população. Portanto isso não é feito à revelia. Quanto ao Poupança Jovem, o programa também segue os critérios técnicos, inclusive obedecendo um pouco aos constantes no Travessia. A ampliação de 13 para 21 mil estudantes atendidos pelas bolsas de estudo ocorre principalmente porque os estudantes passam da 1ª série para a 2ª série. E, quando isso acontece, há novos estudantes ingressando na 1ª série, dando-se uma ampliação orgânica do atendimento, e não só devido à expansão para outros Municípios. Em relação à execução orçamentária, ela é muito mais baixa se comparada aos outros anos, mas, como disse o Deputado Lafayette de Andrada, temos a questão do ano eleitoral, quando as receitas de convênio demoram um pouco a entrar. Além das receitas de convênio, houve a operação com o Banco Mundial, cujo contrato foi assinado no final de agosto ou no início de setembro. Somente após o contrato a receita dessa operação de crédito entrará. Quando se toma o que está orçado comparando-se com a receita efetivada, nota-se um problema de tempo. Orça-se, por exemplo, a receita de operação de crédito, embora ela tenha entrado somente em setembro. Portanto não há como executar esse recurso pelos meses que passaram. Assinado o contrato, os recursos ingressam, e poderemos começar a executar. Então, quando tomamos recursos do Tesouro, os recursos arrecadados pelo Estado, tendo o poder sobre a sua receita e sua despesa, essa execução é um pouco mais alta. Sem dúvida, essa execução foge um pouco do ideal, mas é muito maior se comparada globalmente.

Este é o mapa estratégico do governo do Estado, constante do PMDI, dividido em áreas de resultado. Na área Educação de Qualidade, há quatro projetos estruturadores. Em 2007, no Desempenho e Qualificação de Professores, foram iniciados 153 projetos nos grupos de desenvolvimento, e, em 2008, foram selecionados 601 projetos para execução. No projeto Escola de Tempo Integral, em 2007, como foi dito, foram atendidos 89 mil alunos, o que envolve merenda para mais alunos, e, em 2008, foram beneficiados 104 mil. Até o final do ano, esse número será maior. Como disse a Secretária Renata, em 2009, serão atendidos cerca de 130 mil alunos. Em 2008, no projeto Novos Padrões de Gestão e Atendimento da Educação Básica, foram beneficiadas 3.320 escolas das 3.900 existentes no Estado, com melhoria de infraestrutura, mobiliário, equipamentos. Hoje 100% das escolas estaduais estão conectadas à internet. O projeto Sistema de Avaliação da Qualidade de Ensino visa medir o grau da educação, se o nível desejado está sendo alcançado. Realizamos provas do Proeb, exames de

coeficiência. Em matemática e português, percebemos um aumento substancial do aproveitamento escolar dos alunos. Em 2009, pretendemos atingir 130 mil alunos com o projeto Escola de Tempo Integral, ou seja, mais de 28.700 merendas diárias. Foram construídas e reformadas 462 escolas rurais, como disse o Deputado André Quintão. Essa ação foi inserida este ano no PPAG, não constava do PPAG original, de 2008/2011. Esse processo de revisão nos permite fazer as adequações necessárias, um planejamento dinâmico, como bem disse o Deputado. Houve melhoria da infra-estrutura em mais de 2 mil escolas de ensino fundamental e de 1.860 de ensino médio. Na área Protagonismo Juvenil há cinco projetos estruturadores. O primeiro deles, Poupança Jovem, começou em 2007, com a participação de quase 3.900 alunos e a aplicação de mais de R\$7.500.000,00. Hoje, são 9.182 alunos, distribuídos em Ribeirão das Neves, Ibirité, Esmeraldas e Governador Valadares. Por isso eu disse que parte do projeto estruturador Poupança Jovem está alinhado com o Travessia, da região de Ribeirão das Neves e Governador Valadares. O projeto Centro da Juventude de Minas Gerais iniciou-se este ano, com a construção de um espaço para atividades de diversas áreas. Todos os projetos básicos e executivos foram financiados pela Fiemg, em parceria com a OI Futuro, no módulo OI Kabum!. A área ensino médio profissionalizante visa obter parcerias com instituições privadas para o fornecimento de cursos profissionalizantes. Essas aulas são como "voucher" para os alunos. Ao invés de o Estado construir escolas para o ensino médio profissionalizante, contratar professores, criar o ciclo básico, como já existe a estrutura no setor privado, o Estado simplesmente compra as vagas, sendo muito mais efetivo e dinâmico e se adaptando de maneira muito mais rápida às variações do mercado. Este ano, em todo o Estado, há cerca de 44 mil alunos nesses cursos, num investimento da ordem de R\$83.500.000,00. O projeto Minas Olímpica visa atender aos alunos dos Jogos do Interior de Minas - Jimi - e dos Jogos Escolares - Jem -, e ao projeto de revitalização do Mineirão e do Mineirinho.

O Promédio visa à manutenção do aluno do ensino médio na escola. Em 2007, foram mais 183 mil alunos atendidos com a merenda noturna, o que não existia antes. Para 2008, chegaremos a 200 mil alunos. Ao longo desses três dias, discutiremos a ampliação do número de formando no ensino médio profissional de 43 mil para aproximadamente 57 mil. No ensino noturno, a meta é ampliarr a merenda escolar de 201 mil para 250 mil no ano que vem. O Poupança Jovem deve atender quase 22 mil alunos; e o Centro da Juventude, que busca o desenvolvimento artístico, pessoal e profissional dos jovens deve ser inaugurado em 2009.

Na defesa social, temos seis projetos estruturadores: cinco da Secretaria de Defesa Social e um da Educação. O projeto de Gestão Integrada de Ações e Informações de Defesa Social tem uma série de atividades. Iremos resumi-las. Temos a implantação do Olho Vivo na Pedreira Prado Lopes, em Belo Horizonte, e também em Itabira, Uberlândia e Montes Claros. Além disso, a aquisição de 831 viaturas destinadas à Região Metropolitana de Belo Horizonte, a Governador Valadares, a Juiz de Fora, a Montes Claros e a Uberlândia, e mais 178 viaturas destinadas ao projeto Cinturão de Segurança Pública em 148 Municípios.

Temos o projeto de modernização do sistema prisional com inauguração de quatro unidades: Formiga, Araxá, Andradas e Montes Claros; assunção pela Subsecretaria de Administração Prisional de cadeias que eram da Polícia Civil. Em 2007, foram 12 unidades e, em 2008, tivemos mais unidades prisionais inauguradas, entre elas Coronel Fabriciano, João Pinheiro, Caratinga e Teófilo Otôni. O governo começou, a partir de 2008, a dar muita ênfase às Apacs. Houve convênio para a construção de mais de 11 unidades de Apac. Nas medidas socioeducativas, temos o atendimento a egressos do sistema socioeducativo. Quanto à prevenção social da criminalidade, o Fica Vivo atendeu, em 2007, 13.293 jovens e, em 2008, deve chegar a 17 mil. O projeto de Avaliação e Qualidade da Atuação dos Órgãos de Defesa Social, visa, entre outras coisas, ao monitoramento de eventos esportivos e culturais, treinamento das Polícias Militar e Civil em conjunto e reforma das academias de ambas. Em 2008, o Escola Viva e Comunidade Ativa atenderam 9 mil alunos pelo Proerd, que conta com a participação de 503 escolas localizadas em área de risco. Para 2009, nessa área de defesa social, teremos a inauguração de unidades prisionais em Itajubá, Pouso Alegre e Oliveira e anexos das unidades de Patrocínio, Uberaba e da Penitenciária Estevão Pinto, em Belo Horizonte, totalizando mais 1.552 vagas. Por meio dos convênios em andamento com as Apacs, teremos mais 1.070 vagas. Em 2009, poderemos iniciar a construção de 720 vagas, o que representa um investimento de R\$20.600.000,00.

Nas áreas integradas, passamos para a terceira fase do Projeto Cinturão de Segurança Pública da Polícia Militar e para a segunda fase do Cinturão da Polícia Civil. A meta ainda é o monitoramento de 800 presos e a implantação de mais quatro núcleos do programa Fica Vivo! Na área de vida saudável, são cinco projetos. O primeiro deles Urgência e Emergência, com a aquisição, em 2008, de 60 ambulâncias grandes, 106 pequenas e 198 furgões para serem distribuídos, o que beneficia 342 Municípios. Vale a pena lembrar que todos os Municípios já receberam ambulâncias do Governo do Estado. A implantação do Protocolo de Manchester melhora o atendimento principalmente no Hospital João XXIII, pelo esquema de cores, quando o paciente chega ao hospital. No Saneamento Básico, em 2008, teremos 57 mil novas economias residenciais de esgotos atendidas em localidades com concessão da Copasa e quase 74 mil atendimentos com abastecimento de água. No Projeto Vida no Vale, que atende mais a região do Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce, em 2007, implantamos a Copanor, em Teófilo Otôni. Pudemos, nesse programa, transferir quatro localidades para a operação da Copanor. Até setembro de 2008, já foram implantados os sistemas Frei Gaspar, Fruta do Leite, Ouro Verde de Minas e Pró-água em Salinas. O Projeto Saúde em Casa, de atenção primária à saúde, conta com quase 3.700 equipes que recebem seu incentivo além do incentivo do governo federal. Há ainda a contratualização de metas, ou seja, não há só o repasse de recurso. É também necessário pactuar meta com o Estado a fim de receber os recursos, que atingem hoje 66% da população. No Projeto Viva Vida, já implantamos, em 2007, 3 Centros Viva Vida, que atendem às gestantes, mães e crianças na fase do puerpério. Em 2008, foram implantados 6 Centros Viva Vida, e devemos ampliar esse projeto para mais 14 localidades, em 2009. Além disso, teremos ainda a concessão do incentivo mensal do Projeto Saúde em Casa, para a manutenção dessas 3.700 equipes; uma aplicação de recursos da ordem de R\$142.000.000,00 para o Pro-Hosp, os hospitais da rede; e o transporte eletivo já mencionado pela Secretária.

Na área de desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce, há três projetos estruturadores, como já mencionado pelo Deputado André Quintão. Em 2008, nesse Projeto de Desenvolvimento da Produção Local e acesso a Mercados, temos 872 subprojetos comunitários conveniados e com recursos liberados. Esse é o projeto que se transforma no de combate de convivência com a seca e inclusão produtiva. Na questão da aceleração da aprendizagem no Norte de Minas, como mencionado, hoje já temos 105 mil alunos. Em 2007, começamos a planejar esse programa, e, este ano, ele deveria contar com 70 mil alunos, mas o ampliamos para 105 mil.

Na promoção de investimentos e inserção regional, destaco uma série de investimentos atraídos para a região, como a Empresa de Automação Industrial Ltda., implantada em Montes Claros; a Empresa Maísa Bovinos e Suínos, também em Montes Claros; a expansão da Clermon; e a Usina de Biodiesel da Petrobras. Está presente o Dr. Márcio, gerente do projeto, que, para o ano de 2009, trabalha para atrair mais investimentos ainda para essa região. Infelizmente, a Aracruz, por ora e devido à crise, anunciou a suspensão dos investimentos, mas deve retomá-los em breve.

Então, para 2009, como já foi dito, temos esse programa de aceleração da aprendizagem, que pretende aumentar o número de alunos atendidos de 105 mil para 180 mil. Além desse, haverá ainda a implantação do Programa de Convivências com a Seca, que deve aplicar cerca de R\$26.000.000,00, entre outros investimentos a serem atraídos para a região. Na área de redução da pobreza e inclusão produtiva, temos também cinco projetos. O primeiro deles é o Lares Gerais, que é a concessão de unidades habitacionais para pessoas de baixa renda. Em 2008, já construímos e entregamos 14 mil casas, todo o projeto. O Projeto Travessia apresenta resultados nos cinco primeiros Municípios. Não mencionarei as obras, mas os Municípios Setubinha, Jampruca, Governador Valadares e Franciscópolis foram atendidos com ações do governo em educação, saúde, habitação e saneamento básico. O Usina do Trabalho capacita pessoas para realizar trabalhos na própria região. Em Ribeirão das Neves, por exemplo, o projeto capacitou pessoas para fazer o calçamento de algumas ruas. O Projeto de Universalização da Energia Elétrica no Campo atendeu, até 2007, 40 mil famílias em 654 Municípios. Em 2008, o convênio com o Ministério de Minas e Energia e com a Eletrobrás teve uma série de problemas, tendo sido assinado há pouco tempo. Esse programa começa a ser retomado de maneira mais robusta em 2009. Na implementação do Suas, como disse o Deputado André Quintão, Minas lidera. Temos mais de 100 Municípios co-financiados com a execução de serviço e 75 com a proteção básica, assim como a implantação de 24 unidades de atendimento a crianças e a adolescentes. No Minas sem Fome, há vários atendimentos: tanques comunitários, famílias beneficiadas com pomares, lavouras, distribuição de sementes e capacitação de jovens rurais. Em 2008, mais de 1.800 jovens foram capacitados.

Como já foi mencionado, o Travessia expande de 5 para 33 Municípios nessas áreas. O Usina do Trabalho qualificará mais de 9 mil trabalhadores e implantará mais 69 Cras.

A área do Redes de Cidades e Serviços conta com 5 projetos estruturadores. Na RMBH, a implantação do Boulevard Arrudas foi concluída, assim como a duplicação da MG-10. A Via 710, do Minas Shopping, foi liberada para o tráfego. Em 2008, houve uma série de atividades. A Av. Cristiano Machado já está quase toda concluída, faltando apenas um pouco de paisagismo, e, em 2008, finalizaremos a recuperação do asfalto.

Em relação ao Processo, vale mais a pena citar os resultados de 2008, já que são cumulativos. Noventa trechos do processo estão construídos. No início do governo, 224 Municípios não tinham ligação asfáltica, ou seja, só se chegava ao Município por meio de estrada de terra. Hoje 90 desses trechos foram pavimentados, restando 135, nos quais há 67 obras em andamento, e grande parte delas será complementada em 2009. O programa será finalizado em 2010.

O Circuito Cultural, entre outras atividades, concluiu as obras de restauração do antigo prédio da Secretaria de Fazenda, o Rainha da Sucata, na Praça da Liberdade. E, em 2009, começará a implantação do Museu da Cachaça, em Salinas.

O Programa dos Destinos Turísticos Estratégicos concluiu o projeto arquitetônico da Casa de Minas em São Paulo. A reforma será iniciada neste ano e finalizada no próximo, para que a casa seja aberta a visitação; o treinamento de 120 policiais civis; a instalação de 20 postos telefônicos e os sistemas de saneamento básico nos Municípios abrangidos pela região da Estrada Real.

O Minas Avança, cujo gerente é o Subsecretário Paulo Avelar, apresenta, em uma série de resultados em vários Municípios, a conclusão da Av. Leopoldino de Oliveira, em Uberada; a conclusão da construção de ligações viárias em Ubá; o mercado municipal em Governador Valadares; a construção de quadras poliesportivas em Patos de Minas; oanel viário Presidente Tancredo Neves, em Lavras; o Centro de Convenção Municipal em Pirapora e a adaptação do terminal rodoviário em Cataguases.

Para 2008, o Minas Avança ainda conta com várias obras, como a duplicação da pista que liga Juiz de Fora à BR-040 e a Av. Magalhães Pinto, em Montes Claros.

Para 2009, entre vários produtos, entregas e metas que constam no PPAG, o processo deve terminar mais 31 obras. Há ainda a implantação do Museu da Cachaça em Salinas e da Casa de Minas em São Paulo e do Desenvolvimento do Destino Turístico do Lago de Furnas.

Na área Logística, Integração e Desenvolvimento, há três projetos: o Pro-MG, o Programa de Aumento da Capacidade e Segurança dos Corredores de Transporte e o Potencialização da Infra-Estrutura Logística do Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste de Minas.

O Pro-MG recuperou este ano 1.733km de estradas e hoje mantém 2.800km sob esse regime. O Programa de Aumento da Capacidade e Segurança dos Corredores de Transporte conta com a conclusão de praças de pedágio, o início de pedágio na MG-050 e uma série de projetos sendo desenvolvidos, de ampliação de rodovias e de adequação à capacidade, que prontos, possibilitarão a realização das obras a partir do próximo ano.

Para 2009, entre as várias metas constantes no plano, está a recuperação de 2.693km de estradas, a construção de praças de pesagem e a implantação de rodovias no Triângulo.

Na área de Investimento e Valor Agregado de Produção, vem o Descomplicar com o Minas Fácil, o Nota Fiscal implantado; a Certidão de Débito Tributário, disponível "on line"; o Livro Fiscal Digital implantado; 20 bilhões de investimentos atraídos: Fiat, Gerdau, Usiminas; na inserção competitiva, operações de voo BH-Lisboa; nas parcerias do PPP, nova carteira de projetos e a consulta pública do complexo penitenciário; na oferta de gás natural, 24km de gasoduto construídos; no Cresce Minas, mais de 1.000km de redes de média e baixa tensão construídas, e uma série de outras metas.

Na área de Inovação Tecnológica, há os CVTs e os Telecentros. Foram realizados mais 12 CVTs e 16 Telecentros.

No Certifica Minas, há mais de 3 mil propriedades certificadas e fiscalizadas; no APL houve retomada das obras do BHTEC. Na rede de inovação tecnológica, o Portal do Simi e os parques tecnológicos; na qualidade ambiental, a criação de mais de 80.000ha de parques de regularização. Foi sancionada e publicada a lei que dispõe sobre a concessão de incentivo financeiro aos proprietários e posseiros rurais, sob a denominação de Bolsa Verde, e a revitalização do Rio das Velhas, com 193 lançamentos de esgotos eliminados.

Na parte de resíduos sólidos, as obras de implantação de disposição final foram adequadas a diversos Municípios.

Metas para 2009: na área de Qualidade, Inovação e Gestão Pública, darei ênfase apenas ao Centro Administrativo, cujas obras foram iniciadas. Quem vai para o aeroporto pode ver a velocidade com que essas obras estão-se desenvolvendo. Os acordos de resultados com todos os órgãos estão assinados; o Plano de Desenvolvimento de Gestores - PDG -, com a participação de mais de 380 gestores; continuação das obras do Centro Administrativo e a conclusão da trincheira de acesso ao Centro.

Essas são algumas das metas que discutiremos nesses três dias de trabalho, com o que os senhores, tenho certeza, poderão contribuir bastante. Esse PPAG foi elaborado pelo Executivo, tendo, portanto, apenas a visão do Executivo. Necessita, assim, do aperfeiçoamento pela sociedade para que atenda realmente aos seus anseios. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à apresentação de "slides".

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Vamos dar início à fase de debates. Os participantes poderão formular perguntas aos expositores, escritas ou verbais, mediante inscrição prévia. Ao fazerem uso do microfone, é importante que se identifiquem. As perguntas deverão ser objetivas, dispensando a formalidade de cumprimentos e saudações pessoais, para que haja agilidade no debate. Cada participante terá até 3 minutos para fazer sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

Debates

O Sr. Presidente (Deputado André Quintão) - Vamos iniciar os debates. As perguntas escritas poderão ser entregues ao pessoal de apoio da Assembléia. Na parte da tarde, iniciaremos os trabalhos dos grupos, que serão realizados na Escola do Legislativo. O Grupo 1, Desenvolvimento

do Norte de Minas, vai reunir-se na sala 2; o Grupo 2, Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva, no auditório; o Grupo 3, Rede de Cidades e Serviços, na sala 4, e o Grupo 4, Logística de integração e Desenvolvimento, na sala 3. Quando chegarem à Escola do Legislativo, terão todas as informações, a partir das 14 horas. Cada gerente de projeto estruturador fará sua explanação, e as pessoas emitirão suas opiniões, podendo formular sugestões. Os grupos terão apoio técnico da Assembléia, para transformar a sugestão numa eventual emenda, que depois será analisada. Então, essa será a dinâmica dos trabalhos.

Na sexta-feira, às 16 horas, cada coordenador de grupo escolhido virá aqui e entregará as sugestões à Comissão de Participação Popular e à Comissão de Fiscalização Financeira, que a analisarão do ponto de vista técnico. Evidentemente, serão discutidas com o governo. Aquelas que tiverem o consenso da Casa serão aprovadas por este Legislativo. Neste momento, o Thiago responde pela Seplag, pelas considerações de ordem mais geral. Nos grupos, poderemos fazer esse detalhamento por projeto estruturador, uma vez que cada gerente estará respondendo por eles.

Pergunto se já há alguma pergunta por escrito. Como os trabalhos vão retornar às 14 horas, teremos um bom tempo de debates.

A primeira inscrita é a Ana Lúcia Couto. Como o debate será transmitido ao vivo pela TV Assembléia, as pessoas devem identificar-se.

A Sra. Ana Lúcia Couto - Estamos muito indignados com a exclusão de algumas ações, como o Sisvan, a ampliação de equipamentos para as cozinhas das escolas e a regularização fundiária de áreas quilombolas e indígenas. No nosso entendimento, as justificativas são incabíveis. Gostaríamos de manifestar a nossa indignação pela exclusão de ações tão importantes como essas e outras. Obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, Ana Lúcia. Faremos as perguntas em bloco, a fim de que o Thiago possa respondê-las depois. Alguém deseja fazer pergunta oralmente? (- Pausa.)

O Sr. Milton Henriques de Oliveira - O meu nome é Milton Henriques de Oliveira e sou do Conselho Estadual de Assistência Social. Represento, nesse Conselho, a Associação dos Deficientes do Oeste de Minas. A nossa proposta foi que houvesse previsão orçamentária para diagnóstico do público com deficiência em todo o Estado. Como a minha deficiência é visual, não sei se esse diagnóstico está compreendido. Gostaria que essa previsão fosse qualitativa e quantitativa. Não é possível prevermos ações sem conhecermos o diagnóstico desse público. Obrigado.

O Sr. Presidente - Solicito à Isaura, à Hilda e à Florisbela que procurem, ao final dos trabalhos, a assessoria da Assembléia, porque suas perguntas são importantes, mas não são pertinentes diretamente ao PPG; são questões mais específicas.

O Francisco, da Comissão Regional do Vale do Aço, formulou a seguinte pergunta: "Está prevista para o Orçamento de 2009 a pavimentação da MG-760?".

O Jean Carlos, do Conselho Estadual de Assistência Social, dirige a seguinte pergunta ao Thiago: "A imprensa mineira tem anunciado um aumento na arrecadação estadual: 30% maior que o previsto. Esse recurso acima do previsto para 2008 já foi distribuído para a suplementação orçamentária? Em quais áreas de resultados e projetos? Quais foram os critérios utilizados para a distribuição desses recursos arrecadados a maior?".

A pergunta seguinte foi formulada por Edgardo Cárceres e dirigida ao Thiago: "Capacitação dos novos administradores municipais para a elaboração dos planos plurianuais 2010-2013. Qual é o investimento previsto? Para oferecer assistência nas implantações posteriores, há recursos específicos?".

A Sra. Marici Lúcia Castro, da Associação dos Usuários Portadores de Sofrimento Mental, encaminha a seguinte pergunta ao Thiago: "Como o Estado tem pensado a integração entre assistência social, saúde e educação para oferecer assistência e proteção a pessoas com alto grau de vulnerabilidade, que possuem patologias graves, como autismo e transtornos mentais graves, que não têm famílias ou cujas famílias não possuem condições financeiras ou psicológicas para conviver com essas pessoas?".

A última questão foi dirigida ao Thiago pela Luzia Ferreira, da Fundação Nossa Senhora das Dores: "Recursos para emprego, para a maior e a melhor idade, a fim de acabar com a violência". Pedem à Comissão que fiscalizem ... Essa questão está ilegível, mas vamos ver o que podemos fazer. A próxima é de Dirlene Diniz Mendes, da Associação de Professores Públicos de Minas Gerais - APPMG -, para o Thiago: "O desconto em mensalidades de faculdades através de convênio com a Seplag para o servidor público vai ser ampliado? São poucas as faculdades que concedem o desconto".

A última pergunta oral será feita por Diego Rossi.

O Sr. Diego Rossi - Bom dia a todos. Meu nome é Diego e sou assessor do Sind-UTE. Quero fazer algumas considerações sobre o que foi dito, porque a parte específica de cada projeto será detalhada à tarde. A primeira refere-se a uma manifestação do Deputado André Quintão, que disse que a execução dos projetos estruturadores este ano está baixa. O Deputado Lafayette de Andrada falou que um dos motivos poderia ser o ano eleitoral, e o Thiago disse que alguns desses projetos, por serem financiados por meio de contratação de operações de crédito, demoraram a ser aprovados e ter assinados os contratos. Eu queria saber se realmente houve interferência eleitoral. Se houve e se isso estava previsto para este ano, por que não foi feito anteriormente? Na questão da contratação de operações de crédito, gostaria de saber qual o percentual de projetos estruturadores que são financiados por empréstimos externos. Queria saber o percentual, porque, nos últimos anos do governo Aécio Neves, foram feitas muitas contratações de empréstimo.

Outro ponto é uma indagação do Deputado André Quintão, que disse que algumas obras anunciadas durante o ano eleitoral não foram encontradas no PPAG ou na LOAS. Também concordo que haja algo relativo à metodologia de elaboração do PPAG, mas quanto às reformas de escolas ou de construção de salas, está escrito que será gasto R\$1.000.000,00 para a construção de 200 salas e R\$200.000,00 para a construção ou reforma de 400 salas. Qual é o critério utilizado na elaboração desses projetos? É estranho um valor muito alto para uma quantidade menor e um valor muito baixo para uma quantidade um pouco maior. Por fim, uma questão mais pedagógica é em relação à expressão "merenda escolar". Hoje em dia fala-se mais em "alimentação escolar". Essas são as minhas questões.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Diego. Com a palavra, o Thiago Coelho, para responder à primeira rodada de perguntas.

O Sr. Thiago Coelho Toscano - Vou ater-me às questões técnicas, porque os projetos são distribuídos em diversas áreas e, obviamente, não tenho conhecimento profundo de todas elas. Em relação às exclusões de ações, a manifestação é justa. Nas discussões de grupos teremos oportunidade de corrigir essas questões.

Quanto à proposta de ações de diagnóstico de assistência social, apresentada por alguém do fundo da platéia, o tratamento é o mesmo. Quando das discussões em grupo, as proposições poderão ser feitas e serão trazidas na sexta-feira, para serem posteriormente analisadas

tanto pelo Legislativo quanto pelo Executivo. Assim, sugiro ao senhor que participe principalmente da discussão do programa do Suas, pois lá poderá dar essa contribuição, que estará alinhada com os objetivos do projeto.

O Diego falou a respeito do número de projetos estruturadores que têm Fonte 25. Temos 57 projetos estruturadores, Diego, e não me lembro exatamente quantos deles têm Fonte 25, mas a maioria tem. Na saúde, não, porque a Fonte 25 não pode ser considerada para fins de cálculo do percentual que se deve aplicar nessa área. Mas ele está distribuído em praticamente todos os projetos da educação, nos de transporte e nos da própria Secretaria de Planejamento. Se você analisar o detalhamento da proposta orçamentária, vai identificar a Fonte 25, que é operação de crédito.

Não sei se você consegue ver, mas, sem dúvida, mais da metade dos projetos contam com recursos da Fonte 25, razão pela qual a receita não pôde entrar. A Fazenda também tem Fonte 25. Como esse recurso só veio mais tarde, tivemos problemas na execução.

Quanto ao convênio, ele não foi feito antes porque não depende do governo do Estado, mas do governo federal, que libera os recursos. Só quando os recursos ingressam é que podemos, efetivamente, executar a despesa. Esse problema do convênio acontece de maneira heterogênea entre os Ministérios. Em alguns Ministérios, o Estado consegue firmar e executar um convênio mais rapidamente; em outros, mesmo passado o período eleitoral, tem problemas para fazê-lo, porque, com certeza, a receita não se realizará. Não se realizando a receita, não se realiza a despesa, e a execução fica, de fato, baixa.

Com relação às reformas de escola, há diversos tipos. Pode ser a troca de um vidro quebrado ou até mesmo a reforma de uma sala inteira. Como a Secretaria de Educação coloca tudo isso no mesmo programa, não conseguimos distinguir o tipo de reforma. Isso acontece muito na execução. Por exemplo, se o muro da escola cair, terá de ser reconstruído e aí teremos de usar os recursos do projeto. Não conseguimos prever o que irá acontecer nas escolas. Só conseguimos fazer a previsão da compra de equipamentos. Há reformas grandes, em que as despesas são maiores; e pequenas, como a troca de telhado, de bebedouro, etc., em que as despesas são menores.

Quanto à pergunta sobre a previsão de recursos no Orçamento de 2009 para a pavimentação da MG-760, cujo projeto era de 1988 e está sendo reformulado agora, a previsão é para que as obras se iniciem em 2009.

Quanto à pergunta sobre o aumento da arrecadação, como está sendo distribuída essa suplementação, quero dizer que, mesmo quando fazemos essa suplementação, é necessário observar os percentuais da Constituição, ou seja, se a arrecadação aumenta, é preciso manter parte desses recursos para a saúde, para a educação. É necessário essa observância, como a transferência para os Municípios e assim por diante. Também acompanhamos a execução de cada um dos projetos, não apenas dos projetos estruturadores, mas de toda a carteira de programas existentes no PPAG. É óbvio que essa suplementação vai para aqueles projetos mais estruturados e que têm melhor execução. Na verdade, até anulamos recursos de projetos que não estão conseguindo ser executados e os passamos para outros que conseguem executar melhor o orçamento. Esse é o critério que a Seplag utiliza.

Com relação à capacitação dos novos administradores para a elaboração dos PPAs municipais, não saberei de cabeça qual é o investimento previsto, mas a Seplag - o Superintendente de Orçamento é o André Reis - elabora uma cartilha para os Municípios informando como devem elaborar os PPAs.

Quanto à pergunta sobre como o Estado tem pensado a integração entre assistência social, saúde e educação para oferecer assistência e proteção às pessoas com alto grau de vulnerabilidade, acho que essa é uma questão que pode ser discutida nos grupos, pois, como não sou da área, fica difícil respondê-la.

Sugiro que Marici Lúcia participe das discussões da área de educação e saúde. Se você fizer um estudo do PPAG, irá encontrar informações que dizem respeito a essa questão. Como se trata de uma questão setorial - ou seja, não é uma questão do planejamento - não vou me atrever a responder, porque não tenho conhecimento.

Com relação à ampliação de descontos de mensalidades de faculdades por meio de convênios com a Seplag, não sei o que vai acontecer. Não depende apenas da Seplag, mas também das faculdades. A Seplag tem um plano de incentivo ao servidor público até para questões de carreira. É necessário observar esse ponto dentro do planejamento, mas não existe programa específico de ampliação. Com certeza, esse programa seguirá os recursos que vêm sendo destinados, ano a ano, para o projeto. Não há um plano específico para a ampliação como há para o ensino médio profissionalizante, que ampliou o número de vagas para 43 mil. Isso não existe para o servidor público; os recursos são os mesmos que já vêm sendo aplicados.

O Sr. Presidente - Lembramos que, quanto às perguntas que exigirem um detalhamento técnico no respectivo estruturador, as pessoas podem recorrer ao grupo de trabalho.

Pergunta da Ana Lúcia: "Por que a exclusão da Ação 4039, de apoio à regularização fundiária de áreas ocupadas por comunidades quilombolas e indígenas?"

Na pergunta da Hilda, do Centro de Saúde Vera Cruz, uma parte diz respeito à fiscalização da Prefeitura. Para questão de autorização para funcionamento de atividade poluente econômica em bairro, é preciso ir na regional e contatar o setor de atividades urbanas. No caso do Vera Cruz, é na Secretaria Regional Leste, perto da igreja da Floresta.

A outra parte da pergunta da Hilda, dirigida ao Thiago, é com relação à despoluição do Rio São Francisco. Lembro-lhes que teremos o grupo de qualidade ambiental.

Pergunta da Izaura com relação aos precatórios, sobre como está prevista a questão dos precatórios no orçamento de 2009.

Há também uma pergunta da Florisbela, com relação à questão de acessibilidade e apoio às pessoas com deficiência. Acho que no projeto de implantação do Suas poderíamos fazer esse debate.

Pergunta de Ivone Luíza Moreira, Conselheira do Conselho Estadual do Idoso: "Thiago, existe um plano de governo do Estado para o turismo para a terceira idade. Porém, até o momento, ele não foi efetivado. O que está faltando para torná-lo realidade?"

Pergunta de Ronaldo Manassés, do Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos do Onça: "Dentro da meta de revitalização do Rio das Velhas 2010, existe proposta de recuperação do Rio Paraopeba?"

Pergunta de Cornelis Van Herk: "Thiago, por que a trincheira de acesso ao novo centro administrativo do Estado já não foi feita na duplicação

da MG-10?".

Segunda pergunta: "Por que o metrô não está sendo estendido até o Aeroporto de Confins?" Outra pergunta dele: "Por que, em Minas Gerais - e no Brasil -, não há aplicação de testes únicos de avaliação do rendimento escolar dos alunos, a exemplo do que, há anos, fazem os países desenvolvidos?".

Pergunta da Gislene Gonçalves dos Reis, da Associação Comunitária e Habitacional do Bairro Mantiqueira: "Como foi discutido o Protocolo de Manchester? Queremos mais informações da sua implantação no pronto-socorro Hospital João XIII?". Ela quer saber se esse projeto foi discutido de maneira mais organizada com a população.

Perguntas do Leandro, agente da Pastoral dos Negros: "Qual a política prevista para a população negra relacionando as áreas de saúde, educação, meio ambiente e juventude?" "Qual a proposta para tornar o dia 20 de novembro feriado estadual?" "Qual a proposta para criar a Secretaria de Igualdade Racial?".

Há ainda um bloco grande de perguntas, mas vou parar por aqui. Você responde a essas; passamos às perguntas feitas oralmente e, depois, voltamos às escritas.

O Sr. Thiago Coelho Toscano - Novamente vou tentar, se possível, responder a questões que fogem da área técnica. "Por que a exclusão da Ação 4039, de apoio à regularização fundiária de áreas ocupadas das comunidades quilombolas?" Com o próprio número da ação, fica mais fácil identificar a justificativa de exclusão da ação. Posso até errar, mas a regularização fundiária é uma ação que o Estado continuará a fazer para atender às comunidades quilombolas indígenas, independentemente de haver uma ação específica ou não. Aliás, uma das exigências do Banco Mundial na contratação de operação de crédito é o atendimento das questões indígenas. Estive pessoalmente na Funai para discutir regularização fundiária, educação, saúde, saneamento e educação para quilombola indígena. E, para essa regularização fundiária, precisamos muito do apoio da Funai, pois o Estado sozinho não consegue regularizar a situação.

"O órgão não tem quadro técnico suficiente para a execução da ação." É isso que está na justificativa? De fato, isso não é uma justificativa. Como eu disse, independentemente de haver uma ação específica, o órgão continuará realizando a regularização fundiária, porque a política do Estado é para todos os cidadãos mineiros e não para uns ou para outros. Óbvio que, se essa ação foi proposta no PPAG, imagino que se trata de uma questão especial que precisa ser estudada. Concordo com você. Posso sugerir que, no debate com os grupos, além de solicitarem a justificativa, proponham, caso considerem necessário, que a proposta seja analisada.

A respeito das contaminações do Rio São Francisco, esclareço que o governo tem um projeto estruturador específico para essa área. No PPAG anterior, já existia um projeto de revitalização do Rio São Francisco e, como percebemos que as ações estavam muito dispersas, ou seja, que o Estado estava gastando muito dinheiro de forma dispersa, não conseguíamos ver os resultados. E o que o governo fez? Priorizou a atuação do que antes era o Rio São Francisco apenas para o Rio das Velhas.

O Rio das Velhas compõe a Bacia do Rio São Francisco e está sendo tratado. Temos a meta de, em 2010, nadar e pescar no Rio das Velhas. Com a implantação de interseções e redes de esgoto no Rio das Velhas haverá melhorias no nível de contaminação do Rio São Francisco e, posteriormente, haverá melhorias em outras regiões.

Aproveito essa pergunta para responder à outra, em relação ao Rio Paraopeba. A recuperação do Rio Paraopeba não consta no projeto estruturador do Rio das Velhas. Esse projeto é bem específico. Como não conheço essas questões técnicas, não sei se melhorando o esgotamento do Rio das Velhas haverá implicação no Rio Paraopeba. Não há uma ação específica para o Rio Paraopeba.

Em relação aos precatórios. Verificando o pagamento dos precatórios do governo do Estado ano a ano, percebemos que cada vez mais existe uma política para quitação desses precatórios, e o volume de recursos aplicados nos orçamentos, nos anos que se seguem, é cada vez maior. Especificamente, não é possível saber de um precatório ou outro. Sem dúvida, esses recursos têm crescido ao longo dos anos, e o governo vem cumprindo seu compromisso.

Sobre a acessibilidade, além do que o Deputado André Quintão disse sobre o programa do SUS, no projeto de implantação do Suas há ações que visam ao atendimento da acessibilidade, o governo ainda tem programas, que não são estruturadores, de melhoria da acessibilidade, incluindo a acessibilidade a prédios públicos. O Estado tem essa política.

À pergunta sobre turismo para a terceira idade não posso responder, porque não tenho conhecimento sobre a área de turismo. Posso afirmar que, neste ano, o volume de recursos aplicados no setor de turismo cresceu cerca de 17%. Fica difícil explicar por que o turismo para a terceira idade não foi efetivado, porque a Seplag vem destinando recursos para a sua execução.

Para responder à pergunta "Por que a trincheira de acesso ao novo centro administrativo do Estado não foi feita na duplicação da MG-10?", tomarei a liberdade de fazer uma leitura, pois o Dr. Paulo me ajudou na resposta. Segundo ele, não foi feita a trincheira durante a construção da Linha Verde por falta de projeto, que está em fase de conclusão e dependia de definições de vários níveis na obra do centro administrativo. Quando a Linha Verde começou a ser executada, ainda não se havia definido para onde iria o centro administrativo. Havia a possibilidade de levá-lo para o aeroporto do Carlos Prates. Obviamente, não seria discutida a trincheira no momento em que se fazia o projeto da Linha Verde. Dr. Paulo me lembra que a trincheira será feita sem interrupção das obras da Linha Verde. Na época, discutiu-se se ela seria construída pelo método destrutivo, no qual se interrompia o tráfego da Linha Verde para construir a trincheira, ou pelo método não destrutivo, que foi o escolhido, justamente para não haver problema no tráfego.

"Por que o metrô não está sendo estendido até o aeroporto de Confins?" O metrô é uma questão mais complexa, porque envolve não só o governo do Estado, mas também o governo federal e a Prefeitura. O Prefeito eleito, Márcio Lacerda, entregou um projeto, semana passada, para a linha completa do metrô de Belo Horizonte.

Ontem, na discussão sobre o orçamento federal, a Secretária Renata disse que seria necessário que o governo federal aplicasse R\$3.000.000.000,00 até 2010 para a linha completa do metrô, para se fazer todo o projeto do metrô, e aí, sim, haveria sua extensão até o Centro Administrativo, o Mineirão, Confins, e assim por diante.

"Por que em Minas Gerais não há aplicação de testes únicos de avaliação do rendimento escolar dos alunos, a exemplo do que, há anos, fazem os países desenvolvidos?" Esse assunto também não é da minha área, mas, pelo que conheço, o Estado elaborou o Programa de Avaliação da Rede Pública da Educação Básica - Proeb -, que é único para todo o Estado e inclui escolas municipais. O governo federal tinha o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - Saeb -, que era realizado de dois em dois anos. Então, havia uma lacuna: avaliava-se o aluno num ano e, no seguinte, não se avaliava, e, depois, avaliava-se novamente. O governo estadual criou o Proeb justamente para ter essa avaliação sistemática e única da educação básica no Estado de Minas Gerais. E há também o Proalfa, que é o Programa de Alfabetização.

Por fim, pedem mais informações sobre a implantação do Protocolo de Manchester no Hospital João XXIII. Para quem não sabe, o João XXIII faz um elevado número de atendimentos: vêm pessoas de todas as regiões do Estado para receberem socorro lá. O Protocolo de Manchester visa justamente priorizar o atendimento. Antes, acontecia o seguinte: por exemplo, se eu chegasse com uma dor de barriga ao hospital e o Deputado André Quintão chegasse depois apresentando quadro de hemorragia interna, eu era atendido primeiro, independentemente do grau de risco que cada um apresentava. O Protocolo de Manchester faz uma triagem prévia para categorizar os atendimentos e serem atendidos prioritariamente os pacientes que apresentam a saúde em maior risco. Depois que esse protocolo foi implantado, percebeu-se que 66% dos atendimentos feitos no Hospital João XXIII poderiam ter sido feitos nos próprios hospitais regionais ou, até mesmo, em postos de saúde. É isso que conheço do programa. O Protocolo de Manchester está dentro do Programa de Regionalização da Rede de Urgência e Emergência, e, como haverá grupo de discussão, penso que informações adicionais e mais detalhes - por exemplo, como foi criado, de onde veio (ele é chamado de Manchester, mas veio de Portugal) -, o que se fez depois com esses 66%, como se evitar que venham essas pessoas que podem ser atendidas em outros hospitais, permitindo-se, assim, que o João XXIII faça melhores atendimentos - podem ser discutidos no grupo.

O Sr. Presidente - Obrigado, Thiago. A partir deste momento, deixamos de recolher perguntas em função do tempo. Já temos uma bateria de inscrições. Ficou aqui uma questão sobre igualdade racial, mas o Thiago irá respondê-la no outro bloco.

Agora serão feitas perguntas de forma oral. Ernani Ferreira Leandro, do Conselho Comunitário de Segurança Pública.

O Sr. Ernani Ferreira Leandro - Estou direcionando o meu pedido para o Grupo 2, que se reunirá hoje, às 14 horas. Por favor, para quem estiver nesse grupo, quero falar a respeito do projeto estruturante Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva. Preocupou-nos a informação de que a Aracruz está saindo do circuito. Anteontem, preparando-nos para o encontro de hoje, estivemos com o Presidente da Emater e com o Presidente da Cargill. A Cargill, por ser uma empresa privada, compreensivelmente atua em áreas em que já funciona, que são o Jequitinhonha, outros vales e o Triângulo (Uberaba e Uberlândia).

Essa questão é uma contribuição a ser levada ao Grupo 2 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva, hoje, às 14 horas. Com a saída da Aracruz, fica prejudicada essa ação estruturadora. Pergunto se isso é do conhecimento dos senhores. Caso não seja, quem sabe poderia haver uma ação por parte da Cargill para cobrir a ausência da Aracruz e uma posição por parte da Emater a respeito desse assunto, por intermédio do Thiago. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Ernani. Pergunta oral de Luís Carlos, o Luizinho, do Fórum Mineiro de Economia Solidária.

O Sr. Luís Carlos - Bom dia a todos. Farei duas perguntas. Por que a Ação 4010, que trata da realização de feiras regionais de economia solidária, não está na proposta de revisão para 2009?

Por que muitas ações não são executadas? Seria por falta de funcionários públicos para fazê-lo?

O Sr. Presidente - Obrigado, Luís. Com a palavra o Sr. Jair, do Recivil.

O Sr. Jair - Sou Jair, do Sindicato dos Oficiais de Cartórios de Registro Civil - Recivil. Realizamos, há três anos, projetos sociais com diferentes parceiros, nos âmbitos municipal, estadual e federal. Trabalhamos com a questão da documentação civil básica. Recentemente, direcionamos esse trabalho para as comunidades tradicionais, porque foi detectado que nelas, principalmente nas dos quilombolas, ciganos e indígenas, existe a maior incidência de subregistro ou documentação irregular. No ano passado, foi aprovada emenda direcionada para a realização de campanha de mobilização pelo registro civil de nascimento. Pergunto sobre a previsão para 2009, para reforçar o pedido de emenda para o ano que vem.

O Sr. Presidente - Obrigado. Vamos à última pergunta oral, de Carlos Ferreira da Mota, da Funec.

O Sr. Carlos Ferreira da Mota - Bom dia. Sou Carlos, professor da Funec, de Contagem, porém sou natural do Norte de Minas, da cidade de Juvenília. Percebi que a questão do PPAG é mais de ordem político-estrutural. Quando se trata do Norte de Minas, há uma concentração de projetos no Município de Montes Claros. Minha cidade natal dista mais de 300km de Montes Claros. Com relação aos Municípios de Manga, Montalvânia, Juvenília, Matias Cardoso e Itacarambi, é mínima a participação deles na discussão do PPAG ou há falta de incentivo ou de informações relativas a eles? O que deveria ser feito para incentivá-los a participar mais efetivamente deste processo?

O Sr. Presidente - Obrigado, Carlos. Vamos ao último bloco de perguntas por escrito.

Reforçando o que disse o Carlos, nas várias oficinas realizadas há a questão da regionalização. Como isso é feito? Há uma diretriz para os órgãos estabelecerem essa regionalização ou não? Isso vem crescendo, mas sabemos que ainda é insuficiente. E, quando não há regionalização, qual o critério adotado para escolha de Municípios e regiões a serem contemplados com ações?

A Silvânia, do Conselho Estadual do Idoso, pergunta: "Nos trabalhos em grupo, será dada orientação quanto a alteração de regionalização, meta física ou financeira das emendas ou teremos que chegar ao grupo com a proposta pronta?". Responderei à Silvânia.

O grupo de gerentes do projeto estruturador apresenta a proposta. Há propostas com regionalização prevista; outras, sem. Onde houver, é necessário saber o porquê; onde não, como será. Há várias perguntas. Eu já fiz uma. Por exemplo: Travessia, Poupança Jovem - quais serão os critérios adotados para ampliação? No projeto Convivência com a Seca e Inclusão Produtiva, toda a regionalização é voltada para o Norte, o que foi muito levantado na audiência de Itaobim. E o Mucuri e o Jequitinhonha? É óbvio que serão atendidos, mas, não sei se por um critério técnico, a regionalização é voltada para o Norte. Também foi apresentada outra questão nas oficinas: às vezes, há uma mudança com discrepância entre meta física e valor financeiro, crescendo-se a meta física, e diminuindo-se o investimento financeiro ou o contrário. Portanto, há necessidade de entendimento sobre o custo, para sabermos o porquê dessa relação entre unidades de medida.

A Maria Alice, da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, fez duas perguntas: "Por que algumas ações com baixa execução em 2008 aparecem com grande ampliação dos recursos para os próximos anos?". "Na elaboração do PPAG, no ano passado, solicitamos que as ações fossem regionalizadas, o que não se efetivou em relação à maioria delas; ou, pelo menos, as ações não aparecem assim no PPAG." Pode ser. Às vezes, o governo sabe a previsão da regionalização, mas não consta do PPAG. É isso? Não. Então, por quê?

Pergunta de Iocanan, do Crea-MG: "Quais providências têm sido tomadas na Assembléia para que se viabilize a integração do Centro de BH com o Centro Administrativo e com as cidades do entorno, que compõem a Região Metropolitana?".

Pergunta de Thiago, do Consea: "Quais os projetos específicos para a agricultura familiar, o escoamento de sua produção e a aquisição de seus produtos para a alimentação escolar, restaurantes populares, mercado institucional, hospitais públicos, universidades e outros?".

Pergunta de José Ismar da Costa, do Sindicato das Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas de Minas Gerais: "Como o planejamento é anterior à lei eleitoral, como justificar a baixa execução, se o ano tem 12 meses e a proibição é de 90 dias?".

Pergunta de Ronaldo Manassés: "Se a verba foi liberada, por que a duplicação da MG-020 está demorando tanto? Consta do PPAG a revitalização da MG-050?".

Pergunta de Rosa, do Bairro Santa Efigênia: "Quais cidades serão contempladas com a construção de 14 mil casas?".

Pergunta de Ilca Morais, assessora do nosso amigo, companheiro e ex-Deputado Carlão, hoje Vereador: "Preocupa-nos a opção de atendimento do ensino profissionalizante por meio de investimentos na rede privada, como política pública de educação, pois a demanda é grande, além de esse atendimento ser mais caro e apontar para a privatização do setor. Quais as alternativas do Estado para que não se aprofunde o problema nos próximos anos?".

Pergunta de Francisco, da Comissão do Vale do Aço: "Está prevista para 2009 a alteração dos valores dos programas de emprego e renda e do Minas sem Fome?". Francisco, respondo e pergunto: Houve alteração; está diminuindo. Por que estão diminuindo os recursos para o programa Minas sem Fome?

Gilmar Cordeiro, da Câmara Municipal de Sarzedo: "Já existe um projeto em fase de elaboração para a construção de sede própria para o 3º Pelotão da PM, em Sarzedo? O terreno já foi doado para a PM? Quando as obras começam?". Nilva Vieira da Paz, da Escola Família Agrícola Tabocal, em São Francisco: "Há algum planejamento para a revitalização do Rio São Francisco e dos afluentes da bacia?". Florisbela Mourão, de Itaobim: "Por que as carteirinhas de idosos não estão sendo aceitas pelas empresas de ônibus?". Ela cita o exemplo de um senhor de 83 anos e da empresa Riacho, que não aceita a carteira dele e pede a autenticação da carteira de identidade. É intermunicipal. Agradeço a presença do Paulo. Obrigado pela atenção e gentileza. Com a palavra, o Subsecretário Thiago Coelho Toscano.

O Sr. Thiago Coelho Toscano - Iniciarei pela pergunta que não respondi anteriormente sobre a política prevista para a população negra nas áreas de saúde, educação, meio ambiente e juventude. Quando o governo do Estado faz as políticas de saúde e educação, não distingue as pessoas. Educação e saúde são para todos. Se fosse distinguir, teria que haver políticas específicas para idosos, mulheres, indígenas, baixa renda; enfim, faz-se uma política que atende a todos. Questões específicas devem ser discutidas nos grupos. Se falamos de escola em tempo integral, por exemplo, ela é para todos. Os negros estão incluídos.

Sobre a pergunta em relação a se tornar o dia 20 de novembro feriado estadual, essa não é uma iniciativa do Executivo. Não sei se há algo tramitando na Assembléia.

O Sr. Presidente - Há um projeto de lei em tramitação que cria a política estadual de promoção da igualdade racial, do qual sou co-autor e que está apensado ao projeto encaminhado pelo Executivo que trata do mesmo tema.

O Sr. Thiago Coelho Toscano - Sobre a saída da Aracruz, a empresa previa investir entre R\$14.000.000,00 e R\$15.000.000,00 na região. Com a crise financeira, há um problema de crédito. Com a redução da atividade econômica e do acesso ao crédito, ela suspendeu por hora os investimentos para avaliar o real impacto da crise. A Bolsa está subindo. Pelos dados do PIB trimestral, a economia ainda se mantém aquecida. A Aracruz deve realizar suas análises para depois prosseguir. Nas discussões de grupo, o Marshall poderá informar sobre outros investimentos na área. Essa discussão foi realizada em Itaobim, e ele tem planos para a região que vão te interessar. Será uma discussão importante.

Em relação à exclusão da Ação 4010, não me lembro qual é nem o porquê da exclusão. Depois veio a pergunta sobre alguma ação prevista em relação aos cartórios. Confesso que não me lembro da exclusão.

Como disse anteriormente, o PPAG tem todas essas justificativas, e pode ser que algumas ações não sejam atendidas, como já foi dito aqui. É necessário observar como isso consta no PPAG. De cabeça, não saberei dizer, mas, caso a ação não seja contemplada, é só fazer a proposta de emenda, porque a ação pode sofrer exclusão ou pode ser englobada em outra já existente. Talvez você não consiga enxergar esse detalhamento, e é aquilo que já falamos anteriormente: se julgarem que for necessário, façam a proposta de se distinguir o que é uma ação e o que é uma ação específica.

Perguntam se a execução está tão baixa em virtude da falta de funcionário público. Em alguns casos, como foi dito aqui, há a justificativa de falta de funcionário público, mas sabemos que, para funcionalismo público, há o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. No caso do Poder Executivo, a despesa não pode crescer mais que 49%. Então, isso não pode servir como justificativa. Mas não é só falta de funcionário público. Por exemplo, houve um grande aquecimento da economia, principalmente neste ano. Há projetos em que temos problemas de execução, porque não conseguimos encontrar engenheiro para elaborar o projeto da obra. Por que não encontramos engenheiros? Por que não há engenheiro no mercado, que está aquecido. O País está crescendo, não conseguimos encontrá-los, e, se não conseguimos fazer o planejamento das obras, estas atrasam, e, conseqüentemente, a execução fica em baixa. Então, não devemos abordar apenas a questão do funcionário público, mas também essa do mercado e da economia.

Em relação à questão mencionada pelo Carlos sobre a concentração de investimentos em Montes Claros, na discussão regional em Itaobim isso foi lembrado. No caso específico do projeto de combate à seca, ele surgiu no momento de se fechar o PPAG. Então, não conseguimos fazer a regionalização. A proposta veio em última hora para ser adequada, aliás recebendo mais recursos que os existentes para o projeto. Em 2008 havia R\$3.000.000,00 para esse projeto, e, no ano que vem, serão R\$26.000.000,00. Isso foi de última hora, portanto não foi possível a regionalização; mas estamos fazendo um trabalho interno, porque obviamente os recursos não devem ser todos para a região do Norte de Minas, e, muito menos, para Montes Claros. Há também o Jequitinhonha, o Mucuri e o Rio Doce.

Esse processo de regionalização é novo e começou no ano passado. Para este ano, temos várias dificuldades para regionalizar as informações. O Dr. Walter Adão estará discutindo esse assunto com vocês no grupo, e fará um diagnóstico para toda a região do Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce. Todos os Municípios da região serão atendidos. Não me lembro qual recurso será aplicado, mas, se supusermos que são R\$100.000,00, como regionalizaremos esse valor a partir de um diagnóstico? Temos um diagnóstico para toda a região e não conseguimos regionalizar. Assim, temos de escolher, no caso do PPAG, onde iremos colocá-lo, porque não podemos quebrar o diagnóstico em aproximadamente 170 Municípios. Não faremos um diagnóstico para cada um dos 170 Municípios porque não é assim que se faz, mas um diagnóstico que envolva toda a região. A regionalização envolve uma série de problemas que, ano após ano, tentamos sanar. Isso é um pouco do que acontece.

Em relação à discussão do PPAG do Norte de Minas, a proposta para a audiência pública no interior é feita pela Assembléia Legislativa. Em seguida, o Executivo discute a proposta e entramos em um acordo quanto às localidades. No dia 13, em Montes Claros, haverá uma audiência pública proposta pela bancada mineira, na qual estarão presentes não só representantes das cidades, mas de todos os Municípios do entorno. Seria bom se o senhor participasse da audiência do dia 13, quando várias cidades da região estarão presentes.

Quanto à pergunta sobre por que algumas ações tiveram baixa execução, se em 2008 aparecem com grande ampliação os recursos para os próximos anos, temos de pensar que encaminhamos o PPAG à Assembléia em 30 de setembro, mas ele foi fechado internamente em agosto, na metade do ano.

Muitas ações podem estar com a execução baixa agora, mas estarão com a execução alta no final. Para fazer uma obra, é preciso fazer o projeto, a licitação, e a grande obra da execução será feita no final. Teremos que fazer a previsão para a continuação dessas obras no ano seguinte, por isso esses recursos são mais altos. Essa é uma das explicações.

"Na elaboração do PPAG, solicitamos que as ações fossem realizadas. Na maioria delas, isso não se efetivou, ou pelo menos as ações não apareceram assim no PPAG. Por quê?" Isso é o que acabei de explicar. Esse é um processo novo. Estamos tentando resolver uma série de problemas, como já disse. Essa regionalização não é linear entre os órgãos. Há órgãos que conseguem regionalizar as suas ações de maneira muito mais fácil. Uma obra é feita em uma determinada localidade. Então, regionaliza-se. Mas, ao se fazer um diagnóstico, ele poderá valer para vários Municípios ou para várias regiões e, por isso, há uma série de problemas.

"Que providências têm sido tomadas na Assembléia Legislativa para que se viabilize a integração do centro de Belo Horizonte com o centro administrativo, e do centro de BH com as cidades do entorno que compõem a região metropolitana?" O Projeto RMBH possui toda a infraestrutura rodoviária. Está tudo previsto nesse projeto. Há a MG-20, a Linha Verde, a MG-424 e outras. Todas as ações relativas à região metropolitana constam no Projeto RMBH, seja na discussão da região metropolitana como se fosse um Município, seja na parte da infraestrutura. O Estado dá prioridade a essa questão.

"Quais são os projetos específicos para a agricultura familiar, para o esgotamento da produção e restaurantes populares?" Em relação à agricultura familiar, há o Minas sem Fome. O Flávio Antônio domina o assunto e estará presente nos grupos de discussão. Para o hospital público, temos o Pro-Hosp; para a universidade, temos a Uemg e a Unimontes; e há o mercado popular. Os projetos são bem específicos. Há uma série de projetos em cada uma dessas áreas.

"Se o planejamento é anterior à lei eleitoral, por que justificar a baixa execução se o ano tem 12 meses e a proibição é de 90 dias, por lei?" Como eu já disse, houve um problema não só na questão da lei eleitoral, mas também na operação de crédito. No caso da lei eleitoral, a execução não depende somente do governo do Estado, mas também do governo federal. A proibição não é somente de 90 dias; em alguns casos vale para o ano inteiro, depende da interpretação que os advogados de cada órgão dão à questão. Nos repasses aos Municípios, os Prefeitos não queriam fazer convênios para receberem recursos porque tinham medo de descumprirem a lei eleitoral. Nesse caso, o Estado não pode fazer nada.

"Se a verba já foi liberada, por que a duplicação da MG-20 está demorando tanto?" Existem dois problemas. Um deles é a própria execução. A empresa não consegue mão-de-obra, porque o mercado está aquecido. No caso da MG-20, houve um problema grande no início por causa da desapropriação da área, que foi muito difícil. O Estado desapropriava e logo depois a área estava invadida novamente. Foi necessária a intervenção da polícia.

"A Rodovia MG-5 está no PPAG. E a sua revitalização?" Não conheço essa rodovia. (- Intervenção fora do microfone.) Ela é estadual? Nos grupos de discussão você poderá aprofundar essa questão. No Programa de Recuperação e Manutenção Rodoviária do Estado de Minas Gerais - ProMG -, a primeira região atendida foi Belo Horizonte. Há um contrato que abrange mais de 340km; as rodovias serão revitalizadas uma a uma. O gerente do projeto é que poderá dizer como isso se dará, de acordo com um cronograma. A própria duplicação já estava acontecendo, pelo menos na chegada de Sabará.

"Em que cidades ou Municípios serão construídas as 14 mil casas?" Na verdade, 14 mil casas foram construídas até agora. Temos essa informação aberta, mas só posso dizer que foram construídas em diversos Municípios do Estado. Não os citarei, porque posso errar.

A previsão para 2009 é a construção de 5 mil casas. Basta pegar a regionalização do PPAG e ver que Municípios serão atendidos ou participar do grupo de discussão da redução da pobreza, que conta com o programa Lares Geraes.

"Em relação ao atendimento do ensino profissionalizante, por meio de investimento na rede privada..." Atenção, por favor, o Estado não faz investimento na rede privada. O Estado compra a vaga da rede privada. É uma opção mais barata, mais dinâmica e mais ágil. Hoje há 43 mil novas vagas, que serão ampliadas para 57 mil no próximo ano. Imaginem o que o Estado precisa fazer para construir 43 mil novas vagas, quantas escolas precisam ser construídas, quantos professores precisam ser capacitados e quantos currículos básicos precisam ser feitos de acordo com a demanda de cada região?

Suponhamos que o Estado opte por construir as escolas. Se a economia da região muda ou se alguma empresa se instala na região e demanda outro tipo de treinamento - se de construção civil, passa, por exemplo, para metalurgia -, é preciso mudar todo o ciclo básico da escola. O Estado, então, tem de contratar e treinar professores e criar novos ciclos básicos. Quando o Estado compra vaga na escola, coloca as condições para a instituição privada.

Conceição do Mato Dentro, por exemplo, está instalando a MMX. O Estado analisa e, por um processo de qualificação, credencia a instituição, que fornecerá determinado curso. Se por acaso o Estado treinou todo o mundo, o mercado está atendido e não há mais necessidade de treinar pessoas, ele simplesmente pára de comprar as vagas e de gastar dinheiro. Se tivesse construído escola, esta ficaria parada, com um monte de professores formando pessoas para um mercado que não precisa mais daquele tipo de mão-de-obra.

Credenciar instituições é muito mais barato para o Estado. É uma opção mais dinâmica, que torna possível acompanhar as alterações. Essa é a lógica do Estado.

"Está prevista para 2009 a alteração dos valores dos programas Emprego e Renda e Minas sem Fome?" O programa Minas sem Fome sofreu pequena redução. O governo federal deixou de repassar recursos para esse projeto. Apenas o Estado o está mantendo.

Quanto ao Emprego e Renda, o próprio Travessia amplia os recursos de R\$20.000.000,00 para R\$28.000.000,00 este ano. Não me lembro de todos, mas há um aumento, sim.

A quem perguntou se há projeto para abrigar a sede própria do 3º Pelotão no Município de Sarzedo, sugiro que participe das discussões dos grupos de defesa social, porque o assunto é bastante específico. Não sei se isso está previsto, mas, com certeza, o gerente do projeto saberá responder-lhe essa pergunta.

É exatamente isso. Já está em andamento, tenho certeza de que o gerente poderá dar-lhe detalhes da proposta que está no Orçamento. Se o item não estiver sendo atendido, o senhor poderá apresentar uma proposta de emenda, que, por sua própria justificativa, será inteiramente cabível.

O Sr. Presidente - Companheiro de Sarzedo, no grupo de Defesa Social, poderá fazer a pergunta ao gerente. O companheiro tem todo o direito de saber como anda o cronograma, se há recursos previstos.

O Sr. Thiago Coelho Toscano - Em relação à regularização do Rio São Francisco, já respondi à pergunta.

A segunda pergunta é por que as carteirinhas de idosos não são aceitas. Ele diz ter 93 anos, mas a Empresa Riacho não a aceita e pede a autenticação da Carteira de Identidade. Esse problema não diz respeito ao PPAG. Essa questão poderá ser levada ao DER, pois se trata de ônibus intermunicipal.

O Sr. Presidente - Fazemos questão de apresentar todas as polêmicas. As questões que surgirão nos grupos de trabalhos, logo após as audiências públicas, sofrerão triagem técnica. Matérias pertinentes ao orçamento e ao PPAG serão analisadas prioritariamente. Teremos até o dia 17 de novembro para apresentar emendas na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. As outras sugestões que dependerem, por exemplo, de acionamento do Ministério Público, de audiência pública, de encaminhamento de requerimento a um órgão público, serão analisadas pela Comissão de Participação Popular num segundo momento. Ficou faltando, como o Thiago disse, a questão do Jair, sobre o Recivil. A emenda do Recivil foi a Emenda Popular nº 217, vinculada ao Programa nº 162, Desenvolvimento das Políticas de Direitos Humanos. Esse programa não é estruturador, mas, sim, associado. Ele entrou com uma ação nova, a mobilização pelo registro civil, com um valor de R\$100.000,00 para 2008. Temos problemas na execução orçamentária dessa ação no ano de 2008. Para 2009, a ação foi mantida, com alterações no produto nas unidades de medida, bem como na finalidade da ação, que passa a enfatizar o atendimento às pessoas, em vez de realização de campanhas. A assessoria técnica da Assembléia fez isso, ou seja, procurar, na proposta de revisão, qual foi essa alteração de produtos e de unidades de medidas. Do ponto de vista financeiro, foi colocada uma emenda-janela de R\$1.000,00. É claramente uma janela. Quando se colocam R\$1.000,00, é uma janela. Isso ocorreu em mais duas outras ações. Uma é do Cresam - Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional. Não é uma prática muito usual, nas discussões do PPAG, usar janelas, mas está aqui prevista essa. Ação mantida é a boa notícia; valor diminuído é o nosso questionamento.

Agradecemos a presença de todos, mais uma vez. Lembramos que, às 14 horas, retomaremos os trabalhos com todos os grupos. Todos deverão estar na Escola do Legislativo, das 14 às 18 horas.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 54ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 7/11/2008

Presidência do Deputado André Quintão

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Exibição de vídeo - Palavras do Sr. André Abreu Reis - Apresentação das propostas dos grupos de trabalho - Leitura de manifesto - Palavras do Deputado Carlin Moura - Entrega das propostas dos grupos de trabalho - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

André Quintão - Carlin Moura - João Leite - Sebastião Helvécio.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado André Quintão) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado João Leite, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização da audiência pública "Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2008-2011 - para o exercício de 2009".

Procederemos à composição da Mesa, esclarecendo que a apresentação dos relatórios dos grupos será feita por um dos relatores. Agradeço, em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, a presença efetiva das senhoras e dos senhores nos trabalhos desta revisão. Nesta abertura, quero dizer que batemos o recorde de presença. Somadas as audiências, interior e Capital, foram 1311 participações, portanto, uma presença muito expressiva, sem contar a audiência pública do Norte de Minas. Houve não somente o recorde de presença mas também de propostas. Faltando as propostas de Montes Claros, já tivemos mais de 400 apresentadas. Na revisão de 2004, foram 197; na de 2005, 214; na de 2006, 77. Até aqui já temos 408 propostas nesta primeira revisão do PPAG 2008. Lembramos que nem toda proposta necessariamente é transformada em emenda. Podem existir propostas aglutinadas ou algumas que não são pertinentes ao tema, mas que podem ter outros desdobramentos. Do ponto de vista da apresentação objetiva de sugestões, esse número é bastante superior ao das revisões anteriores.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar a equipe da Seplag que acompanhou e auxiliou a Assembléia na primeira etapa, agradecendo a todos. Aos gerentes dos projetos estruturadores o nosso reconhecimento, louvando a presença dos titulares dos projetos na apresentação dos grupos, não só na apresentação mas também na formulação e auxílio no debate das proposições apresentadas pela sociedade civil.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. André Abreu Reis, Superintendente da Diretoria Central de

Programação Orçamentária da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag -; a Exma. Sra. Maria de Jesus Loredó Rocha, representante do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Médio Jequitinhonha e relatora do Grupo 1; os Exmos. Srs. Celi Márcio Santos, representante do Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais - Consea - e relator do Grupo 2; Iocanan Pinheiro Moreira, representante do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - Crea - e relator do Grupo 3; João Ernani Antunes Costa, representante da BHTrans e relator do Grupo 4; e Flávio Nascimento, Presidente da União Colegial de Minas Gerais - UCMG - e relator do Grupo 5; as Exmas. Sras. Maflávia Ferreira, representante da Secretaria de Saúde de Itaobim e relatora dos Grupos 7 e 10; e Marilene Cruz, representante da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e relatora do Grupo 9; o Exmo. Sr. Daniel Leonardo Silva Ribeiro, representante da Federação do Comércio de Minas Gerais e relator dos Grupos 8 e 11 - Investimento e Valor Agregado da Produção - 1ª e 2ª etapas; a Exma. Sra. Dinéia Domingues, representante da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas - no Fórum Mineiro de Educação Infantil e relatora do Grupo 12; e os Exmos. Srs. Célio Cabral de Souza Júnior, Gerente de Inovação do Instituto Euvaldo Lodi - Fiemg - e relator do Grupo 13; Marcos Vinícius Polignano, representante do Projeto Manuelzão e relator do Grupo 14; e Deputado Carlin Moura, membro da Comissão de Participação Popular desta Casa.

Exibição de Vídeo

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a assistir a um vídeo institucional sobre o PPAG.

- Procede-se à exibição do vídeo.

O Sr. Presidente - Em nome das comissões, quero parabenizar a equipe da Assembléia Legislativa que, em tempo-recorde, realizou esse vídeo institucional. Já neste início, em nome de todos os que estão aqui, quero agradecer muito aos servidores de todas as áreas e dos gabinetes da Casa por esse esforço integrado na realização do PPAG. Foi um trabalho muito intenso, que hoje só conclui a primeira etapa. Muito trabalho ainda vem por aí.

Inicialmente, quero passar a palavra ao representante do governo do Estado, André Abreu Reis, Superintendente de Planejamento e Programação Orçamentária do Estado de Minas Gerais, para um comentário geral sobre o processo.

Palavras do Sr. André Abreu Reis

Muito obrigado. Boa-tarde a todos. Na verdade, não tenho muito o que dizer, porque viemos aqui para ouvir. Desde Itaobim, estamos ouvindo propostas da população e da sociedade civil organizada.

Neste fechamento, ainda ouviremos algumas propostas de Montes Claros. Não apenas eu, mas parte da equipe da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, e o João Vítor, Superintendente do Geraes, cuidamos de todos os projetos estruturadores.

Este encerramento será importante para verificarmos a soma, o caldo dessa participação, a sobra das discussões entre o Poder Executivo e a Assembléia. Posteriormente, as propostas de emenda serão analisadas pelo Poder Executivo com todo carinho e serão contempladas na medida das necessidades e da existência de recursos públicos, de forma bastante compartilhada e debatida com a Comissão de Participação Popular.

Estamos aqui para ouvir. Só temos a agradecer à Assembléia, que já está há algum tempo nessa parceria discutindo o PPAG, sempre com a colaboração da equipe técnica da Casa e dos Deputados da Comissão.

Para nós, é importante ver o crescimento da participação popular nesse período, conforme informou o Deputado. Esperamos que Montes Claros também surpreenda e este seja o ano de fechamento das propostas populares. Que os trabalhos sejam enriquecedores para todos. Esse é um processo de aprendizado. Que a cada ano possamos contar com a participação popular, que deve ser incorporada ao planejamento do Estado a médio prazo, e, conseqüentemente, a curto prazo, no Orçamento do Estado. Muito obrigado.

Apresentação das Propostas dos Grupos de Trabalho

A Sra. Maria de Jesus Loredó Rocha - Boa-tarde a todos. Apresentaremos o relatório de atividades do Grupo 1 - Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce -, sob a coordenação da Deputada Ana Maria Resende.

Projetos estruturadores: Convivência com a Seca e Inclusão Produtiva, sob a gerência do Sr. Walter Antônio Adão, Vice-Diretor do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - Idene -; Promoção de Investimentos e Inserção Regional - inclusive Agronegócio -, sob a gerência do Sr. Marshall Garcia, Diretor de Estudos Estratégicos e Desenvolvimento Regional do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais - Indi -; Aceleração da Aprendizagem na Região do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce, sob a gerência da Sra. Maria das Graças Pedrosa Bittencourt, Diretora da Superintendência de Educação Infantil e Fundamental da Secretaria de Estado de Educação.

Em relação às propostas apresentadas, vale ressaltar, no programa estruturador Convivência com a Sede e Inclusão Produtiva, a proposta que visa à alteração da regionalização das ações, objetivando incluir as Regiões do Jequitinhonha e Mucuri, com a respectiva redistribuição das metas financeiras; e a proposta que visa à alteração da unidade orçamentária da Ação 4475, Apoio às Ações de Saneamento Básico em Pequenas Comunidades, do Fundo Estadual de Saúde para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

No tocante ao programa estruturador Promoção de Investimentos e Inserção Regional, ressalta-se a proposta que visa à criação de nova ação com o nome Escoamento da Produção Agrícola e Minério, com a seguinte finalidade: promover meios de escoamento da produção agrícola e minério, por meio de ferrovias e hidrovias.

Finalmente, em relação ao programa estruturador Aceleração da Aprendizagem na Região do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce, ressalta-se a proposta que visa à alteração do objetivo do programa e da finalidade da Ação 1224, Implantação do Plano de Aceleração da Aprendizagem, objetivando incluir os alunos do ensino médio como beneficiários e, por via de conseqüência, o acréscimo de metas físicas e o aumento proporcional de metas financeiras.

Aproveito o momento para lembrar que a nossa participação em prol do Vale do Jequitinhonha foi fundamental. Quero lembrar a todos os Deputados desta Casa que o nosso povo ainda é muito simples e ingênuo e é por isso que eles votam em todos os Deputados deste Estado, acreditando que essas pessoas, que esses homens e mulheres são sérios e pensam neste Estado como um todo e não apenas nas regiões em que são votados e de que são filhos. O que estamos fazendo aqui é sério e esta Casa também irá levar isso a sério e olhar o Vale do Jequitinhonha como parte deste Estado, que tem de ser respeitado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Zuzu. Convido o relator do Grupo 2, o Sr. Celi Márcio Santos, do Consea de Minas Gerais, que fará suas

considerações sobre a redução da pobreza e a inclusão produtiva.

O Sr. Celi Márcio Santos - Boa-tarde. O Grupo 2 foi coordenado pelo Deputado André Quintão, e foram discutidos cinco projetos estruturadores da área de resultados Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva.

O grupo teve mais de 120 participantes - acho que foi o recordista - e seus trabalhos centraram-se no programa Implantação do Suas e, em especial, no apoio financeiro do Estado a Municípios para a prestação de serviços de proteção especial. As propostas relativas a esse programa estão direcionadas fundamentalmente ao aumento da meta financeira das Ações 42 e 36, que é o co-financiamento de serviços para Municípios, na execução da proteção social e especial. O Programa 1.389 está voltado à proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte. Também tivemos a proposta de retorno da Ação 1147: execução de ações regionalizadas de proteção especial e fomento a consórcios intermunicipais, que tinham sido excluídas do escopo do programa na proposta de revisão do PPAG, além daquelas que dizem respeito ao atendimento ao idoso e ao enfrentamento do trabalho infantil.

Também mereceram destaque os programas Lares Geraes, Minas sem Fome e o projeto Travessia, que receberam diversas propostas de aprimoramento, tais como o incremento de metas físicas e financeiras, na Ação Engenharia e Arquitetura Públicas, e a inclusão de ação destinada à compra direta de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar.

Fora do rol de projetos estruturadores, receberam propostas os programas: Política Pública de Trabalho, Emprego e Renda, Desenvolvimento de Políticas de Direitos Humanos e Desenvolvimento da Reforma Agrária. Foram propostos novos programas com os temas "Erradicação da fome", "Combate ao racismo" e "Passe livre intermunicipal", para complementar as políticas públicas estaduais das áreas de resultado.

O grupo apresentou 56 propostas, das quais cinco não têm incidência direta no PPAG. Importa informar, no entanto, que outras sete propostas, referentes à área de resultado Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva, foram entregues nos demais grupos de discussão. Ao todo, portanto, foram recebidas 63 propostas.

O trabalho do grupo foi bem rico e frutuoso, com a presença dos militantes e com os debates e as apresentações dos gerentes dos programas. Esperamos que todas essas propostas apresentadas sejam avaliadas com carinho pela Comissão de Participação Popular e algumas delas reincorporadas. Digo isso porque, como o Deputado André Quintão falou no início, muitas dessas propostas foram incorporadas no ano passado e retiradas neste ano. Assim sendo, a proposta dos militantes é que elas sejam recolocadas.

Por fim, gostaria de parabenizar a Assembléia, por esta iniciativa, e o governo do Estado, pela possibilidade de participação, que reconhecemos ser muito importante e talvez única no Brasil. Obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Celi. Passo a palavra ao relator do Grupo 3 - Rede de Cidades e Serviços, o Sr. Iocanan Pinheiro Moreira, do Crea.

O Sr. Iocanan Pinheiro Moreira - Esse grupo foi coordenado pelo Deputado Vanderlei Miranda, e discutiram-se os seguintes programas estruturadores: Destinos Turísticos Estratégicos - Programa nº 16; Região Metropolitana de Belo Horizonte - Programa nº 47; Minas Avança - Programa nº 26; Processo - Programa nº 35; e o programa Circuitos Culturais de Minas Gerais - Programa nº 9.

Durante a reunião, foram recebidas nove propostas. Estimulada pelo representante do Instituto Estrada Real, foi discutida a implantação da sinalização nos circuitos turísticos certificados, o que gerou uma proposta de adequação de meta física. A regionalização foi questionada em diversas ações dos programas discutidos, e a inclusão do Rio Doce solicitada em várias propostas.

Ainda relativamente ao atendimento da região do Rio Doce, com a participação da Deputada Rosângela Reis, foi discutida a melhoria do sistema viário no Vale do Aço. No entanto, a duplicação da BR-381, principal demanda da região, não tem previsão no PPAG, pois a rodovia é federal.

A Dra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária Adjunta da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - Sedru -, mostrou que, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, tem-se conseguido ótima interação e conscientização das cidades do entorno da Capital, alcançando-se o conceito de participação de todos os representantes da sociedade como metrópole. Foi discutida também a maneira de viabilização do metrô do hipercentro para o Centro Administrativo e do hipercentro para as cidades desse entorno.

A efetivação e consolidação da Região Metropolitana do Vale do Aço também foi debatida, uma vez que poucas ações e recursos são previstos para essa atividade. A Dra. Maria Coeli justificou que não foi possível adotar as ações necessárias em razão de problemas locais, mas que hoje novas ações já estão sendo empreendidas.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Iocanan. Passo a palavra ao Sr. João Ernani Antunes Costa, relator do Grupo 4 - Logística de Integração e Desenvolvimento e Inovação, Tecnologia e Qualidade.

O Sr. João Ernani Antunes Costa - O grupo foi presidido pelo Sr. Deputado Juninho Araújo. Foram apresentados e discutidos os projetos estruturadores ProMG Pleno - Programa de Recuperação e Manutenção Rodoviária do Estado de Minas Gerais -; pelo Sr. Bruno Alencar, da Setop, Potencialização da Infra-Estrutura Logística da Fronteira Agroindustrial; e pelo Sr. Eugênio Botinha, do DER, o Programa de Aumento de Capacidade e Segurança de Corredores de Transporte, também executado pelo Sr. Diego Vettori, da Setop, contando com a participação do Sr. João Antônio Fleury Teixeira, Secretário Adjunto da Setop e Diretor-Geral do Deop.

No total, o grupo recebeu nove propostas. Foram discutidas a racionalização do transporte na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a segurança do transporte rodoviário e a melhoria dos acessos rodoviários e das ferrovias em diversas regiões. O destaque foi a proposta apresentada pelo Sr. Nelson Dantas, da ONG Trem, relativa à implantação, em parceria público-privada, do anel ferroviário de Prudente de Moraes para Ibiá, o que significará para a Região Metropolitana de Belo Horizonte a retirada do tráfego de carga de passagem. Ou seja, a malha ferroviária de 330km de cargas da Região Metropolitana de Belo Horizonte ficará desafogada, e poderá haver a volta do trem de subúrbio, reduzindo-se o tráfego de veículos e pessoas nessa região.

As nove propostas são de grande significado e contribuirão bastante para o desenvolvimento do PPAG. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos as palavras do Sr. João Ernani. Com a palavra, o relator do Grupo 5, que trata da área de resultados do protagonismo infantil, Flávio Nascimento, Presidente da União Colegial de Minas Gerais - UCMG.

O Sr. Flávio Nascimento - Relatório dos trabalhos do Grupo 5. Na audiência pública realizada em Belo Horizonte, no dia 6/11/2008, o Grupo 5 - Protagonismo Infantil -, foi coordenado pela Deputada Gláucia Brandão, com apoio de Tatiana Zocrato, da União Estadual dos Estudantes.

Compareceram 109 inscritos. Foi feita a exposição dos projetos estruturadores por seus Gerentes Executivos. O programa Centro da Juventude de Minas Gerais foi apresentado por Carlos Gradim; o programa Poupança Jovem foi apresentado por Luiz Carlos Silva Guimarães; os Programas Promédio - Melhoria da Qualidade e Eficiência do Ensino Médio - e Ensino Médio Profissionalizante foram apresentados por Joaquim Antônio Gonçalves; e o programa Minas Olímpica foi apresentado por Alexandre Massura Neto.

Foram apresentadas 37 propostas no Grupo 5. Os trabalhos desenvolvidos tiveram expressiva participação de entidades vinculadas ao esporte, que apresentaram diversas propostas de expansão da atuação do Estado no fomento à prática de atividades esportivas pela população. Destacam-se as propostas de implementação de ações de estruturação de espaços públicos para o desenvolvimento da prática esportiva, com a ampliação do acesso das pessoas carentes, alunos das redes públicas e atletas mineiros a essas atividades. No âmbito da educação, os programas Promédio e Ensino Médio Profissionalizante foram os mais discutidos. Um grande número de participantes trouxe ao grupo a preocupação com a inserção dos jovens no mercado de trabalho e a necessidade de consolidação dos mecanismos de permanência dos alunos no Ensino Médio, tais como a ampliação da oferta de alimentação escolar e de atividades complementares nas áreas de cultura, esporte e formação profissional, discussões essas que se materializaram em propostas. A expansão do programa Poupança Jovem para as demais regiões e localidades de maior vulnerabilidade social também foi objeto de propostas, bem como a inclusão, no mesmo programa, da Ação de Acompanhamento Social nas Escolas Públicas, excluída no projeto de revisão do PPAG.

É bom lembrar que esse debate do Protagonismo Juvenil trata bem da expectativa que temos de ter um Estado que debata mais a realidade da juventude, da educação, do esporte, do lazer e da formação profissional. É importante lembrar que a juventude é a peça estratégica para o desenvolvimento da Nação, contribuindo para qualquer debate em nossa sociedade.

O Sr. Presidente - O Grupo 6 está com dois relatórios. Por isso, passo a palavra para a representante do Grupo 7, Maflávia Ferreira, Secretária de Saúde de Itaobim, da área de resultados Vida Saudável.

A Sra. Maflávia Ferreira - Na audiência pública realizada para colher sugestões para o aprimoramento do PPAG em Belo Horizonte, no dia 6/11/2008, o Grupo 7 - Vida Saudável - foi coordenado pelo Deputado Carlos Mosconi, com a participação do Deputado Rinaldo Valério, e subcoordenado por Maflávia Ferreira. Houve 78 inscritos, e compareceram aproximadamente 55 pessoas.

Foram apresentadas 20 propostas, das quais seis são recomendações - propostas que não são pertinentes ao PPAG. Os participantes do grupo mostraram muito interesse em discutir a proposta de regionalização das ações para o Estado, os critérios para a alocação de recursos orçamentários e o cumprimento da Emenda à Constituição nº 29 no Estado.

Entre as propostas de emenda apresentadas, destacaram-se as seguintes: criação de ação nova para desenvolver, nas escolas da rede pública estadual, medidas de saúde voltadas à prevenção, inclusive de saúde bucal; criação de ação nova para promover a capacitação dos agentes comunitários de saúde; criação de ação nova para prevenir o uso de álcool e outras drogas, bem como garantir o tratamento para os dependentes químicos; criação de ação nova para implantar centro de referência e excelência em transplantes; criação de ação nova para diagnosticar as condições atuais do funcionamento do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - Sisvan - em Minas Gerais; ampliação da finalidade da Ação Mais Vida, destinada à atenção à saúde do idoso, para garantir a assistência aos idosos residentes em instituições de longa permanência. Foi discutida também a necessidade de alterar a regionalização de ações dos projetos Regionalização e Viva Vida, com o objetivo de implantar dois módulos de urgência e emergência na região do Jequitinhonha e do Mucuri, e um Centro Viva Vida na região Centro-Oeste.

Relatório do Grupo 10 - Vida Saudável - 2ª Etapa. O grupo, coordenado pelos Deputados Gil Pereira e Fábio Avelar e relatado por Maflávia Ferreira, Secretária de Saúde de Itaobim, discutiu os seguintes programas estruturadores: Vida no Vale - Copanor - Programa nº 53; e Saneamento Básico - Mais Saúde para Todos - Programa nº 48. A regionalização exclusiva para o Norte de Minas da ação de implantação dos sistemas de água e esgoto pela Copanor gerou dúvidas, posto que, na apresentação do programa, o Vale do Jequitinhonha é apresentado como o principal alvo da empresa nos próximos dois anos. Entendida como erro, a regionalização recebeu proposta corretiva. Vale explicar que, segundo o gerente do programa, o atendimento do Norte de Minas está previsto consecutivamente ao do Vale do Jequitinhonha.

Representantes das comunidades quilombolas apresentaram demandas de saneamento básico dessas comunidades em todo o Estado, argumentando a exclusão histórica dessa parcela da população. A falta de uma estrutura governamental para planejamento, coordenação e fiscalização de ações de saneamento básico foi questionada e sugerida a criação de um conselho estadual de saneamento, para que haja melhor governança em relação a essa área de serviços essenciais. Foi questionado o nível de autonomia da Copasa e da Copanor na decisão sobre os investimentos realizados pelo Estado. Entre outros temas discutidos, estão a instalação de eliminador de ar da tubulação de água, os investimentos da Copasa na preservação de mananciais e a despoluição do Rio das Velhas.

Na pessoa do Deputado André Quintão, quero parabenizar a ação da Assembléia por ter levado a cada canto do Estado o PPAG e por ter chegado ao Vale do Jequitinhonha, fomentando no nosso povo mais esperanças por participar da priorização de ações essenciais para o vale dentro das políticas públicas do Estado. Obrigada.

O Sr. Presidente - Atendendo à solicitação do relator do Grupo 13, que terá de ausentar-se, iniciaremos por ele os relatos. Com a palavra, o Sr. Célio Cabral de Souza Júnior, que vai falar sobre inovação, tecnologia e qualidade.

O Sr. Célio Cabral de Souza Júnior - Boa-tarde a todos. O Grupo 13 - Inovação, Tecnologia e Qualidade, coordenado por mim, discutiu projetos estruturadores das áreas de Rede de Inovação Tecnológica, Certifica Minas, Arranjos Produtivos em Biotecnologia, Biocombustíveis, Eletroeletrônico e Softwares, além da rede de formação profissional orientada para o mercado.

Um dos principais temas debatidos foi a necessidade de intensificar a estratégia do Estado na internacionalização de arranjos produtivos locais. Como essa foi uma ação que teve metas físicas financeiras reduzidas para o exercício de 2009, propôs-se a recomposição das metas originais para os anos de 2009, 2010 e 2011.

Os telecentros e CVTs foram outro tema de discussão em nossos trabalhos. A meta de implantação dessas estruturas está próxima de ser implantada, o que levou à exclusão da ação no PPAG a partir de 2009, restando apenas ações de manutenção desses telecentros. Houve um questionamento quanto ao atendimento a novos Municípios, o que suscitou a proposta de se resgatarmos, então, essas ações do plano original.

Outra questão que considero crucial foi o envolvimento direto das empresas privadas na rede de inovação tecnológica. Há hoje muito incentivo, com investimentos, às universidades, aos ECTs, à formação de núcleos de inovação tecnológicas dentro de universidades. Por outro lado, as empresas não têm uma porta de diálogo com as universidades, porque não têm pessoal ou estrutura adequada para fazer essa aproximação entre a pesquisa e o desenvolvimento gerados na universidade e a inovação tecnológica que, como sabemos, é gerada nas empresas. Assim, foi proposta a criação de núcleos de gestão da inovação dentro das próprias empresas, para fazer-se esse "link" entre os núcleos existentes dentro das universidades, que já contam com vários incentivos dos governos federal e estadual. Então, que se criem, em contrapartida, esses núcleos nas empresas para que se possa completar o ciclo e consigamos transformar pesquisa e desenvolvimento em inovação. Também quanto a isso, foi apresentada a proposta de regionalização de ações, para a inclusão do Rio Doce. Isso foi comentado pela gerente do programa, que fez algumas ressalvas em função da necessidade de infra-estrutura prévia e contrapartida local para que o Rio Doce faça parte desse programa.

Outra questão abordada foi a agricultura agroecológica, lembrada em proposta avulsa pela qual se pretende o apoio do Estado para estimular o incremento no mercado desse segmento, considerado muito promissor em termos de crescimento da demanda e do alto valor agregado.

Gostaria também de ressaltar a participação do Secretário Alberto Duque Portugal durante o início dos trabalhos do grupo, mostrando o quanto a ciência e a tecnologia estão sendo consideradas temas prioritários na gestão do governo Aécio. Obrigado.

O Sr. Presidente - Agradeço ao relator do Grupo 13. Convido agora Marilene Cruz, representante da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que fará o relato dos grupos da área de resultados de Defesa Social.

A Sra. Marilene Cruz - Boa-tarde a todos. Iniciando mais uma vez, Deputado André, gostaríamos de agradecer-lhe todo esse processo que vem sendo desencadeado no Estado com a discussão do PPAG, oportunidade que vem consolidar o que está na Constituição Federal, com a nossa participação. Que a nossa participação seja efetiva no planejamento das políticas públicas.

O Grupo 6, da área de resultados de Defesa Social, foi coordenado pelo Deputado Délio Malheiros. Houve 131 inscritos e participaram efetivamente 110 pessoas. O projeto estruturador Gestão Integrada de Ações e Informações de Defesa Social foi apresentado por Geórgia Ribeiro Rocha, Superintendente de Integração do Sistema de Defesa Social; o programa Expansão e Modernização do Sistema Prisional foi apresentado por Genílson Ribeiro Zeferino, Subsecretário de Administração Prisional da Secretaria de Defesa Social; e o programa Avaliação da Qualidade da Atuação dos Órgãos foi apresentado por sua gerente executiva, Sílvia Caroline Listgarten.

Foram apresentadas 14 propostas nesse projeto estruturador, em sua maioria direcionadas ao projeto estruturador Expansão e Modernização do Sistema Prisional. Os participantes do grupo discutiram bastante a necessária humanização do sistema prisional do Estado, a alocação regionalizada de recursos para a ampliação de vagas nesse sistema, a urgência em se concluir a transferência da gestão das carceragens da Polícia Civil para a administração prisional da Seds, bem como a integração de ações entre as corporações policiais, com a devida capacitação dos servidores.

Entre as propostas de emenda apresentadas, destacam-se as seguintes: garantia de recursos para a pavimentação asfáltica do acesso ao Presídio Floriano de Paula, no Distrito de Paca, em Governador Valadares; ampliação de recursos financeiros e de meta física na Ação 4281 - Incentivo à Ampliação do Sistema Apac -, com vistas, aliás, à implantação de Apac feminina em Belo Horizonte; integração dos Conseps nas atividades de interlocução dos órgãos da Defesa Social com a sociedade; alteração do nome do projeto estruturador de expansão do sistema prisional para Expansão, Modernização e Humanização do Sistema Prisional.

Foi discutida também a necessidade de alterar a regionalização, com a devida ampliação das metas físicas e financeiras das Ações 1081 - Construção de Novas Unidades do Sistema Prisional - e 1134 - Melhoria da Segurança do Sistema Prisional -, com vistas à ampliação de vagas e melhora das condições de guarda de presos no sistema prisional do Estado. Essas foram as propostas do Grupo 6. Continuando, ainda na área de resultados de Defesa Social, apresentarei o Grupo 9. Esse grupo foi coordenado pelo Deputado Durval Ângelo, contou com 161 inscritos e compareceram aproximadamente 130 pessoas.

O projeto estruturador Atendimento às Medidas Socioeducativas foi apresentado por Alderico Carvalho Júnior, Gerente Executivo Adjunto do programa. O programa Prevenção Social da Criminalidade foi apresentado por Fabiana Lima Leite, Superintendente de Prevenção à Criminalidade da Seds; e o programa Escola Viva e Comunidade Ativa foi apresentado pela Coordenadora Executiva das Ações Institucionais do programa, Maria Cristina Pinheiro de Pinho Machado.

Depois de ampla discussão e exposição dos palestrantes, ao final, foram apresentadas 12 propostas. A maioria delas foi direcionada ao projeto estruturador Atendimento às Medidas Socioeducativas. Eu também fiz parte dos grupos. Neles, foi discutido fundamentalmente a integração regionalizada das ações direcionadas às medidas de internação com aquelas destinadas às medidas em meio aberto e também ao programa de egressos. Por quê? Porque o grupo sentiu a necessidade de coerência entre essas regiões para que, de fato, seja implantado um sistema de atendimento ao adolescente autor de ato infracional. Além disso, foi discutida a necessidade de ampliação de ações destinadas à prevenção da criminalidade e também ao papel da escola na prevenção.

Entre as propostas de emendas apresentadas, destacam-se algumas. Garantia de recursos específicos para a operacionalização das ações do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Essa ação precisa ser analisada com carinho, porque nela estão as ações de todos os Conselhos e com recursos, no nosso entendimento, muito pequenos. Então a proposta é que desmembremos essa ação. Aliás, no ano que vem, o Conselho Estadual terá as conferências e a implantação dos diversos planos, daí a necessidade de se desmembrar essa ação.

Outra proposta importante, que precisa ser analisada com carinho e atendida, refere-se à criação de ação específica para o atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade, desmembrando assim a Ação 4362 - Aprimoramento e Ampliação da Gestão das Medidas em Meio Aberto. Nessa ação estão juntas: liberdade assistida, prestação de serviço à comunidade e a semiliberdade. Então a proposta é que a semiliberdade seja separada.

Outra proposta de destaque é a ampliação da meta financeira da Ação 4363 - Atendimento às Condições Operacionais dos Centros Socioeducativos, - com vistas a se assegurarem recursos para a adequação dos centros e a aquisição de equipamentos e materiais pedagógicos. Chamamos bastante atenção para outra ação: garantia de ampliação de vagas para o público feminino, tanto a internação quanto a semiliberdade. No Estado de Minas Gerais, há apenas uma unidade que atende meninas que cometem atos infracionais.

Foi discutida também a necessidade de se alterarem o produto e a unidade da medida da Ação 4269 - Constituição de Rede de Serviço e Projetos de Atendimento ao Usuário de Droga -, tendo como base a pessoa atendida, e não o convênio firmado. Na proposta está escrito: "um convênio". Isso não nos dá a dimensão. Por isso a proposta é que se passe para "pessoa atendida", com vistas a possibilitar melhor acompanhamento da execução da ação. E, mesmo estando prevista a inauguração do Centro Integrado, das medidas socioeducativas, houve também a proposta para que haja investimento na melhoria das condições físicas e dos equipamentos da Dopcad. É necessário que se atente também para isso.

Essas foram as emendas apresentadas. Ao apresentá-las, esperamos que estejam de acordo com os critérios estabelecidos, para que possam ser aprovadas. Mas, sobretudo, que, ao serem aprovadas, elas sejam, de fato, executadas. Valorizamos e reconhecemos a importância do momento, mas a consolidação dessa participação só se consolidará no momento em que tivermos essas propostas, de fato, sendo executadas.

Neste momento, Sr. André Reis, todos nós que participamos desse processo contamos com a Seplag para assegurar que esse passo seja dado. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Sra. Marilene. Passarei a palavra agora ao relator dos Grupos 8 e 11 - Investimentos e Valor Agregado da Produção -, Sr. Daniel Leonardo Silva Ribeiro, da Federação do Comércio de Minas Gerais.

O Sr. Daniel Leonardo Silva Ribeiro - Boa-tarde a todos. A mim coube a relatoria dos Grupos 8 e 11, sendo que, como representante da Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais, coordenei os trabalhos do Grupo 8, que tratou da área de resultados e investimentos de valor agregado da produção.

O projeto estruturador Promoção e Atração de Investimentos Estratégicos e Desenvolvimento das Cadeias Produtivas das Empresas Âncoras foi apresentado pelo Sr. Raphael Guimarães Andrade, Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico. O projeto estruturador Inserção Competitiva das Empresas Mineiras no Mercado Internacional foi apresentado pelo Sr. Accacio Ferreira dos Santos Júnior, Coordenador de Comércio Exterior da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - Sede. O projeto estruturador Descomplicar - Melhoria do Ambiente de Negócios foi apresentado pelo Sr. João Luiz Soares, da Seplag.

Entre as propostas de emenda apresentadas, destacam-se as de criação do Portal Minas para Investidores; de promoção da capacitação, qualificação e certificação de microempresas, pequenas e médias empresas, como fornecedoras das grandes organizações; e, por fim, de inclusão de ações novas relativas aos Arranjos Produtivos Locais, dos setores moveleiro, calçadista, de produtos pirotécnicos e de vestuário, bem como de incentivo à capacitação profissional, com envolvimento dos três setores - governo, empresas e sociedade civil. Foram ainda discutidos os seguintes temas: apoio do governo ao programa Primeiro Emprego; inserção da agricultura familiar no agronegócio voltado para exportação, o sucesso do programa Descomplicar; e ainda incentivos governamentais ao comércio e à redução da informalidade.

Já quanto ao Grupo 11, cujos trabalhos foram coordenados pelo Deputado Fábio Avelar, discutiram-se os seguintes programas estruturadores: Oferta de Gás Natural; Cresce Minas - Oferta e Distribuição de Energia Elétrica; e Parceria para Provisão de Serviço Público.

Após a apresentação de dados dos referidos programas por técnicos do governo, vários participantes solicitaram esclarecimentos sobre questões diversas, como a capacidade da Cemig para atender a demandas específicas de fornecimento de energia elétrica, a procedência do gás natural distribuído pela Gasmig, as características e critérios de avaliação da parceria público-privada - PPP -, implantada pelo Executivo para a gestão da Rodovia MG-050, entre outras.

Foram apresentadas duas propostas de emenda ao PPAG. A primeira tem por objetivo possibilitar a participação de empresas privadas na preservação ambiental da Serra do Rola-Moça. Decidiu-se que essa proposta, por tratar de tema distinto daqueles abordados na reunião, será encaminhada ao grupo responsável pela discussão dos programas relacionados a proteção ambiental. Já a segunda proposta cria uma nova ação, Programa nº 31 - Oferta de Gás Natural -, a qual tem por finalidade o desenvolvimento de campanhas de esclarecimento sobre o funcionamento e normas de segurança de gasodutos para as populações que residem nas proximidades dessas estruturas. Agradeço a oportunidade, em nome da Federação do Comércio. Obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Daniel. Passarei a palavra para Dinéia Domingues, representante da Pontifícia Universidade Católica no Fórum Mineiro de Educação Infantil e relatora do Grupo 12 - Educação de Qualidade.

A Sra. Dinéia Domingues - Boa-tarde a todos. Na área de resultados e educação de qualidade, a audiência pública foi coordenada pelo Deputado Carlin Moura, com nosso apoio, e contou com a presença de cerca de 89 pessoas. Foram apresentados quatro projetos estruturadores no Grupo 12 - Educação de Qualidade: Sistemas de Avaliação da Qualidade do Ensino e das Escolas, Escola em Tempo Integral, Desempenho e Qualificação de Professores e Novos Padrões de Gestão e Atendimento da Educação Básica. Foram apresentadas 49 propostas, a maioria direcionada para os projetos estruturadores Desempenho e Qualificação de Professores e Novos Padrões de Gestão e Atendimento da Educação Básica. Houve muita discussão no grupo, e essas discussões se deram em torno da necessária ampliação dos projetos de qualificação, com propostas que incluam o conjunto da educação básica - Ensino Infantil, fase creche e pré-escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Houve também várias reivindicações relacionadas a maior participação da comunidade escolar na formulação das metodologias e das ações desses projetos. Quanto à melhoria do Sistema de Certificação Ocupacional, da ampliação de recursos pedagógicos e da infraestrutura na escola, o grupo apresentou várias reivindicações aos gerentes dos projetos. Foram também feitas propostas visando à necessidade de revisão da regionalização prevista em várias propostas, com alteração das respectivas metas físicas e financeiras. Em relação ao projeto estruturador Escola em Tempo Integral, foram feitas críticas e apresentadas propostas em torno da alimentação escolar, e vários representantes das entidades estudantis levantaram questões para o debate e críticas às propostas ligadas à segurança alimentar.

Além dessas propostas, Deputado André, apresentamos dois requerimentos à Comissão de Participação Popular, com vistas a aprimorar os mecanismos de participação. Em que pesem a todo o ganho, todo o avanço e toda a conquista da nossa participação organizada ao longo desses anos, a cada ano e à medida que avançamos percebemos como precisamos aprimorar o funcionamento destes processos em que os segmentos civis e sociais organizados se apresentam junto à Comissão de Participação Popular. O primeiro requerimento é para uma apresentação mais didática dos gestores do Executivo. Assim como somos convidados a apresentar as nossas propostas seguindo toda a lógica do documento do PPAG quanto às metas, aos objetivos, às finalidades e aos números das ações, que também os gestores do Executivo apresentem uma mesma direção, a fim de que os que estão aprendendo e avançando no domínio da peça orçamentária possam entender claramente como estão expressos no Orçamento a ação, o projeto, o programa, a função, a meta física e a meta orçamentária. Entendemos que isso facilita muito, e não nos perdemos no emaranhado quando a peça é apresentada em bloco pelo Executivo. O segundo requerimento é para acrescentarmos a esse processo de acompanhamento de ciclo orçamentário audiências trimestrais de monitoramento da execução, de forma a estarmos mais próximos dos gestores, dos estruturadores e dos programas especiais. O objetivo é acompanharmos mais de perto para intervir em tempo de revisão e, como a Marilene disse, para haver também maior efetividade na execução do Orçamento. Obrigada.

O Sr. André Abreu Reis - Em relação à primeira proposta, o requerimento é para que as apresentações dos gestores sejam feitas como apresentadas no plano? A senhora se refere à apresentação feita inicialmente?

A Sra. Dinéia Domingues - Sim. O pedido é para que as apresentações sejam feitas de forma mais didática, a fim de que a ilustração da peça, das ações e da finalidade se aproximem da nossa capacidade de leitura.

O Sr. Presidente - Obrigado, Dinéia. Depois farei um comentário sobre a sugestão. Com a palavra, Marcos Vinícius Polignano, relator do Grupo 14 - Qualidade Ambiental -, representante do Projeto Manuelzão.

O Sr. Marcos Vinícius Polignano - Boa-tarde a todos. O Grupo 14 - Qualidade Ambiental - foi presidido pelo Deputado João Leite. Tivemos 80 aguerridos participantes. Nesse grupo, foram discutidos os seguintes temas ou programas estruturadores: Revitalização do Rio das Velhas - Meta 2010 -, Conservação do Cerrado e Recuperação da Mata Atlântica, Resíduos Sólidos e Consolidação da Gestão de Recursos Hídricos em Bacias Hidrográficas. As apresentações por parte do Executivo foram feitas pelas gerências e coordenações do Sisema, da Fundação Estadual do Meio Ambiente, do IEF, do IMA e por representantes da Semad. O grupo concluiu que, embora a questão ambiental apresente avanços importantes, é preciso investir mais na gestão ambiental do Estado, a fim de que possamos atingir mais Municípios, bacias hidrográficas, populações e biodiversidades de todo o Estado. Também se discutiu a necessidade de valorizar os técnicos do Sisema, de ampliar quadros e de instrumentalizá-los melhor, a fim de desenvolvermos ações de execução e de fiscalização ambientais. Um dos temas debatidos também foi uma suposta redução de valores orçamentários das ações que integram os quatro programas estruturadores.

Há uma questão a ser melhorada. Às vezes a apresentação da peça orçamentária para os grupos fica um pouco complexa ou um pouco confusa. Um dos membros, que trabalha com a parte orçamentária, esclareceu que não houve redução de valores, já que estes foram apenas

realocados dentro dos próprios órgãos dos Sisemas, por se constituírem de dispêndios financeiros de rotina de tais instituições. Às vezes não fica claro o que está sendo alocado no programa estruturador e o que está sendo alocado no sistema como um todo, ou seja, dentro dos órgãos ou instituições que compõem aquele conjunto de ações.

Questionou-se a eficiência de várias ações voltadas para o projeto de conservação e preservação do cerrado e da mata atlântica, às vezes por se tratar de medidas isoladas e pontuais, razão pela qual deveriam ser repensadas, no que tange aos seus objetivos e às suas finalidades. Falaram muito sobre esgotamento sanitário como deficiência grave no Estado de Minas, principalmente nas cidades de médio porte. Sustenta-se que, para se atingir uma qualidade ambiental, torna-se imprescindível, indispensável, investimento maior no esgotamento sanitário, uma vez que ele compromete as águas de Minas, tanto na qualidade quanto na quantidade.

Discutiu-se também no grupo a preocupação com as queimadas. O IEF expôs a estrutura de que hoje dispõe como a de uma brigada de incêndio bastante eficiente. Todavia, foi destacada a necessidade de que esse sistema de monitoramento e de combate a incêndio fosse o foco das preocupações, em termos de gestão ambiental.

Quanto aos resíduos sólidos, a Feam destacou, assim como os demais componentes do grupo, a importância do Projeto de Lei nº 1.269/2007, que tramita nesta Casa, o qual é fundamental para a consolidação da gestão dos resíduos sólidos no Estado. Trata-se de um apelo à Casa para que esse projeto tramite com rapidez e agilidade a fim de que tenhamos em mão esse instrumento de gestão.

Respaldearei aqui um ponto destacado pelo grupo durante seu encontro. Foi dito que, às vezes, luta-se muito para se obter um orçamento, sendo que é preciso haver luta também pela aplicação desse orçamento. Pelo próprio grupo foi afirmado que, relativamente ao Orçamento do ano passado, a aplicação orçamentária de determinadas rubricas não chegava a 20%. Assim, não basta que se aprovelem valores a serem colocados na peça orçamentária, é também fundamental que o Estado tenha capacidade de gestão para aplicação dos valores em tempo hábil. Do contrário, o tempo passa, mas o recurso não é aplicado.

Como proposta de aprimoramento da discussão do PPAG, sugerimos que se deixe claro o montante de recursos de que se dispõe para determinado setor. Por exemplo: qual é o montante total de recursos disponíveis para o meio ambiente? Quanto está sendo aplicado, percentualmente, em cada rubrica? Vamos imaginar que o grupo defina que uma prioridade é maior que outra. Fica difícil discutir de onde tirar recursos, porque não se tem uma idéia sistêmica, uma idéia global do montante de recursos destinados a cada questão.

Penso que deveríamos ter um tempo maior para a discussão, porque às vezes se discute, ao mesmo tempo, gestão, avaliação e propostas e orçamento, que é uma peça mais complicada. Então deveria haver um momento para podermos avaliar e priorizar as questões de avaliação e gestão, fazer as prioridades que o grupo determina, e, num segundo momento, proporíamos as alterações da peça orçamentária, porque essa discussão é mais complicada. Às vezes há uma confusão, porque se discute gestão ao mesmo tempo em que se discute a questão das rubricas orçamentárias. Essa questão às vezes se confunde dentro do grupo.

Leitura de Manifesto

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Marcos Vinícius Polignano. Neste momento, vou ler uma proposta apresentada, da qual foi solicitada a leitura. Na verdade ela guarda correspondência em um dos grupos, Redução da Pobreza, mas trata-se de um manifesto entregue ao Presidente da Assembléia Legislativa e ao André, da Seplag. (- Lê:)

"Belo Horizonte, 7 de novembro de 2008. Manifesto do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária. Criação de Fundo para efetivação da Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado de Minas Gerais.

Aos representantes do Executivo e do Legislativo na revisão do PPAG.

Nós, do Movimento de Economia Popular Solidária, vimos manifestar o nosso reconhecimento pelo envolvimento desses dois Poderes do Estado na aprovação da lei estadual de economia e a sua sanção. Acreditamos que foi muito importante a sua regulamentação, que está em fase de conclusão com a realização da assembléia estadual, coordenada pela Sedese, para a constituição do Conselho Estadual de Economia Popular Solidária, instrumento que terá a responsabilidade de implantar as diversas políticas pretendidas pela lei estadual de fomento a essa economia. Para tanto, em uma fase de transição, apresentamos três emendas ao PPAG nessa revisão. Elas têm como objeto desenvolver ações previstas em lei. As emendas são: adequação de meta física financeira da Ação 4643 - Implantação da Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária; estruturação e consolidação dos fóruns regionais de economia popular solidária; manutenção da Ação 4010, com modificação do nome dessa ação, da finalidade, meta física e unidade orçamentária.

Sabemos a importância do envolvimento tanto do Legislativo quanto do Executivo em relação à lei estadual, uma vez que o dispositivo que deverá ser criado por lei específica é o Fundo Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária. Esse fundo possibilitará a efetivação das diversas atividades que serão desenvolvidas em Minas Gerais, com o objetivo de consolidar a economia popular solidária, como instrumento de desenvolvimento local sustentável, seguindo os princípios do movimento, além de cumprir as determinações previstas na lei. Para tanto, reivindicamos a elaboração da lei que criará o Fundo Estadual de Fomento ao Desenvolvimento da Economia Popular Solidária - art. 18 da Lei nº 15.028, de 19/1/94. Atenciosamente, Coordenação Estadual do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária".

Entrego-o ao Secretário André Abreu, para o encaminhamento dentro do governo. A parte da Assembléia será entregue ao Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho.

Com a palavra, em nome dos Deputados que participaram do processo e coordenaram os grupos de trabalho, o Deputado Carlin Moura, que coordenou o grupo de educação e é membro das Comissões Permanentes de Participação Popular e de Educação, da Casa.

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, antes da minha intervenção propriamente dita, a Dinéia gostaria de prestar um esclarecimento.

A Sra. Dinéia Domingues - Recebemos um bilhete de algumas pessoas que estiveram no Grupo Educação de Qualidade. Relembrando, foram 49 propostas. Nesse relatório, não apresentamos as propostas, mas apenas uma síntese. Então o pessoal da Uemg pediu para reforçar, lembrar aqui, e encaminharam a proposta relativa à inclusão da construção do Câmpus BH da Uemg e à formação dos professores pelas universidades.

Palavras do Deputado Carlin Moura

Deputado André Quintão, na verdade, a cada ano aprimoramos essa participação popular. Vamos chegar ao ponto de ter uma presença significativa do Estado, concretizando até, quem sabe, a implementação propriamente dita de um orçamento participativo direto.

O que nos chamou à atenção, especialmente nos grupos que acompanhei, foi a preocupação das pessoas quanto à execução orçamentária. Você faz as propostas, acrescenta, faz emendas e sempre fica na expectativa de se serão executadas. Por isso o acompanhamento da execução orçamentária é de fundamental importância, assim como o acompanhamento da implementação dos programas estruturadores.

Vejam o exemplo do Grupo Educação de Qualidade, os laboratórios de internet e informática, a merenda escolar... Os gestores apresentam os programas, e as pessoas sempre dizem que não sabem onde isso acontece, em qual escola. Elas têm dificuldade para ver o andamento concreto e real desses programas estruturadores. Precisamos, pois, aprimorar os mecanismos para que a comunidade acompanhe o processo, faça as chamadas "blitze" de execução orçamentária. Vamos às escolas, aos Municípios e às regiões fazer o acompanhamento "in loco" desses programas. Dessa forma, é possível haver uma efetividade maior dos programas e uma proximidade dos cidadãos com a estrutura governamental. Talvez esse seja o grande desafio para os próximos anos.

Parabenizo os representantes das associações, entidades e comunidades pela participação. Acompanhei as etapas realizadas no interior. Todas tiveram presença significativa da comunidade. É isso o que valoriza e fortalece esses mecanismos de controle popular. Parabenizo ainda toda a Assembléia Legislativa pela iniciativa, os nossos assessores e, de forma muito especial, o nosso Presidente, Deputado André Quintão, que carrega essa missão sagrada da participação popular, que se aprimora a cada ano. Estão todos de parabéns. Temos certeza de que, com esse mecanismo de participação popular, quem ganha é a democracia, a cidadania e os trabalhadores de Minas Gerais. Os resultados haverão de ser cada dia mais eficazes e efetivos. Vamos a cada dia aprimorar a nossa participação popular.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Deputado Carlin Moura, por sua contribuição. Agradecemos ainda aos Deputados Eros Biondini, João Leite e Gustavo Valadares, aos membros da Comissão de Fiscalização Financeira, ao Presidente, Deputado Zé Maia, ao Deputado Lafayette de Andrada, relator do PPAG, e ao Deputado Sebastião Helvécio, relator do projeto no ano retrasado.

A Comissão de Participação Popular se reúne todas as quintas-feiras, às 14h30min; então vamos receber de bom grado quem quiser formular uma avaliação do processo mais acabada e com sugestões para o ano que vem. Agora, os que tiverem o seu "e-mail" registrado na Assembléia, a GPI e a Assessoria de Comunicação lhes enviarão um comunicado.

É importante acertarmos os números de participação para a imprensa e, principalmente, para o pessoal da Assembléia. Foram 1.300 participações nos grupos, sendo que uma mesma pessoa pode ter participado de mais de um grupo. Para não haver nenhuma distorção nos números, o número estimado de presença nas audiências foi de 993 pessoas, incluindo a participação nas audiências do interior até aqui realizadas, lembrando que ainda falta a audiência de Montes Claros, que acontecerá no dia 13 de novembro. Até agora, 993 pessoas participaram.

Foram 408 propostas apresentadas. Deputado Carlin Moura, V. Exa. não estava presente no início, por isso gostaria de lembrar-lhe que, na revisão de 2004, foram 197 propostas apresentadas, na de 2005, 214, e na de 2006, 77. A maior audiência de participação aconteceu no ano passado, com um número aproximado de mil pessoas, e ela não tratou de revisão, mas sim de elaboração. A participação deste ano já bateu recorde, com certeza, porque ainda haverá a realização da audiência de Montes Claros. É recorde de proposta e recorde de participação, mas o principal recorde que pudemos observar foi o de qualidade das propostas apresentadas. Esse foi o maior avanço.

No final, o André fará a sua intervenção e eu também farei um breve discurso sobre o processo, já que muitas pessoas me perguntaram o que irá acontecer. Mas, antes, gostaria de fazer a entrega formal das propostas para a Assembléia Legislativa. O pessoal da Comissão de Fiscalização Financeira está acompanhando o Presidente da Assembléia num evento em Belém do Pará, por esse motivo eles me pediram que recebesse as propostas em nome da referida Comissão.

De comum acordo com a organização da audiência de revisão, chegamos à conclusão de que um grande avanço que tivemos nessa revisão foi a participação do movimento dos idosos, não digo pela primeira vez, isoladamente, mas organizadamente. Foi a participação mais ativa, mostrando o crescimento desse processo.

A ata desta audiência pública contendo a transcrição completa das exposições e debates será publicada no "Diário do Legislativo", edição do dia 22/11/2008, sábado. Aos interessados em gravar em vídeo os trabalhos da audiência pública, esclarecemos que não será possível fornecer cópia das gravações, razão pela qual haverá reprise do evento pela TV Assembléia. A reprise de abertura da audiência pública do dia 5 de novembro será exibida no dia 21 de novembro, sexta-feira, às 8h30min. O dia de hoje será reprisado no dia 22 de novembro, sábado, às 8h30min.

A Gerência de Projetos, a Consultoria, manterá contato com os que deixaram seu "e-mail" na ficha de inscrição, por meio de comunicação com os que tiverem qualquer avaliação, sugestão ou crítica do processo, como, aliás, vários grupos assim já o fizeram. Vocês serão contatados para que possamos receber críticas e sugestões por "e-mail". Quem não tiver o "e-mail", pode fazê-lo e entregar diretamente a nós. Aqui não temos burocracia.

Entrega das Propostas dos Grupos de Trabalho

O Sr. Presidente - Para fazer a entrega das propostas mencionadas, a entrega oficial, vamos convidar uma representante do Conselho Estadual do Idoso, que participou de todo o processo em Belo Horizonte, que é a Sra. Geralda Helena Goes Guerra. É ela que fará a entrega das propostas oficialmente à Assembléia. Para falar que brasileiro não é pontual, são exatamente 16 horas, exatamente o horário que está no convite para a entrega. Nunca na história da Assembléia deve ter acontecido isso.

A Sra. Geralda Helena Goes Guerra - Eu gostaria de agradecer esta oportunidade, a honra de estar aqui para entregar as propostas em nome da sociedade civil e, em especial, do Conselho Estadual do Idoso. Esta é uma oportunidade maravilhosa para o povo de Minas Gerais, que pode exercer a sua cidadania. Quero agradecer também a toda a equipe que compôs essa organização, tudo muito bem-organizado. Então, é com muita honra que passo às mãos do Deputado André Quintão essas propostas.

- Procede-se à entrega das propostas dos grupos de trabalho.

O Sr. Presidente - Agradecemos à D. Geralda, do Conselho Estadual do Idoso. Passo a palavra, para suas considerações finais, ao companheiro André, da Seplag.

O Sr. André Abreu Reis - Só vim agradecer a participação de todos nesta etapa da audiência pública e fazer considerações sobre alguns comentários que aqui surgiram. O comentário da Dinéia, por exemplo, suscita algumas questões, principalmente porque, pelas apresentações, o que dificulta a sistematização conforme o plano é a quantidade de ações de cada programa. Há programas da ciência e tecnologia que tem 30, 40 ações. Então, o medo era tornar aquilo muito extenso também para as apresentações, mas ficaremos centrados nessa questão de organizar conforme a apresentação do plano, para facilitar a leitura...

A Sra. Dinéia Domingues - Se aparecem pelo menos os números, as pessoas que estão com o documento em mão têm como acompanhar.

O Sr. André Abreu Reis - Fazem a identificação e reconhecem; perfeito.

Também quanto à perspectiva de acompanhamento - já que é importante, a partir de agora, fazer o acompanhamento dessa execução -, desde 2008, no "site" da Seplag, está disponível a execução das metas físicas e financeiras de todas as ações do governo. Bimestralmente é publicado um relatório de acompanhamento, de monitoramento. E um documento pouco acessado, bastante significativo e que se refere às realizações do exercício anterior, já de execução, que é entregue no primeiro dia da sessão legislativa, é a mensagem do Governador. Então, todo dia 1º de fevereiro, é entregue, na Assembléia Legislativa, um documento em que estão consolidadas todas as informações de execução dos programas e ações do ano anterior. Neste ano de 2008, estão todas as ações relativas a 2007.

É claro que fazemos um resumo, são cerca de 240 páginas, tudo separado por órgão, por setor governamental. Não constam todas as ações. Na Seplag temos esse trabalho de reduzir a quantidade de informações que nos chegam. Pedimos em torno de 4 ou 5 páginas por setor governamental, mas, às vezes, chegam-nos 40, 50 páginas, então temos que fazer esse trabalho de síntese. É um trabalho arriscado, como o da própria apresentação, porque pode não deixar tão clara a correspondência com o plano. Porém, no final, em anexo, estão todas as ações e programas com sua execução física e financeira e com o percentual de execução de cada uma delas. E, na frente do documento, há um texto em que são contadas as principais realizações.

Não sei se as Assembléias Legislativas dos outros Estados dispõem dessa relação: uma prestação de contas do Poder Executivo para a Assembléia Legislativa. Esse é um documento ainda pouco acessado e pouco explorado. O próprio pessoal da Secretaria de Planejamento se surpreende com o que vem sendo realizado, porque não temos domínio de 100% das ações que são realizadas no Estado. Fazemos um acompanhamento metodológico das principais ações do governo no que tange aos programas estruturadores. É um instrumento bastante rico, e podemos tirar informações relevantes sobre a execução das políticas públicas no Estado.

Sobre esse documento de acompanhamento para o ano de 2009, pretendemos fazer isso por região, já que tem sido uma demanda recorrente aqui, ressaltadas todas as dificuldades na regionalização. Os gestores têm dificuldades técnicas muito significativas para a regionalização de despesas porque os contratos abrangem diversas regiões do Estado. Temos feito por proporção a meta física. Temos utilizado alguns critérios que facilitam essa regionalização e a apropriação dessa despesa em cada região do Estado. Estamos em fase de experiência. Estamos também aprendendo com esse novo formato de prestação de informação, já que o plano é elaborado de acordo com a região. Temos tentado prestar essa informação do acompanhamento do planejamento de monitoramento no Sigplan, gerando esse relatório que está hoje disponível na Seplag a cada bimestre. Temos feito esse exercício e esse aprendizado. Isso tem facilitado aos órgãos prestar essa informação. Acho que isso vai ser enriquecedor, pois tem sido demanda recorrente a observação da informação regional dentro da execução das políticas públicas no Estado.

No mais, só tenho a agradecer. O Deputado vai falar sobre o encaminhamento dos resultados dessas audiências, como será a participação do Executivo na observação e no acompanhamento dessas emendas e sobre a negociação de como isso se dará, como vamos acolher isso no exercício de 2009. Só tenho a agradecer a todos e dizer que há diversas formas de acompanhamento dessas políticas. Acho que isso deve ser usado, enriquecendo a experiência de todos. Espero que essa participação seja cada vez mais proveitosa para o Executivo, para o Legislativo e para a sociedade do Estado de Minas. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com certeza, receberemos mais propostas na quinta-feira, em Montes Claros. Essas propostas serão cheçadas uma a uma. Itaobim apresentou uma proposta no grupo, mas outras pessoas apresentaram propostas descentralizadas. Alguns movimentos apresentaram a mesma proposta em mais de um grupo por se tratar de área afim. Faremos uma aglutinação, seguida de uma triagem das propostas. Algumas propostas incidem diretamente no Orçamento e no PPAG. Pode haver propostas que requeiram participação de um ou outro ente federado ou de uma ação que não depende do PPAG ou do Orçamento. Estas poderão ser resolvidas por meio de um requerimento ou de uma gestão junto ao órgão público. Vamos fazer uma triagem. Por uma questão regimental da Assembléia, as propostas que possam ter incidência no PPAG ou no Orçamento serão priorizadas para efeito de análise. Mas todas elas serão submetidas ao crivo da Comissão de Participação Popular. Essas propostas que dizem respeito ao PPAG e ao Orçamento receberão, por parte da Comissão de Participação Popular, inicialmente, um parecer.

Na condição de Presidente, vou designar os Deputados que irão relatar essas propostas. Elas serão objeto de um exame técnico por parte da assessoria da Assembléia Legislativa. No início desse processo, há uma negociação política com o governo do Estado e com a Comissão de Fiscalização Financeira. É bom esclarecer que já no início desse processo técnico há uma negociação política com o governo do Estado e a Comissão de Fiscalização Financeira. Queremos um processo em que o parecer da Comissão de Participação Popular seja respeitado na Comissão de Fiscalização Financeira e aprovado em Plenário, para que seja concluído com êxito. Sabemos que nem todas as propostas são acolhidas, nem as populares nem as dos Deputados, mas sabemos que desde 2003 muitas propostas foram acolhidas. Na abertura desta reunião mencionei o projeto estruturador Implantação do Suas, que foi resultado de emenda popular, hoje no valor de R\$36.000.000,00; o início da alimentação escolar no ensino médio noturno, que também foi resultado de emenda popular apresentada no Plenário; e outras iniciativas.

Portanto, esse é um processo de negociação, pressão, sensibilização e compartilhamento com a Comissão de Fiscalização Financeira, com a base do governo nesta Casa e com a Seplag. Esse processo é público, os pareceres são publicados no "Minas Gerais" e disponibilizados pela Comissão. Todo esse procedimento pode ser acompanhado pela população. Provavelmente até o final do mês de novembro, as sugestões que porventura sejam transformadas em emendas serão apresentadas, e, do ponto de vista regimental, temos até 18 de dezembro para concluir a votação tanto do Orçamento quanto do PPAG. Na medida do possível, sugiro que vocês acompanhem o processo, seja pelo "site" da Assembléia, onde serão disponibilizados os encaminhamentos da revisão do PPAG, seja pelo "Minas Gerais" ou diretamente na Assembléia Legislativa.

André, espero que você se empenhe bastante nesse processo junto ao governo para que possamos aprovar e acolher o máximo de sugestões ao PPAG e ao Orçamento. A Marilene e a Dinéia disseram que a melhor forma de fortalecer o processo de participação é exatamente acolher e executar as propostas apresentadas. Da nossa parte, teremos todo o interesse e empenho em aprovar o maior número de sugestões.

Palavras do Sr. Presidente

Finalmente, manifesto uma imensa alegria. Lembro-me de que em 2003 muita gente não acreditava nesse processo, pensando que não iria para a frente e que era uma loucura discutir projetos prioritários nas várias áreas em um Estado da dimensão de Minas Gerais; muita gente pensava que havia uma complexidade técnica que não seria incorporada pelos movimentos sociais e populares; muita gente pensava que a tendência das pessoas seria reivindicar o asfalto da rua, o posto de saúde do bairro, a ponte do Distrito rural. Mas a realidade está nos mostrando que temos de apostar nas pessoas e na capacidade de cidadania, na inteligência, na ousadia. Esse processo tem crescido a cada ano, e quando chegamos a um grupo de trabalho e vemos os movimentos com propostas de alterar meta física na ação tal do projeto estruturador tal, vinculado a tal área de resultados, solicitando regionalização da ação, querendo saber qual o critério de aplicação do programa naquele Município e não no outro, enfim, quando vemos isso, comprovamos que as pessoas querem participar. O que falta, às vezes, é oportunidade, além de um processo mais adequado e o respeito a esse processo.

Ficamos muito felizes com este processo de revisão. Ressalto que estamos fazendo a primeira revisão. No ano passado, houve muita gente, mas, no ano passado, fazíamos a elaboração do PPAG. Então, nesta primeira revisão, batemos o recorde de proposta e de presença, e aproveito para dar o testemunho de que a qualidade da participação aumentou muito. Então, agradeço muito a todos e afirmo que vamos aperfeiçoar esse processo. Aliás, há aqui uma proposta pela qual tenho a maior simpatia e de que quero mesmo ser relator: aquela que prevê uma prestação de contas trimestral ou quadrimestral da execução orçamentária dos projetos estruturadores nesta Casa. Talvez tenhamos que compatibilizar os prazos, já que geralmente em janeiro e em fevereiro o Orçamento tem baixíssima execução - então, talvez tenhamos que colocar uma no meio do primeiro semestre, uma antecedendo a revisão e uma na própria revisão, ou seja, três vezes ao ano. Mas vamos analisar essa proposta com muito carinho. Como lembrou muito bem o Marcos Vinícius, concentra-se muito em avaliar gestão, resultado, proposta apresentada e proposta da sociedade civil; assim esse processo de acompanhamento ou de monitoramento durante o ano é um grande avanço, até porque antes não havia nem a revisão - em determinado ano, discutíamos o PPAG, que tomava poeira por quatro anos, até que chegava outro para discutirmos. A revisão anual resolve ao menos esse problema de tomar poeira por quatro anos. Agora vamos além: essa proposta pode fazer com que, no desenrolar do ano, acompanhemos a execução; assim, quando chegarmos à revisão, já estaremos até com um conhecimento melhor sobre problemas, avanços e desafios. Então, vou trazer essa discussão para dentro da Assembléia. Esse requerimento pode até, Dinéia, ser transformado em emenda à lei, a exemplo da revisão anual. Podemos colocar essa sugestão na lei do PPAG, obrigando o governo a fazer esse monitoramento na Assembléia Legislativa, conosco, trimestral ou quadrimestralmente.

Há outra proposta que até já encaminhei nesta Casa. Nosso mandato realizou algumas oficinas de capacitação, mas acho que essas oficinas de capacitação devem ser assumidas institucionalmente pela Assembléia e com o apoio da Seplag. Assim quem quiser ter mais aprofundamento e formação pode participar com antecedência e de maneira descentralizada.

Toda sugestão é bem-vinda, como reitero para todos que tiverem avaliações, idéias críticas ou sugestões. Como também participei, aproveito para fazer à Mesa e ao pessoal da Assembléia a minha própria sugestão para a próxima revisão. Devemos agir na revisão do PPAG como agimos em seminários legislativos, porque, felizmente, a participação cresceu e o espaço da Escola do Legislativo já está pequeno. Então, temos de fazer os grupos no Plenário, no teatro ou no auditório, para que as pessoas tenham mais conforto. No grupo que coordenei desta vez, até eu tive que me sentar na escada, de tão cheio que estava. Temos de oferecer os espaços maiores da Assembléia Legislativa - o teatro, o auditório e este Plenário -, porque a participação aumentou muito. Além disso, quanto mais conforto para a participação das pessoas mais qualidade nos resultados.

Encerro agradecendo, em primeiro lugar, a todos vocês que aqui estão hoje e que estiveram nos grupos; e às pessoas de Itaobim - a Flávia e a Zuzu -, que, além de participarem em sua região, vieram aqui, mostrando que querem discutir não só o Jequitinhonha mas todo o conjunto do Estado. Aliás, acho que o critério de regionalização não é critério de número de Deputados por região, é o critério de necessidade. E Deputado é Deputado de todo o Estado; é assim que devemos fazer política. Agradeço ainda aos Deputados e às Deputadas que participaram dos grupos de trabalho e desta reunião, na abertura.

Hoje, a maioria da representação desta Casa é de base regionalizada. Então, é o momento em que o parlamentar atende seus compromissos no interior. Muitos justificaram sua ausência, mas estarão conosco acompanhando o processo, particularmente a Comissão de Fiscalização Financeira. Agradeço aos Deputados da nossa Comissão na pessoa do Deputado Carlin Moura.

Já o fiz no início e não me canso de agradecer ao corpo técnico da Assembléia Legislativa, que dá suporte de qualidade para a realização desse processo desde 2003. Desde 2003 os funcionários apostaram nessa idéia, nessa proposta de participação popular, e são eles que garantirão sua continuação. Eles e vocês, porque os Deputados passam, ganham e perdem as eleições, mas o funcionário é da Casa. Junto à sociedade civil organizada, estamos institucionalizando na Assembléia esse procedimento. Quero agradecer também, nas pessoas da Ana, da Máira e da Darklane, a assessoria do nosso gabinete, que se deslocou por Minas Gerais e também deu apoio ao processo da Assembléia Legislativa. Agradeço ao pessoal da Seplag, com o qual acabamos criando, como criei com o Tadeu, o Bernardo, o Ângelo e agora com o André, até relações de fraternidade e amizade, porque eles de fato têm-se empenhado muito nesse processo. Sabemos que o governo é amplo, tem secretarias, área econômica, liberação de recurso, mas quero dar o testemunho de que o núcleo da Seplag sempre apostou muito na valorização do planejamento desse processo.

Penso que estamos hoje concluindo a primeira etapa com chave de ouro. Agora, não imaginam o que é fazer relatório de mais de 400 propostas. Na nossa Comissão estão cinco Deputados para relatar mais de 400 propostas e negociar com a Comissão de Fiscalização Financeira, com o governo, com o Plenário da Assembléia, fazer eventualmente rearranjos, emendas aglutinadoras, alterações. É um trabalho muito intenso, e teremos aproximadamente de cinco a dez dias úteis para realizá-lo.

Esperamos acertar o maior número possível de ações e aprová-las, mas, no mérito de propostas acolhidas, penso que essa apropriação cidadã do mecanismo de planejamento público já é uma conquista irreversível do processo de discussão do ciclo orçamentário, das leis orçamentárias em Minas Gerais. Isso se deve a vocês, porque sem vocês não haveria esse processo desde 2003.

Do fundo do coração, muito obrigado. Fico muito orgulhoso de estar num Estado onde a sociedade organizada é responsável pela única experiência de participação popular em planejamento de médio prazo no Brasil. Em nenhuma outra Assembléia Legislativa do País existe um processo tão organizado e tão efetivo como o que realizamos em Minas Gerais. Muito obrigado e que Deus continue a iluminar os nossos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 10, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 4/11/2008

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Juninho Araújo e Gil Pereira, membros da supracitada Comissão, e a Deputada Gláucia Brandão (substituindo o Deputado Djalma Diniz, por indicação da Liderança do BPS). Está presente, também, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Juninho Araújo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Gláucia Brandão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento do ofício do Sr. Marcos Bicalho, chefe de gabinete da Secretaria de Transportes e Obras Públicas solicitando o agendamento de nova data para visita na região do Barreiro, e da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG, e Marcelo Pacheco dos Guarany, Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (25/10/2008). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.951/2008. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.469, 2.639 e 2.648/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Dinis Pinheiro, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública

para obter informações sobre o atraso na construção do viaduto rodoviário sobre a linha férrea no perímetro urbano do Município de Sarzedo; Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja realizada reunião de audiência pública, no Município de Ouro Fino para debater, juntamente com o DER-MG a possibilidade de elaborar um estudo técnico para viabilizar o projeto de asfaltamento da estrada que liga esse Município ao Município de Santa Rita de Caldas, e sejam encaminhados pedidos de providências ao Superintendente do DNIT em Minas Gerais para instalação de redutores de velocidade no trevo próximo ao Município de Santa Rita do Sapucaí, localizado na entrada da cidade, no sentido Pouso Alegre; Gil Pereira em que pleiteia sejam solicitadas aos Diretores-Gerais do DNIT e do DER-MG providências para agilizar o início das obras do anel rodoviário de Montes Claros, unindo a BR-251 à BR-135, ao Ministro dos Transportes e ao Diretor-Geral do DNIT solicitando seja realizada licitação para restauração e ampliação da rodovia BR-135 no trecho compreendido entre o Município de Montes Claros e a BR-040. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2008.

Juninho Araújo, Presidente.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 5/11/2008

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Walter Tosta e Ademir Lucas (substituindo este ao Deputado Domingos Sávio, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Walter Tosta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofício do Sr. Paulo César Régis de Souza, Presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social, encaminhando exemplar da publicação "O Livro Negro da Previdência 2008". O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.759, 2.798, 2.804, 2.806 e 2.818/2008, em turno único (Deputado Walter Tosta); 2.767, 2.782 e 2.792/2008, em turno único (Deputado Antônio Carlos Arantes); 2.335, 2.793, 2.796 e 2.816/2008, em turno único (Deputada Elisa Costa); 2.698/2008, em 1º turno, 2.184, 2.686, 2.712, 2.769, 2.779, 2.805 e 2.815/2008, em turno único (Deputado Domingos Sávio); e avoca a si a relatoria do Projeto de Lei nº 2.778/2008, em turno único. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.335, 2.760, 2.762, 2.764, este com a Emenda nº 1, e 2.770/2008 (relatora: Deputada Elisa Costa); 2.767/2008 (relator: Deputado Antônio Carlos Arantes), que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.949/2008. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 244, 1.400, 1.421/2007, 2.406, 2.624, 2.661, 2.665, 2.666 e 2.708/2008. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2008.

Rosângela Reis, Presidente - Antônio Carlos Arantes - Elisa Costa.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DAS SERRAS DA CALÇADA E DA MOEDA, EM 11/11/2008

Às 15h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Dalmo Ribeiro Silva, Almir Paraca e Fábio Avelar, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Irani Barbosa, Délio Malheiros e Dinis Pinheiro. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, com convidados, sobre a Serra da Moeda, abordando os seguintes temas: localização e abrangência da área a ser protegida, situação fundiária, atividades econômicas atuais e potenciais, propostas para sua proteção e desenvolvimento econômico sustentável e comunica o recebimento de ofício do Sr. Aroldo Alves, Presidente da Organização Social da Sociedade Civil de Interesse Público da Comunidade Moedense - Oscip-CM, apresentando o apoio dessa entidade aos trabalhos da Comissão. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Newton Reis de Oliveira Luz, Diretor de Mineração, representando o Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado, Raphael Guimarães Andrade; Maria Marta Martins de Araújo, Vice-Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - Iepha-MG -, representando o Presidente, Carlos Roberto Noronha, e também o Secretário de Estado de Cultura, Paulo Brant; Marcus Paulo de Souza Miranda, Coordenador da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico, representando o Sr. Jarbas Soares Júnior, Procurador-Geral de Justiça, Júlio César Nery, Conselheiro do Sindiextra; e Wilfred Brandt, Presidente da Empresa Brandt Meio Ambiente Ltda., representando o Sr. José Fernando Coura, Presidente do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais - Sindiextra; Wagner Soares Costa, Gerente de Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg -, representando o Presidente, Sr. Robson Braga de Andrade; José Eustáquio Machado de Paiva, representante da Associação dos Condomínios Horizontais - ACH; Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, Prefeito Municipal de Ouro Preto; Waldir Silva Salvador de Oliveira, Prefeito Municipal de Itabirito; e Marcelo Pinheiro, Prefeito Municipal de Sarzedo, que são convidados a tomar assento à mesa. Os membros da Comissão, autores do requerimento que deu origem ao debate, fazem suas considerações iniciais. Logo após, o Presidente passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja prorrogado por 30 dias o prazo desta Comissão para conclusão dos trabalhos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece aos convidados e demais participantes pela presença e pelos valiosos subsídios prestados, agradece o comparecimento dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2008.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Fábio Avelar.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 12/11/2008

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Carlin Moura, Eros Biondini, Gustavo Valadares e Fábio Avelar, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Almir Paraca. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, o despejo da Escola de Samba Cidade Jardim de sua quadra, pela Prefeitura de Belo Horizonte. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Alexandre Silva Costa, Presidente do Grêmio Recreativo Escola de Samba Cidade Jardim, João Angoleiro, Presidente de Honra do Grêmio Recreativo Escola de Samba Cidade Jardim, e Yé Borges, músico, compositor, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Carlin Moura, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os

debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados André Quintão, Carlin Moura e Fábio Avelar, em que solicitam seja encaminhado ao Secretário de Políticas Urbanas da Prefeitura de Belo Horizonte pedido de informações sobre a minuta do convênio a ser firmado entre a Prefeitura e o Gres Cidade Jardim, com vistas à devolução do galpão onde funcionava a escola de samba, bem como sobre o prazo para a assinatura do mencionado convênio; seja encaminhado ao Prefeito Municipal de Belo Horizonte e ao Secretário Municipal de Políticas Urbanas pedido de providências para que seja assegurado o imediato retorno do Gres Cidade Jardim ao galpão onde funcionava a Escola, bem como a imediata liberação do material e instrumentos artísticos apreendidos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2008.

André Quintão, Presidente - Eros Biondini - João Leite.

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 12/11/2008

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Gláucia Brandão e Rosângela Reis, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, dá a ata por aprovada e solicita aos membros presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a debater as ações de órgãos e entidades civis do Estado que visem à promoção do artesanato como instrumento de divulgação da cultura e elemento gerador de emprego e renda. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir a Sra Rosária Faria, Assessora de Artesanato, representando Maria Amélia Dorneles, Superintendente do Artesanato da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; Srs. Renato Ciminelli, gerente executivo do Pólo de Excelência Mineral e Metalurgia da Secretaria de Ciência e Tecnologia; Nair de Abreu, Presidente do Centro de Artesanato Mineiro; Sérgio Lélis Santiago Júnior, Diretor de Promoção e Extensão da Fundação de Arte de Ouro Preto - FAOP -, representando também a Secretaria de Cultura, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência, como autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Registra-se a presença do Deputado Antonio Carlos Arantes. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2008.

Gláucia Brandão, Presidente - Ana Maria Resende - Dimas Fabiano.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 13/11/2008

Às 10h13min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Neider Moreira, Sargento Rodrigues e Antônio Júlio (substituindo este ao Deputado Gilberto Abramo, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Ademir Lucas. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e passa à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.853/2008 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Delvito Alves); 2.577/2008 (relator: Deputado Neider Moreira); 2.832/2008 (relator: Deputado Hely Tarquínio). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.814/2008, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de prorrogação de prazo solicitado pelo respectivo relator, Deputado Neider Moreira. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos Projetos de Lei nºs 1.648, 2.281 e 2.761/2008, este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Gilberto Abramo, em virtude de redistribuição); 2.831 e 2.850/2008 (relator: Deputado Delvito Alves). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2008.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Gilberto Abramo - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Hely Tarquínio - Neider Moreira.

ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 18/11/2008

Às 16 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ademir Lucas, André Quintão, Chico Uejo, Inácio Franco e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ademir Lucas, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ivair Nogueira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 46/2008, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Inácio Franco); e dos Projetos de Lei nºs 2.445/2008, com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas por esta Comissão, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado André Quintão); 2.536/2008, com a Emenda nº 2, apresentada por esta Comissão, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Ivair Nogueira); e 2.752/2008 (relator: Deputado Ademir Lucas, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.961, 2.987, 3.004, 3.007 e 3.014/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Ivair Nogueira solicitando a realização de audiência pública desta Comissão para tratar de assuntos relacionados à Defensoria Pública; Domingos Sávio em que solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão com a Comissão de Participação Popular para, em audiência pública, debater e buscar alternativas que assegurem a implantação e o fortalecimento de programas e ações integradas de governos Federal, Estadual e Municipal para assegurar o acesso de moradia digna a todas as famílias mineiras; e Délio Malheiros solicitando a realização de audiência pública para discutir o Plano de Emergência Pluviométrica 2008/2009, apresentado pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, tendo em vista que apenas 50 Municípios do Estado possuem equipes capacitadas e preparadas para enfrentar o período chuvoso. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, amanhã, dia 19, às 16h30min, para apreciar os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 2.164, 2.772, 2.794 e 2833/2008, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2008.

Elmiro Nascimento, Presidente - Ademir Lucas - Fábio Avelar - Inácio Franco - Lafayette de Andrada - André Quintão.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 19/11/2008

Às 16h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elmiro Nascimento, Ademir Lucas, André Quintão, Inácio Franco, Ivair Nogueira, Fábio Avelar (substituindo este ao Deputado Chico Uejo, por indicação da Liderança do BPS) e Lafayette de Andrada (substituindo o Deputado Domingos Sávio, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elmiro Nascimento, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado André Quintão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.772/2008, no 1º turno (Deputado Inácio Franco) e 2.833/2008, no 1º turno (Deputado Ivair Nogueira). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A Presidência informa que faz retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei nºs 2.164/2008 e 2.794/2008, por falta de pressupostos regimentais. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Inácio Franco, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.772/2008, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta, foram recebidas as Propostas de Emendas nºs 1 e 2, do Deputado André Quintão, sendo que a Proposta de Emenda nº 1 é incorporada ao parecer do relator. Encerrada a discussão, é submetido a votação e aprovado o parecer pela aprovação, em 1º turno, do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2 apresentadas. Fica rejeitada a Proposta de Emenda nº 2, do Deputado André Quintão. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.833/2008 (relator: Deputado Ivair Nogueira), com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Constituição e Justiça. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, amanhã, dia 20, às 10 horas para apreciar os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 2.164 e 2.794/2008, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2008.

Elmiro Nascimento, Presidente - Chico Uejo - Lafayette de Andrada - André Quintão - Inácio Franco.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2.867/2008

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Resolução nº 2.867/2008 a seguinte redação:

"Art. 1º - Ficam aprovadas as contas do Governador do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 2007, ressalvados os itens referentes ao cumprimento das vinculações constitucionais às ações e serviços públicos de saúde, em decorrência da inclusão, no cômputo das Despesas com Saúde para fins de cumprimento da Emenda à Constituição nº 29/2000, de despesas 'a priori' não correlacionadas diretamente a ações e serviços públicos de saúde e não financiadas pelos recursos provenientes de impostos e transferências."

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2008.

Almir Paraca

Justificação: A Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária - CAEO -, do Tribunal de Contas do Estado, examinando a Prestação de Contas do Governador para o Exercício de 2007 demonstrou, mais uma vez, o descumprimento, por parte do governo de Minas Gerais, da vinculação de recursos do orçamento fiscal em ações e serviços públicos de saúde, determinada pela Constituição da República. Como consta na folha 2308 do Processo relativo às Contas do Governador de 2007, a CAEO, referindo-se a tentativa de justificação do governo em resposta ao questionamento da Comissão,

"Os esclarecimentos prestados nada acrescentam aos questionamentos, reiteradamente efetuados por esta Corte de Contas, relativos à inclusão, no cômputo das aplicações em saúde, de despesas que não atendem aos princípios contemplados nos arts. 196, 'caput', da CR/88 e 186, parágrafo único, III, da CE/89.

Denotam também, que, ao longo dos anos, não houve a aderência do governo estadual às recomendações desta Casa para redução gradual de tais despesas, haja vista os acréscimos observados, em 2007, nas despesas dos institutos de previdência (IPSEMG e IPSM) e no FUNFIP, consideradas como ações e serviços públicos de saúde.

Dessa forma, a CAEO mantém os seus entendimentos externados no Relatório Técnico no item Ações e Serviços Públicos de Saúde, fls. 1868 a 1904." (grifo nosso)

Entendimentos esses que podem ser resumidos nas seguintes considerações finais da Comissão, às fls. 1.903 e 1.904:

"Conclui a CAEO que, conquanto o governo estadual registre em seus balanços um índice de 13,31% para as aplicações em ASPS, verificam-se significativas reduções desse percentual quando subtraídas, dessas aplicações, aquelas parcelas relativas a ações que, não apresentando os atributos de universalidade e gratuidade, afastariam a possibilidade de serem classificadas como aplicações em saúde. É o caso das despesas realizadas em atividades da PMMG, dos institutos de previdência (IPSEMG, IPSM), dos benefícios previdenciários bem assim dos investimentos em saneamento básico urbano - Copasa. Não fossem tais despesas carregadas ao montante das aplicações, o índice mínimo exigido restaria não cumprido, visto que se reduziria quase à metade após os expurgos.

Assim, sob o argumento de um maior financiamento do Setor, assiste-se à tentativa de redefinição do conceito de saúde, agregando-se, a cada ano, gastos em "linhas de aplicações externas ao Sistema Estadual de Saúde". O procedimento, como demonstrado neste relatório técnico, na verdade, concorre para uma diminuição do volume de recursos comprometidos com aquele setor. (grifo nosso)

Como é sabido, o parecer exarado pelo TCE não é conclusivo, cabendo exclusivamente à Assembléia Legislativa o julgamento final das Contas. Não resta dúvida sobre o caráter político da apreciação dessas Contas, não sendo possível, no entanto, em decorrência dos princípios constitucionais, em especial o da razoabilidade, o desconhecimento do expressivo esforço realizado pelo TCE no entendimento e na análise dos aspectos contábeis, jurídicos e administrativos da execução orçamentária. Entendemos a necessidade de ponderação política dos eventuais erros técnicos incorridos, mas acreditamos que esta Casa não pode se furtrar a manifestar sua discordância com relação a falhas que atingem a própria estrutura constitucional da República, tornadas mais graves quando se depreende a deliberada intenção de burla de mandamentos constitucionais.

Com base nos cuidadosos estudos da equipe do TCE consideramos insanáveis as contas apresentadas para demonstração do cumprimento das vinculações constitucionais à saúde, em razão da desobediência aos preceitos constitucionais, do elevado prejuízo causado à população e ao desenvolvimento do Estado e de sua recorrência ao longo dos anos. A reiteração, no que diz respeito às despesas obrigatórias em ações e serviços públicos de saúde, de diversas tentativas de burla ao mandamento constitucional, já denunciadas ao longo dos últimos anos pela oposição nesta Casa, pela sociedade civil organizada e mesmo pelo TCE, torna necessária a manifestação da ALMG e a recusa parcial da aprovação das Contas do Governador.

Como é de conhecimento geral, para o cumprimento da Emenda à Constituição nº 29, de 2000, o Estado deve apresentar uma aplicação mínima de 12% da base vinculável em ações e serviços públicos de saúde. Por essa razão, o balanço geral do Estado apresentou demonstrativo que evidencia uma receita vinculável de R\$18,649 bilhões e despesas apuradas de R\$2,482 bilhão, o que teria resultado em uma aplicação de 13,31%, sendo R\$1,716 bilhão referente à execução dos órgãos e entidades integrantes do Orçamento Fiscal do Estado e R\$765,96 milhões executados pela Copasa no Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado. Note-se que os valores executados pela Copasa são maiores, em R\$150 milhões, do que os executados pelo Fundo Estadual de Saúde, sendo de destacar que menos de 50% das despesas demonstradas pelo Governo foram executadas por órgãos integrantes do SUS. Como aponta o TCE, à folha 1.874, "comparados ao somatório de despesas realizadas nas unidades integrantes do Sistema Estadual de Saúde (R\$ 1.242.540.632,77), tais investimentos perfazem 61,60% dessas despesas."

A inclusão dos investimentos em saneamento efetuados pela Copasa e das ações de atendimento à saúde de servidores executadas por entidades fechadas como o IPSEMG e IPSM está em claro desacordo com o art. 196 da Constituição da República, que garante o "acesso universal e igualitário às ações e serviços" de saúde, assim como com o parágrafo único, III, do art. 186 da Constituição do Estado, que garante a gratuidade do atendimento à saúde, e com o próprio texto da Emenda à Constituição nº 29, que determina a aplicação na saúde de 12% "da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências". Viola ainda o art. 198 da Constituição Federal, que determina que "as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único", referindo-se, portanto, ao SUS.

Quase metade das despesas consideradas pelo governo foram executadas com recursos outros que não os provenientes dos impostos e transferências, em serviços destinados a clientela fechada e contra prestação pecuniária por parte dos usuários, contrariando os preceitos constitucionais de gratuidade e universalidade dos serviços de saúde. Feitas as deduções necessárias para conduzir à legalidade as contas prestadas sobre as despesas em ações e serviços de saúde, o percentual de execução recua para 6,88%, em clara desobediência às Constituições Federal e Estadual.

Destacam-se, entre as despesas que não se enquadram nos critérios constitucionais de universalidade e gratuidade, as despesas de saneamento executadas pela Copasa. Devemos frisar que não se trata de repudiar a importância das ações de saneamento para a melhoria das condições sanitárias da população, mas sim de esclarecer a impossibilidade de que os recursos de uma concessionária possam ser computados para a finalidade constitucional, uma vez que esses são resultantes da contrapartida tarifária cobrada aos usuários, não se confundem com os recursos próprios do tesouro e não obedecem aos princípios de planejamento do SUS.

Como sublinhou o Auditor responsável pelo processo das Contas do Governador de 2006 no TCE, "nos termos do Decreto 43753/04, os serviços prestados pela Copasa não podem ser gratuitos, ou a concessão de tarifas reduzidas para qualquer fim, ressalvados os descontos para atender a população de baixa renda, desde que enquadrados nas exigências das normas internas e legislação vigente. Assim, considerando que os serviços prestados pela Copasa tem em contrapartida o pagamento de tarifa pelo usuário, estamos diante de flagrante desrespeito a disposições constitucionais que determinam a universalidade e gratuidade dos serviços e ações públicas de saúde."

Tal inadequação é apontada pelo Tribunal de Contas pelo menos desde 2004, quando o Conselheiro Relator recomendou a paulatina redução dessas aplicações, não só "para cumprir as disposições legais, como também para que a aplicação esteja mais próxima dos anseios da população, carente de melhores condições de atendimento na Rede Pública de Saúde."

Apesar da significativa melhora das condições financeiras do Estado, propiciada em grande parte pela estabilidade e crescimento da economia nacional perseguidos pelas políticas macroeconômicas do governo federal, o Estado não tem se empenhado em cumprir a integralidade da Emenda nº 29. Como aponta o TCE, "não obstante o aconselhado, a CAEO constata uma incipiente aderência do governo mineiro às recomendações prolatadas por este Tribunal de Contas."

Assim, diante da clara e reiterada disposição do governo descumprir a ordem constitucional, que não precisa, no aspecto da gratuidade do serviço, inscrita em seu próprio texto, de qualquer regulamentação, julgamos necessário que conste da aprovação das Contas de 2006 a ressalva preconizada pela emenda que ora apresentamos.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.776/2008

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Ronaldo Magalhães, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a União dos Clubes Recreativos de Esportes Amadores - Ucrea -, com sede no Município de Itabira.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.776/2008 objetiva declarar de utilidade pública a União dos Clubes Recreativos de Esportes Amadores, com sede no Município de Itabira, que tem como finalidade precípua integrar os seus filiados e a comunidade local, promovendo atividades sociais, culturais, artísticas e esportivas.

É relevante mencionar que a referida instituição prioriza a prática do esporte, e para consecução do seu objetivo efetiva parcerias com entidades especializadas e com os poderes constituídos buscando conferir legalidade e segurança às suas iniciativas, bem como a integridade física dos participantes em eventos promovidos no Município de Itabira e região.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.776/2008, em turno único.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2008.

Maria Lúcia Mendonça, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.851/2008

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Alencar da Silveira Jr., o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária e Cultural Nossa Senhora das Graças, com sede no Município de Serro.

A matéria foi publicada no "Diário do Legislativo" de 30/10/2008 e distribuída a esta Comissão a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.851/2008 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Comunitária e Cultural Nossa Senhora das Graças, com sede no Município de Serro.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Ressalte-se que, no estatuto constitutivo da instituição, o art. 30 determina que as atividades dos seus Diretores, Conselheiros e sócios não serão remuneradas, sendo-lhes vedado o recebimento de lucro, bonificação ou vantagem; e o art. 32 dispõe que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a instituição congênera, com personalidade jurídica, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, ou a entidade pública.

Embora não haja óbice à tramitação do projeto de lei em análise, apresentamos a Emenda nº 1 para adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.851/2008 com a seguinte Emenda nº 1.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária e Cultural Nossa Senhora das Graças do Bairro do Vigário em Serro, com sede no Município de Serro."

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2008.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente e relator - Neider Moreira - Sargento Rodrigues - Antônio Júlio.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 2.680/2008

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

O projeto de lei em análise, do Deputado Braulio Braz, dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para as indústrias do setor de reciclagem em atividade no Estado.

Publicado no "Diário do Legislativo" de 14/8/2008, foi o projeto distribuído a esta Comissão, nos termos do disposto no art. 188, c/c o art. 102, III, "a", do Regimento Interno, para receber parecer quanto aos aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Fundamentação

A proposição em apreço pretende conferir tratamento tributário privilegiado para as empresas que atuam no ramo da reciclagem de vidro, plástico, papel, pneu ou metal, mediante concessão de crédito presumido do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

O projeto foi baixado em diligência à Secretaria de Estado de Fazenda, que se manifestou desfavoravelmente à adoção das medidas propostas, por meio de nota técnica anexada ao processo, em face da violação de preceitos de ordem constitucional e legal que regem a matéria.

Com efeito, a Constituição Federal dispõe, em seu art. 155, § 2º, XII, "g", que cabe a lei complementar a regulação da forma como as isenções, os incentivos e os benefícios de natureza fiscal serão concedidos ou revogados, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal.

Segundo o art. 34, § 8º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta Magna, enquanto não for editada a mencionada norma, prevalecem os comandos insculpidos na Lei Complementar Federal nº 24, de 7/1/75, cujo art. 1º dispõe o seguinte:

"Art. 1º - As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta Lei".

Este procedimento foi reforçado com a nova redação dada pela Emenda à Constituição nº 3 ao art. 150, § 6º, da Carta Federal:

"Art. 150 - (...)

§ 6º - Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2º, XII, "g".

Este mecanismo de concessão de benefício de natureza fiscal foi estabelecido na Carta da República exatamente com o propósito de coibir a "guerra fiscal", nefasta para diversos Estados, e tem sido reconhecido pelo STF nas mais diversas oportunidades.

O estudo elaborado pela Secretaria de Estado de Fazenda demonstra que a implementação das medidas propostas também contraria os preceitos estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 101, de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Esta exige que proposta com as características da que examinamos seja acompanhada de estudos relativos à estimativa do impacto orçamentário-financeiro, além de comprovação de que a renúncia de receita foi considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária, ou, pelo menos, de previsão de medidas para compensação da perda de receita.

Não vemos a possibilidade da tramitação da proposta nesta Casa, em face dos vícios que a contaminam.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 2.680/2008.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2008.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Sargento Rodrigues, relator - Neider Moreira - Hely Tarquínio.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 2.772/2008

Comissão de Administração Pública

Relatório

O Governador do Estado, por meio da Mensagem nº 279/2008, enviou a esta Casa o projeto de lei em epígrafe, que tem por objetivo alterar as Leis nº 15.293, de 5/8/2004, nº 15.464, nº 15.465, nº 15.466 e nº 15.467, de 13/1/2005, e nº 15.961, de 30/12/2005, e criar a carreira de Médico da Área de Seguridade Social.

O projeto foi publicado no "Diário do Legislativo" de 25/9/2008 e distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária para receber parecer, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, do Regimento Interno.

Preliminarmente, a Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria.

Cumpre, agora, a esta Comissão o exame do mérito da proposição.

Fundamentação

O projeto em epígrafe tem por escopo alterar as Leis nº 15.293, de 5/8/2004, que institui a carreira dos profissionais da Educação Básica do Estado de Minas Gerais, nº 15.464, de 13/1/2005, que institui as carreiras do Grupo de Atividades de Tributação, Fiscalização e Arrecadação do Poder Executivo e as carreiras de Técnico Fazendário de Administração e Finanças e de Analista Fazendário de Administração e Finanças, nº 15.465, de 13/1/2005, que institui as carreiras do Grupo de Atividades de Seguridade Social, nº 15.466, de 13/1/2005, que institui as carreiras do Grupo de Atividades de Ciência e Tecnologia, nº 15.467, de 13/1/2005, que institui as carreiras do Grupo de Atividades de Cultura, e nº 15.961, de 30/12/2005, que estabelece as tabelas de vencimento básico das carreiras do Poder Executivo que especifica, dispõe sobre a vantagem temporária incorporável - VTI - e sobre o posicionamento dos servidores nas carreiras.

No tocante à Lei nº 15.293, altera-se o quantitativo de horas-aula que poderão ser acrescidas à carga horária semanal de trabalho do Professor de Educação Básica como instrumento de extensão da carga horária, de que trata o "caput" do art. 35 da referida lei, substituindo-se o atual limite de 50% da carga horária pela soma de 18 horas-aula. Outrossim, acrescenta-se um parágrafo ao citado art. 35, no intuito de estender ao servidor efetivado em decorrência do disposto nos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, acrescidos pela Emenda à Constituição do Estado nº 49, de 2001, o direito à extensão da carga horária quando no exercício de cargo vago ou em substituição. Com efeito, após o advento da Lei Complementar nº 100, de 5/11/2007, vários servidores foram efetivados com número de aulas inferiores a 18 horas-aula semanais, razão pela qual se faz necessária a previsão legal para que também seja concedida a esses servidores a extensão da carga horária de que trata o art. 35. Nos termos da exposição de motivos que acompanha a proposição, "a referida proposta decorre de solicitação da Secretaria de Estado de Educação, objetivando o alcance de meta da atual administração de aproveitamento racional dos recursos humanos existentes e de redução do número de designações para função pública".

Com relação à Lei nº 15.464, amplia-se a atuação dos Auditores Fiscais e dos Gestores Fazendários no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda, atualmente restringida à Subsecretaria da Receita Estadual da referida Pasta. Outrossim, pretende-se permitir que a cessão de servidor de que trata o art. 6º da referida lei possa se dar com ônus para o órgão de origem, desde que a cessão do servidor seja de interesse estratégico da Secretaria de Estado de Fazenda. Tais medidas são também propostas em virtude de solicitação da Secretaria de Estado de Fazenda.

Atendendo a uma reivindicação dos médicos do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg - e ao acordo firmado com o sindicato da classe, cria-se na Lei nº 15.465 a carreira de Médico da Área de Seguridade Social, integrante do Grupo de Atividades de Seguridade Social, cujos cargos serão lotados no Ipsemg, com as respectivas cargas horárias semanais de trabalho. Conseqüentemente, alguns dispositivos da mencionada lei estão sendo modificados para ajustarem-se à nova carreira prevista, especialmente no tocante ao quantitativo de cargos, à carga horária e à própria estrutura da carreira, com os níveis, graus, símbolos de vencimentos e definição das atribuições.

Ressalte-se que o quantitativo de cargos fixado pela proposição para a carreira de Médico da Área de Seguridade Social é o resultado da transformação de 656 cargos da carreira de Analista de Seguridade Social e de 60 cargos correspondentes às funções públicas da mencionada carreira, cujos detentores foram efetivados em decorrência do disposto nos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, acrescido pela Emenda à Constituição nº 49, de 13/6/2001, e lotados no Ipsemg. Sendo assim, dispõe ainda sobre o posicionamento do servidor que teve seu cargo transformado em cargo da carreira de Médico da Área de Seguridade Social na estrutura dessa carreira, estabelecendo-se a correlação entre eles de acordo com o nível e grau de posicionamento atual, não acarretando, portanto, acréscimo ou redução na remuneração.

No que concerne à Lei nº 15.466, altera-se o quantitativo de cargos da carreira de Gestor em Ciência e Tecnologia, pertencente ao Grupo de Atividades de Ciência e Tecnologia, com a criação de 20 cargos para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig -, conforme deliberação da Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças. Igualmente, altera-se ao quantitativo de cargos da carreira de Gestor de Cultura e da carreira de Técnico de Cultura, pertencentes ao Grupo de Atividades de Cultura de que trata a Lei nº 15.467, para a Fundação de Arte Ouro Preto - Faop -, acrescentando-se à primeira 18 cargos e à segunda 21 cargos.

A Comissão de Constituição e Justiça apresentou o Substitutivo nº 1 visando conferir maior clareza ao texto da proposição e adequá-la às disposições constitucionais e legais pertinentes.

Corroboramos os argumentos expendidos que justificaram a apresentação do referido substitutivo e reconhecemos a necessidade das medidas propostas pelo Governador do Estado. Com efeito, para uma administração pública eficiente, é importante que os órgãos e as instituições públicas contem com um quadro de servidores capacitados, aos quais se incumbem o exercício das funções administrativas e o desempenho das atividades de apoio aos objetivos do Estado.

Para viabilizar a decisão do Poder Executivo em conceder o prêmio por produtividade de que trata a Lei nº 17.600, de 1º/7/2008, aos militares do Estado, apresentamos na conclusão deste parecer a Emenda nº 1, alterando a citada Lei nº 17.600, notadamente os dispositivos que tratam da porcentagem do montante dos recursos destinados ao pagamento do prêmio.

Finalmente, por sugestão do Deputado André Quintão, apresentamos a Emenda nº 2 no intuito de atender a uma reivindicação dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo lotados no Ipsemg integrantes das carreiras de Analista de Seguridade Social, Técnico de Seguridade Social e Auxiliar de Seguridade Social.

Conclusão

Somos, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.772/2008 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas a seguir.

EMENDA Nº 1

Acrescente-se onde convier :

"Art. (...) - Ficam revogados o art. 26 e o inciso III do art. 40 da Lei nº 17.600, de 1º de julho de 2008."

EMENDA Nº 2

Acrescente-se onde convier:

"Art. - Fica acrescentado à Lei nº 15.465, de 13 de janeiro de 2005 o seguinte art. 3º-A:

“ Art. 3º-A - Os cargos de provimento efetivo lotados no Ipsemg serão identificados pela designação de Analista de Seguridade Social, Técnico de Seguridade Social e Auxiliar de Seguridade Social, seguido da especialidade relativa à classe ocupada na data de publicação desta lei, conforme o disposto na Tabela IV.I do Anexo IV desta lei.”.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2008.

Elmiro Nascimento, Presidente - Inácio Franco, relator - Ademir Lucas - Ivair Nogueira - André Quintão - Fábio Avelar.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 2.794/2008

Comissão de Administração Pública

Relatório

O Projeto de Lei nº 2.794/2008, do Deputado Leonardo Moreira, acrescenta artigos à Lei nº 13.166, de 20/1/99.

Publicado no "Diário do Legislativo" de 9/10/2008, foi o projeto distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem agora a proposição a esta Comissão para receber parecer sobre o mérito, na forma do art. 188, combinado com o art. 102, I, "e", do Regimento Interno.

Fundamentação

Define a proposta em epígrafe que o perito judicial nomeado nas condições descritas no art. 1º da Lei nº 13.166, de 20/1/99, terá direito ao pagamento de honorários pelo Estado, os quais serão fixados na forma de regulamento, bem como a ser previamente indenizado pelas diligências realizadas em feitos amparados pela justiça gratuita.

A referida Lei nº 13.166, de 1999, dispõe sobre o pagamento pelo Estado de honorários a advogado que não seja Defensor Público, nomeado para defender réu pobre. A intenção agora é estender o direito de ser pago pelo Estado ao Perito judicial nomeado pelo Juiz.

Segundo demonstrou a Comissão de Constituição e Justiça no seu parecer para o 1º turno, a Constituição da República confere competência ao Estado para, em caráter supletivo, tratar da matéria. Além disso, a Lei Maior impõe ao poder público o dever de prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, de modo a recepcionar a Lei Federal nº 1.060, de 1950, segundo a qual a assistência judiciária compreenderá, entre outras isenções, os honorários de advogados e peritos (grifo nosso).

Também demonstrou a citada Comissão que a proposta encontra firme apoio na jurisprudência nacional, mencionando vários julgados nesse sentido.

Aquele que deu causa à propositura da demanda ou à instauração do incidente processual deve responder pelas despesas daí decorrentes. A parte vencida é responsável por todas as despesas realizadas no processo, incluídos os honorários do Perito. Cada parte arca com as despesas do respectivo assistente técnico, e a parte solicitante, com a remuneração do perito judicial, ou o autor, quando requerido por ambas as partes ou determinado pelo Juiz. Ao final, o vencido ressarcirá as despesas realizadas pela parte vencedora, entre elas, as com Perito judicial e assistente técnico. Se o réu for pobre, não terá como arcar com os honorários periciais se for vencido na demanda. Aliás, não tem nem mesmo como antecipar despesas, que, ao final, sejam ressarcidas pelo vencido, caso fosse ele o vencedor.

Tal situação mostra quão justa é a proposta em estudo, que deve merecer, com efeito, o acatamento desta Comissão.

Conclusão

Ante o exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.794/2008 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2008.

Elmiro Nascimento, Presidente - Chico Uejo, relator - Inácio Franco - Lafayette de Andrada - Ivair Nogueira.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 2.833/2008

Comissão de Administração Pública

Relatório

De autoria do Procurador-Geral de Justiça, o projeto de lei em epígrafe "institui o Adicional de Desempenho - ADE - no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais".

Publicada no "Diário do Legislativo" de 30/10/2008, foi a proposição distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

A Comissão de Constituição e Justiça opinou pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria com as Emendas nºs 1 a 3, que apresentou.

Cabe agora a esta Comissão analisar a matéria quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, inciso I, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em análise institui um adicional a ser pago aos servidores do Ministério Público levando em consideração o desempenho no exercício de suas funções. Trata-se de medida oportuna, já adotada no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, para que o servidor público tenha a oportunidade de ser recompensado financeiramente não em decorrência do tempo de serviço público prestado ao Estado, mas em razão da sua produtividade e eficiência, apuradas por meio da Avaliação de Desempenho Individual - ADI.

Pode-se afirmar que o ADE vem substituir o quinquênio, adicional pago aos servidores estaduais unicamente em razão do tempo de serviço prestado. Com a edição da Emenda à Constituição do Estado nº 57, de 2003, vedou-se a concessão de qualquer adicional que leve em conta somente o tempo de serviço público para os servidores que ingressaram no serviço público após a data de sua publicação. Esta emenda, que produziu uma verdadeira reforma administrativa no Estado, propôs uma mudança de paradigma, a partir do qual o princípio da eficiência, erigido em princípio constitucional, passou a ser determinante no estabelecimento de regras no âmbito da administração pública.

O projeto estabelece que o ADE será calculado sobre o vencimento básico do servidor nos percentuais estabelecidos no seu anexo. Os

percentuais são definidos em razão do número de avaliações de desempenho satisfatórias, de forma que um servidor que obteve três resultados satisfatórios em ADIs fará jus ao recebimento de um percentual mensal de 6% sobre o vencimento básico. O percentual máximo é de 70%, no caso de o servidor obter 35 avaliações de desempenho satisfatórias. É considerado satisfatório o resultado igual ou superior a 70% na ADI.

O recebimento do ADE está condicionado ainda à conclusão do estágio probatório. Ressalte-se que o servidor poderá utilizar os resultados satisfatórios em ADI, durante o estágio probatório, para fazer jus ao ADE, findo o seu prazo.

O projeto garante também o pagamento retroativo do ADE para os servidores que ingressaram em cargo efetivo após 15/7/2003, a partir da data em que foram preenchidos os requisitos para o seu recebimento.

A Comissão de Constituição e Justiça, ao analisar a matéria, considerou que o projeto se coaduna com o ordenamento jurídico-constitucional vigente, notadamente no que toca à regra de iniciativa e aos procedimentos formais estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Apresentou, todavia, emendas que aprimoraram a redação da proposição quanto à técnica legislativa.

Quanto aos aspectos de mérito, consideramos que a matéria reveste-se de elevada importância e oportunidade, na medida em que estabelece um estímulo positivo ao servidor público que se esmerar no desempenho de suas funções. Não se pode deixar de ressaltar que a valorização do servidor por meio de gratificações pecuniárias busca, em última análise, a excelência na prestação de serviços públicos. O servidor público é o agente que dá executoriedade à vontade estatal, que deve ser sempre pautada pelo interesse público. Estimular esse agente para que desenvolva, da forma mais eficiente, as suas atribuições legais é dar consistência ao princípio da eficiência, que deve orientar a ação administrativa do Estado.

Como foi destacado neste parecer, os Poderes Executivo e Legislativo já implementaram, por meio das Leis nº 14.693, de 30/7/2003, e nº 17.590, de 20/6/2008, o ADE para os seus servidores. Nesta oportunidade, é o Ministério Público que o faz, de forma equivalente. Consideramos, assim, que a medida merece aprovação deste Parlamento.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.833/2008 com as Emendas nºs 1 a 3, apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2008.

Elmiro Nascimento, Presidente - Ivair Nogueira, relator - André Quintão - Ademir Lucas - Inácio Franco.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 2.837/2008

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Dinis Pinheiro, a proposição em epígrafe institui a "Política de Educação para o Trânsito e dá outras providências".

Publicado no "Diário do Legislativo" de 30/10/2008, o projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para receber parecer, nos termos do art. 188 do Regimento Interno.

Cabe a esta Comissão, preliminarmente, apreciar os aspectos jurídico, constitucional e legal da matéria, consoante dispõe o art. 102, III, "a", do mencionado Regimento.

Fundamentação

A proposição em comento tem o propósito de instituir a Política de Educação para o Trânsito. Para tanto, o art. 1º estabelece os objetivos dessa Política, entre os quais se destacam a promoção de ações de educação para o trânsito com a finalidade de criar uma nova cultura nesse âmbito, e o incentivo a que o cidadão valorize o comportamento seguro no trânsito. Prevê, ainda, a realização de atividades, ações e projetos de educação para o trânsito, levando em consideração as características do público-alvo,

Ademais, institui o Prêmio Detran – Parceiros do Trânsito Seguro - , a ser concedido anualmente pelo Departamento Estadual de Trânsito, com o objetivo de motivar a sociedade mineira a propor melhorias visando à segurança no trânsito, reconhecer as ações realizadas nesse campo, assim como incentivar os Municípios e as instituições a promoverem campanhas para melhorar a segurança no trânsito.

Finalmente, a proposição enumera as categorias e subcategorias de entes a serem beneficiadas com essa premiação, o que abrange pessoas físicas e jurídicas, ao mesmo tempo que define cada uma das categorias especificadas no projeto.

À primeira vista, tem-se a impressão de que o assunto extrapola o âmbito de competência do Estado, por se tratar de normas que fazem alusão a trânsito. Isso porque o art. 22, XI, da Constituição da República assegura explicitamente à União competência privativa para legislar sobre trânsito e transporte. Entretanto, o projeto não contém regras de trânsito ou transporte propriamente ditas nem colide com as disposições da Lei Federal nº 9.503, de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB. O art. 12, I desse diploma normativo assegura ao Conselho Nacional de Trânsito – Contran – a prerrogativa de estabelecer as normas regulamentares previstas no Código e as diretrizes da Política Nacional de Trânsito, a par de outras atribuições.

Diante desse quadro normativo, pode-se partir de duas premissas básicas: a primeira consiste no fato de que apenas a União legisla sobre trânsito, entendido como "a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga e descarga", conforme prescreve o art. 1º, § 1º, do CTB; a segunda reside no fato de que apenas o Contran, que é o órgão máximo normativo e consultivo do Sistema Nacional de Trânsito, goza da atribuição legal para estabelecer diretrizes da Política Nacional de Trânsito. Essas diretrizes foram instituídas por meio da Resolução nº 166, de 2004.

No entanto, não há como confundir normas de trânsito, que abarcam principalmente as regras de circulação de veículos e pessoas nas vias

públicas, com regras de educação para o trânsito. As primeiras devem ser emanadas exclusivamente da União, observado o procedimento legislativo formal, ao passo que as últimas não se restringem ao âmbito federal, uma vez que extrapolam a própria definição de trânsito prevista no CTB. O que pretendemos demonstrar é que a matéria versada no projeto pode ser objeto de disciplina jurídica pelo Estado, já que visa especialmente à mudança de cultura no tocante ao trânsito e à conscientização das pessoas sobre o assunto. Aqui, a idéia dominante é a mudança de atitudes, de comportamentos e de valores, mediante a disseminação de informações e a participação das pessoas na solução de problemas, e só pode ser considerada eficaz na medida em que a população se conscientiza do seu papel como protagonista no trânsito e altera comportamentos irregulares. Nessa linha de raciocínio, tanto a União quanto os Estados podem ditar regras relativas à educação para o trânsito, contanto que as normas emanadas destes não invadam a esfera privativa da União em matéria de trânsito e transporte.

Por outro lado, o simples fato de o CTB dedicar o Capítulo VI, que abrange os arts. 74 a 79, à Educação para o Trânsito não impede o Estado membro de regular a matéria para atender a suas peculiaridades. O "caput" do art. 74 do mencionado Código determina que "a educação para o trânsito é direito de todos e constitui dever prioritário para os componentes do Sistema Nacional de Trânsito" (destaque nosso). Vê-se que o preceito em questão não exclui a competência de outras instituições para o tratamento da matéria, mas tão-somente enfatiza a prioridade dos órgãos e entidades vinculados ao trânsito para atuar nessa seara. Isso corrobora a tese que defendemos nesse parecer segundo a qual as normas atinentes à educação para o trânsito não constituem prerrogativa privativa da União, cabendo ao Estado, por meio de lei, estabelecer comandos gerais e impositivos voltados para o tema, de modo a conscientizar as pessoas sobre o respeito à legislação de trânsito, esta, sim, de competência federal.

Não obstante o assunto enquadrar-se na competência estadual, o projeto contém imprecisões técnicas passíveis de retificação. A primeira diz respeito à instituição de Política de Educação para o Trânsito, quando, na verdade, o que se pretende é o estabelecimento de alguns parâmetros ou diretrizes relativas ao tema. Além disso, a fixação de determinada política pública, por via de regra, depende da iniciativa do Executivo, que a submete à apreciação do Poder Legislativo.

Outro equívoco consta no art. 4º da proposição, que trata do Prêmio Detran – Parceiros do Trânsito Seguro -, a ser concedido anualmente pelo Detran. Nesse ponto, entendemos que a instituição de prêmio extrapola a natureza das normas que contêm diretrizes sobre a educação para o trânsito. Tal prêmio pode ser criado pelo próprio órgão de trânsito, independentemente de previsão legislativa explícita. A rigor, o dispositivo atribui competência ao Detran, que é órgão de trânsito do Executivo, configurando invasão de competência, que é vício formal de inconstitucionalidade. Assim, tal disposição deve ser suprimida do texto. Igualmente, o art. 5º do projeto, que cuida das categorias e subcategorias a serem premiadas, guarda íntima conexão com o art. 4º, razão pela qual deve ser excluído da proposição. Para corrigir esses equívocos, apresentamos o Substitutivo nº 1.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.837/2008 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Estabelece diretrizes de educação para o trânsito no Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O Estado promoverá ações, atividades e projetos de educação para o trânsito, com o objetivo de conscientizar a sociedade sobre o papel de cada cidadão no trânsito, atendidas as seguintes diretrizes:

I – estímulo à criação de uma nova cultura no trânsito, envolvendo todos os segmentos da sociedade, mediante um processo permanente de análise e discussão;

II – valorização do comportamento seguro no trânsito, a fim de evitar acidentes;

III – promoção, por meio do órgão executivo estadual de trânsito, de atividades, ações e projetos específicos de educação para o trânsito, para cada fase de desenvolvimento, abrangendo crianças, jovens, adultos e idosos;

IV – adequação das atividades, ações e projetos ao público-alvo, a fim de facilitar a compreensão do assunto e destacar a responsabilidade de cada cidadão para o trânsito seguro;

V – participação de todos os órgãos e entidades relacionados com o tema na implementação de uma política de educação para o trânsito, que vise à conscientização de todos os indivíduos para o respeito às normas de trânsito e ao fortalecimento da cidadania.

Art. 2º – As ações, as atividades e os projetos de educação para o trânsito serão acompanhados e avaliados pelo órgão executivo de trânsito, por meio de reuniões e encontros regionais e de um encontro estadual, a ser realizado anualmente.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2008.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Delvito Alves, relator - Antônio Júlio - Neider Moreira - Sargento Rodrigues.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.728/2008

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.728/2008, de autoria do Deputado Deiró Marra, que altera a Lei nº 12.179, de 1996, que declara de utilidade pública a Fundação Orientadora e de Recuperação por Trabalhos e Espiritualidade Padre Eustáquio, com sede no Município de Patrocínio, foi aprovado em turno único, na forma do Substitutivo nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º

do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.728/2008

Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 12.179, de 31 de maio de 1996, que declara de utilidade pública a Fundação Orientadora e de Recuperação por Trabalhos e Espiritualidade Padre Eustáquio, com sede no Município de Patrocínio.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O art. 1º da Lei nº 12.179, de 31 de maio de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Fundação Padre Eustáquio – Casa da Menina, com sede no Município de Patrocínio.".

Art. 2º – A ementa da Lei nº 12.179, de 1996, passa a ser: "Declara de utilidade pública a Fundação Padre Eustáquio – Casa da Menina, com sede no Município de Patrocínio.".

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Gláucia Brandão, relatora - Gilberto Abramo.

Parecer sobre as emendas nºs 1 a 4 ao Projeto de Lei Nº 2.164/2008

Comissão de Administração Pública

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o Projeto de Lei nº 2.164/2008 "altera a Lei nº 13.663, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG".

Publicada no "Diário do Legislativo" de 20/3/2008, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária. A primeira concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou, e as demais comissões opinaram pela aprovação do projeto.

Durante a fase de discussão em 1º turno no Plenário, foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 4, sobre as quais cabe a esta Comissão opinar na forma do art.188, § 2º, combinado com o art. 102, I, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei 2.164/2008, como já foi apontado no parecer da Comissão de Constituição e Justiça, visa aperfeiçoar a legislação básica que organiza a Copasa, promovendo alterações pontuais na Lei nº 6.084, de 15/5/73, modificada pela Lei nº 13.663, de 2000. Aquela comissão apresentou o Substitutivo nº 1, afastando os problemas constantes na proposta inicial.

Esta Comissão, ao examinar o mérito da proposição, já teve a oportunidade de expressar o seu entendimento de que saneamento básico é um tema que deve permanecer constantemente em debate nesta Casa, em virtude de sua importância para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e tendo em vista a qualidade de vida do povo mineiro. Nesta proposição, devemos nos ater ao seu conteúdo. Em Plenário, foram apresentadas quatro emendas pela Deputada Elisa Costa.

As Emendas nºs 1 e 4 propõem a alteração do objeto da Copasa. A eventual aprovação de uma prejudica a outra. A Emenda nº 4 traz para o objeto da Copasa a definição de saneamento básico estabelecida pela Lei nº 11.445, de 5/1/2007. A referida definição é - como não poderia deixar de ser - ampla, porque pretendeu-se, ao aprovar a referida lei, oferecer um marco normativo que discipline as diversas questões que repercutem no saneamento básico. Assim, o mencionado conceito envolve a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos, bem como a drenagem e o manejo de águas fluviais urbanas, áreas de atuação que não se enquadram no campo de atuação da Copasa, e não há demanda dos Municípios de que a Copasa atue nessas áreas, atendidas pela iniciativa privada. A Emenda nº 1, por sua vez, restringe a atuação da Copasa, retirando-lhe o tratamento de lixo industrial. Ressalte-se que o projeto de lei em tela não pretende a inclusão do tratamento do lixo industrial como objeto da Copasa, pois a possibilidade de a empresa atuar neste campo já se inclui nos objetivos desta empresa segundo a legislação em vigor.

Não obstante, reconhecendo a consistência da justificação que acompanha a emenda e demonstrando disposição de acatar as contribuições dos parlamentares independentemente de suas posições político-partidárias, apresentamos a Emenda nº 5, que corresponde a um aperfeiçoamento da Emenda nº 4, na medida em que suprime do conceito de saneamento básico adotado pela legislação federal a drenagem e o manejo das águas pluviais urbanas.

A Emenda nº 3 apenas retira a expressão "com pessoas de direito público ou privado" do inciso VII do art. 3º do Substitutivo nº 1. Trata-se de emenda que apenas aperfeiçoa a redação do dispositivo, não promovendo nenhuma alteração na interpretação que se pode ter do texto normativo que se pretende aprovar. Sendo assim, opinamos por sua aprovação.

A Emenda nº 2, por sua vez, autoriza a Copasa a participar apenas de forma majoritária no capital de empresas que tenham objetivos sociais relacionados à prestação de serviços de saneamento básico. A emenda pretende manter a regra que está em vigor, nos termos do art. 3º, V, da Lei nº 6.084, de 15/5/73, que veda a participação minoritária da Copasa no capital de sociedades com o mesmo objetivo social. Ora, não faz sentido permitir que a empresa possa comprar a maioria das ações de outra empresa, mas não possa comprar a minoria delas, uma vez que, como estabelece a máxima consagrada pela hermenêutica jurídica, "quem pode o mais pode o menos". Se a Copasa pode adquirir a maioria das ações, padece de consistência lógica restringir a aquisição de um bloco minoritário das ações de determinada empresa. A proposição em

exame tem o mérito de afastar essa inconsistência da legislação em vigor, de forma que a Emenda nº 2 não merece o apoio desta Comissão.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação das Emendas 3 e 5, e pela rejeição das Emenda nºs 1, 2 e 4 ao Projeto de Lei nº 2.164/2008.

Com a aprovação da Emenda nº 5, ficam prejudicadas a Emendas nº 1 e 4.

EMENDA 5

Dê-se ao parágrafo único do art. 1º, a que se refere o art. 1º do Substitutivo nº 1, a seguinte redação:

"Art. 1º - (...)

‘ Art. 1º - (...)

Parágrafo único - Para os efeitos desta lei, considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infra-estrutura e instalações operacionais de:

I - abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

II - esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

III - limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas.’".

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2008.

Elmiro Nascimento, Presidente - Chico Uejo, relator - Lafayette de Andrada - André Quintão - Ademir Lucas - Ivair Nogueira.

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de aplauso à Cenibra por seus 35 anos de fundação (Requerimento nº 2.915/2008, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Senac Minas pelos 40 anos do Hotel Escola Senac Grogotó (Requerimento nº 2.960/2008, do Deputado Vanderlei Miranda);

de congratulações com a comunidade de São João da Ponte pelos 65 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.971/2008, do Deputado Arlen Santiago);

de congratulações com a comunidade de Taiobeiras pelos 55 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.972/2008, do Deputado Arlen Santiago);

de congratulações com a comunidade de Patis pelos 13 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.973/2008, do Deputado Arlen Santiago);

de congratulações com a comunidade de Olhos-d'Água pelos 13 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.974/2008, do Deputado Arlen Santiago);

de congratulações com a comunidade de Pai Pedro pelos 13 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.975/2008, do Deputado Arlen Santiago);

de congratulações com a comunidade de Vargem Grande do Rio Pardo pelos 13 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.976/2008, do Deputado Arlen Santiago);

de congratulações com a comunidade de Mirabela pelos 46 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.977/2008, do Deputado Arlen Santiago);

de congratulações com a comunidade de Joaquim Felício pelos 46 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.978/2008, do Deputado Arlen Santiago);

de congratulações com a comunidade de Miravânia pelos 13 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.979/2008, do Deputado Arlen Santiago);

de congratulações com a comunidade de Lagoa dos Patos pelos 46 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.980/2008, do Deputado Arlen Santiago);

de congratulações com a comunidade de Catuti pelos 13 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.981/2008, do Deputado Arlen Santiago);

de congratulações com a comunidade de Águas Vermelhas pelos 46 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.982/2008, do Deputado Arlen Santiago);

de congratulações com a comunidade de São Francisco pelos 131 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.983/2008, do Deputado Arlen Santiago);

de congratulações com a comunidade de Porteirinha pelos 70 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.984/2008, do Deputado Arlen Santiago);

de aplauso ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado pela eficiência das ações de salvamento do Sr. José Francisco da Silva, acidentado quando trabalhava como cisterneiro (Requerimento nº 2.985/2008, do Deputado Hely Tarquínio);

de congratulações com a Escola Estadual Dr. Carlos Albuquerque, de Montes Claros, pelo recebimento do Prêmio Mérito Institucional, concedido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq -, pelo Grupo Gerdau e pela Fundação Roberto Marinho (Requerimento nº 2.988/2008, da Deputada Ana Maria Resende);

de aplauso à Vallourec e Mannesmann Tubes - V&M do Brasil S.A. - pelo recebimento do Prêmio Mineiro de Qualidade - PMQ (Requerimento nº 2.996/2008, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso ao Grupo Gerdau pelo recebimento do Prêmio Mineiro de Qualidade - PMQ (Requerimento nº 2.997/2008, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Sr. Luiz Fernando Esteves Martins pelo recebimento do título Empresário do Ano de 2008, concedido pela Federaminas, na promoção Mérito Empresarial 2008, a partir de indicação da Associação Comercial de Governador Valadares (Requerimento nº 2.998/2008, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com a Toshiba Transmissão e Distribuição do Brasil Ltda. por seus 40 anos de atividades no Brasil e pela inauguração de suas novas instalações (Requerimento nº 2.999/2008, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com a CDL Jovem de Belo Horizonte por seus 20 anos de fundação (Requerimento nº 3.000/2008, do Deputado Gustavo Valadares);

de congratulações com a comunidade de Abadia dos Dourados pelos 60 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.002/2008, do Deputado Hely Tarquínio);

de congratulações com a comunidade de Arapuá pelos 46 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.003/2008, do Deputado Hely Tarquínio).

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2008

Objeto: aquisição de mobiliário. Pregoeiros vencedores: C.R. Limão Móveis para Escritório EPP (Lote 1) e Itália Office Indústria e Comércio de Móveis Ltda. (Lote 2).

Belo Horizonte, 21 de novembro de 2008.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 98/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 92/2008

Objeto: fornecimento e instalação de portas deslizantes. Pregoeiro vencedor: Serviços e Instalações Alves Ltda.

Belo Horizonte, 20 de novembro de 2008.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

TERMO DE CONTRATO

Contratante (doadora): Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado (donatário): Município de Santo Antônio do Aventureiro. Objeto: doação de bem móvel inservível. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Instituto de Integração Relacional S/C Ltda. Objeto: contratação de palestra a ser ministrada pelo escritor Içami Tiba. Dotação orçamentária: 01.122.701-2009 (339039). Vigência: 1 dia. Licitação: inexigível, conforme o art. 25, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Balaio Produções Artísticas Ltda. Objeto: apresentação do cantor Vander Lee na Semana do Servidor. Dotação orçamentária: 01.122.701-2009 (339039). Vigência: 1 dia. Licitação: inexigível, conforme o art. 25, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.